

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

Jussier do Nascimento Souza

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO IFPB: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS PICUÍ**

NATAL-RN
2017

Jussier do Nascimento Souza

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO IFPB: estudo de caso no Campus Picuí**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão e Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Richard Medeiros de Araújo

**NATAL-RN
2017**

Jussier do Nascimento Souza

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO IFPB: estudo de caso no Campus Picuí**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão e Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Richard Medeiros de Araújo

Aprovado em 06/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Dr. Richard Medeiros de Araújo
Interno ao Programa

Dra. Jomária de Lima Mata Alloufa
Interno ao Programa

Dr. Lenin Cavalcanti Brito Guerra
Externo ao Programa

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Souza, Jussier do Nascimento.

Avaliação da implementação da política de assistência estudantil do IFPB: estudo de caso no Campus Picuí / Jussier do Nascimento Souza. - Natal, RN, 2017.

126 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Richard Medeiros de Araújo.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas. Programa de Pós-graduação em Gestão Pública.

1. Gestão pública - Dissertação. 2. Assistência Estudantil - Dissertação. 3. Avaliação - Políticas Públicas - Dissertação. 4. Implementação - Políticas Públicas - Dissertação. I. Araújo, Richard Medeiros de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 351:37

*Dedico este trabalho a todos os Estudantes do
Campus Picuí que, mesmo diante das
dificuldades enfrentadas, mantêm-se firmes na
busca por seus objetivos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus o qual devo toda honra, glória e louvor. Ele que me acompanha em todos os momentos e me carrega em seus braços nos momentos mais difíceis. À Maria Santíssima, sempre pronta a interceder por nós junto a Deus Pai.

Aos Meus pais Titico e Juliêta, pela educação, dedicação e principalmente por todo amor a mim dedicados, pessoas fundamentais na minha caminhada, que me deram acima de tudo uma formação cristã baseada na Sagrada Família de Nazaré.

Aos Meus queridos irmãos, Diego e Jayane, pela amizade sincera, força, carinho e amor, caminhando sendo ao meu lado e torcendo pelo meu desenvolvimento.

À minha esposa Rayonara Medeiros, por ter me ajudado com o coração, sendo compreensiva em momentos difíceis, como uma mulher virtuosa, me amparando nos momentos difíceis.

Aos meus cunhados Marciana e Ray por todo incentivo e apoio durante o percurso.

À minha sogra Inácia pela torcida sempre presente e por seu exemplo de perseverança na vida.

Ao Professor Orientador Richard Medeiros de Araújo, por sempre me mostrar o caminho que deveria traçar durante esse processo, apesar de todo trabalho que eu dei sempre me orientou prontamente.

A todos meus colegas de trabalho, que acreditaram em meus sonhos, bem como a todos os meus amigos, tanto aos de longe como aos de perto. Em especial a Cláudio, Fábio e Thiago, por me acompanharem durante esses dois anos de mestrado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFRN, por todos os ensinamentos.

Por fim a todos os familiares e amigos, que são muitos a me inspirar e impulsionar nessa linda e espetacular missão que é a vida. A Paz de Deus para Todos.

“Quando penso no universo: sua complexidade e imensidão penso nos meus problemas e no quão pequenos eles são.”

Clarice Pacheco

RESUMO

A assistência estudantil é uma política pública responsável por estabelecer um conjunto de ações com o intuito de reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo de estudantes, sendo importante avaliá-la para gerar informações possíveis de contribuir com o processo de tomada de decisões dos atores envolvidos em sua implementação. Esta pesquisa avaliou a implementação da política de assistência estudantil do IFPB no Campus Picuí. Para que os objetivos propostos fossem alcançados, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo, quanto aos fins e bibliográfico, documental e estudo de caso, quanto aos meios. Por meio de análise documental, aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas, identificou-se os principais programas implementados no Campus Picuí, descreveu-se a percepção dos atores implementadores da política e retratou-se a visão dos beneficiários. A técnica de entrevista foi utilizada para com os gestores e técnicos envolvidos com o processo de implementação, já a técnica de questionário foi aplicada com os beneficiários da política. Adotou-se o modelo metodológico de avaliação de processos de Draibe (2001) para subsidiar a construção dos resultados desta investigação. Concluiu-se que a implementação da política de Assistência Estudantil demanda que a gestão tenha mais diálogo com os atores implementadores; Que ela busque corrigir as falhas percebidas na comunicação entre gestores e técnicos, para não comprometer o sucesso da política; é necessário que se proceda a seleção dos beneficiários por meio de editais amplamente divulgados; não se pode permitir que os agentes implementadores da política atuem sem a devida capacitação; faz-se necessário que gestores, técnicos e beneficiários sejam avaliados para contribuir com melhorias no processo de implementação da política; e mesmo com uma rubrica específica para a política de Assistência Estudantil dentro do Orçamento da Instituição, os recursos destinados ao Campus Picuí são insuficientes para o alcance do número de estudantes que necessitam ser atendidos pela política. Espera-se que os resultados proporcionados pelo aludido trabalho possam contribuir para o avanço da academia e para a tomada de decisões por parte dos gestores do IFPB.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Avaliação. Implementação.

ABSTRACT

Since student assistance is a public policy that is responsible for establishing a set of actions aimed at reducing socioeconomic inequalities and promoting social justice in the training course of students, it is important to evaluate it to generate possible information to contribute to the process of Decision-making process of the actors involved in its implementation. This research evaluated the implementation of the IFPB student assistance policy in Campus Picuí. In order to achieve the proposed objectives, a qualitative-quantitative approach was used, which was descriptive in purpose and bibliographical, documentary and case study in the media. Through documentary analysis, questionnaire application and semi-structured interviews, the main programs implemented in Campus Picuí were identified, the perception of the actors that implemented the policy was described, and the beneficiaries' vision was portrayed. The interview technique was used for the managers and technicians involved in the implementation process, and the questionnaire technique was applied with the beneficiaries of the policy. The methodological model of process evaluation of Draibe (2001) was adopted to support the construction of the results of this investigation. It is concluded that the implementation of the Student Assistance policy demands that the management has more dialogue with the implementing actors; That management seeks to correct perceived failures in communication between managers and technicians so as not to jeopardize the success of the policy; It is necessary to select the beneficiaries through widely circulated notices; The implementing agents of the policy can not be allowed to act without proper training; It is necessary that managers, technicians and beneficiaries be evaluated to contribute with improvements in the process of implementation of the policy; And even with a specific heading for the Student Assistance policy within the Institution's Budget, the resources allocated to Campus Picuí are insufficient to reach the number of students who need to be served by the policy. It is hoped that the results provided by the aforementioned work may contribute to the advancement of the academy and to the decision-making by IFPB managers.

Keywords: Evaluation. Implementation. Student assistance.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Ano de ingresso na instituição.	66
GRÁFICO 2 - Percentual de beneficiários atendidos nos programas da política de assistência estudantil do IFPB.	74
GRÁFICO 3 - A política de assistência estudantil garante ao discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.	78
GRÁFICO 4 - Existe acompanhamento eficiente psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico e reduzir o índice de evasão e a retenção na série.	79
GRÁFICO 5 - A instituição fortalece e amplia continuamente programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros.	80
GRÁFICO 6 – Conheço claramente os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB.	85
GRÁFICO 7 - Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, são amplamente divulgados.	86
GRÁFICO 8 - Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, facilitam a inscrição dos alunos.	89
GRÁFICO 9 - Conhece claramente os critérios utilizados na seleção de alunos para os programas assistenciais.	90
GRÁFICO 10 - Os técnicos que trabalham na instituição são capacitados para exercerem suas funções.	93
GRÁFICO 11 - Sempre participa de atividades avaliativas que trazem informações sobre a qualidade da política, assim, sempre coloco minha visão sobre a execução da mesma.	99
GRÁFICO 12 - Os resultados das avaliações da política são amplamente divulgados aos alunos.	100
GRÁFICO 13 - O valor do auxílio recebido é suficiente para arcar com a despesa a qual ele se destina, seja transporte, moradia ou alimentação.	103
GRÁFICO 14 - O valor do auxílio é recebido no prazo adequado, ou seja, não atrasa.	105
GRÁFICO 15 - A infraestrutura e equipamentos do Campus, bem como os materiais didático-pedagógicos recebidos são de ótima qualidade.	106

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Programas da assistência estudantil do IFPB	53
FIGURA 2 - Divulgação de um edital da assistência estudantil no site do IFPB.	84
FIGURA 3 - Divulgação de informação aos beneficiários de auxílio estudantil, através da página da COPAE no facebook.	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Sistemas ou subprocessos da implementação.	32
QUADRO 2 - As dimensões da avaliação de políticas públicas.	39
QUADRO 3 - Objetivos da política de assistência estudantil do IFPB	52
QUADRO 4 - Objetivos e competências dos programas da política de assistência estudantil do IFPB.....	54
QUADRO 5 - Sujeitos da pesquisa.....	60
QUADRO 6 - Modelo conceitual da pesquisa de avaliação de implementação.....	63
QUADRO 7 - Ações dos programas da política de assistência estudantil do IFPB.	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Cursos do IFPB – Campus Picuí.	65
TABELA 2 - Perfil dos beneficiários	67
TABELA 3 - Atores implementadores da política no Campus Picuí	70
TABELA 4 - Quantitativos dos programas de auxílios estudantis 2015	77
TABELA 5 - Total de recursos executados na política de assistência estudantil do IFPB – Campus Picuí.....	101
TABELA 6 - Valores dos auxílios.....	104

LISTA DE SIGLAS

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

COPAE - Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante

DAEST - Departamento de Assistência Estudantil

DCE - Diretório Central de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

PLANEDE - Planejamento Estratégico Decenal do IFPB

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PTA - Plano de Trabalho Anual

NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

TI - Tecnologia da Informação

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA.....	18
1.1.1 Problema.....	18
1.1.2 Objetivo Geral.....	20
1.1.3 Objetivos Específicos.....	20
1.2 JUSTIFICATIVA.....	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
2.1.1 Conceito de Implementação	22
2.1.2 Vertentes teóricas <i>top-down e bottom-up</i>.....	24
2.1.3 Avaliação da implementação.....	29
2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	34
2.2.1 Visão geral do conceito.....	34
2.2.2 Critérios de utilização.....	37
2.2.3 Pesquisa Avaliativa.....	40
2.2.4 Tipos de Avaliação.....	44
3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	49
3.1 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	49
3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB.....	51
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	59
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	59
4.2 UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	60
4.3 COLETA DE DADOS.....	61
4.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	62
5. AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSSITÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB.....	64
5.1 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS.....	65
5.2 AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB.....	68
5.2.1 Sistema Gerencial e Decisório.....	68
5.2.2 Processos de divulgação e informação.....	80

5.2.3 Sistemas de seleção.....	86
5.2.4 Sistemas de capacitação.....	90
5.2.5 Sistemas internos de monitoramento e avaliação.....	94
5.2.6 Sistemas Logísticos e Operacionais.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICES.....	117

1. INTRODUÇÃO

A educação é tida como uma das condições essenciais para garantir o progresso profissional do cidadão e também como fundamental gerador de sua evolução social. Portanto, a democratização do acesso e qualidade do ensino são requisitos necessários para que a educação venha a desempenhar integralmente seu papel de promotora de igualdade de oportunidades. Para que isso possa acontecer é preciso que existam políticas públicas cada vez mais competentes e voltadas para a redução das desigualdades sociais, possibilitando não apenas o acesso ao ensino, mas assegurando a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

A Educação Profissional é fruto das transformações econômicas, política, sociais e culturais em todo o mundo. Em nosso país ela vivenciou uma expansão em grande escala nos últimos anos. A expansão da rede, que teve início em 2006 e foi consolidada em 2007, propôs a criação de 214 escolas da rede federal até o ano de 2010, além das 140 já existentes.

No cerne dessa expansão e como uma das ações mais importantes, foram criados em 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que tiveram a tarefa de agregar de forma voluntária os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas de um mesmo Estado. Esses Institutos são criados com a responsabilidade de viabilizar de forma articulada a Educação Superior, Básica, Profissional e Tecnológica. Assim, a Educação Profissional deve ser ofertada em todos os níveis de ensino, com prioridade aos cursos da Educação Profissional Técnica integrados ao Ensino Médio.

Na ótica do governo, “os Institutos Federais respondem à necessidade de institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública” (INSTITUTO..., 2008, p.22), que deve estar articulada a outras políticas em prol do desenvolvimento local, regional e da nação. Por outro lado, a proposta de criação dos Institutos Federais traz uma perspectiva de inclusão social ao conceber a educação profissional e tecnológica “[...] como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros” (INSTITUTO..., 2008, p.21).

Nessa conjuntura, na Paraíba, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia foi criado fazendo a junção do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET-PB com a Escola Agrotécnica Federal de Sousa e conta atualmente com 15 campi distribuídos em todas as regiões do Estado da Paraíba.

O Campus Picuí é fruto dessa expansão, sendo uma autarquia federal criada em 29 de dezembro de 2008 nos termos da Lei nº 11.892 a partir do processo de expansão fase II da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica objetivando a oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Iniciou suas atividades em 21 de setembro de 2009, embora sua autorização de funcionamento só tenha sido expedida pelo Ministério da Educação em 21 de setembro de 2010, por meio da Portaria nº 1.170 de 21 de setembro de 2010, e desde então vem se estruturando em termos de infraestrutura predial, de equipamentos e de pessoal.

A instituição objeto deste estudo encontra-se sediada na Cidade de Picuí, Estado da Paraíba, fixada na mesorregião da Borborema, microrregião do Seridó Oriental Paraibano, mais precisamente no Acesso à Rodovia PB-151, s/n, Bairro Cenecista e abrange uma região composta por 16 cidades dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

O Campus Picuí do IFPB possui estrutura organizacional colegiada composta por: a) Conselho Diretor; b) Direção Geral; c) Diretoria de Desenvolvimento do Ensino; d) Diretoria de Administração e Planejamento; e) Chefia de Gabinete; f) 18 Coordenações (Acadêmicas e Administrativas) e conta atualmente com 99 servidores, sendo 65 docentes, efetivos e substitutos, e 34 técnico-administrativos em educação.

Segundo a Carta Magna, no seu art. 205 (art. 205, CF), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e à sua qualificação para o trabalho”. Logo, a Educação democrática, pautada no princípio da justiça social, é parâmetro para o desenvolvimento de uma Política de Assistência Estudantil (BRASIL, 2012).

Ainda sobre os princípios constitucionais, o Art. 206 é um balizador da política de assistência estudantil, na medida em que estabelece, nos incisos I e IV, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, respectivamente (BRASIL, 2012).

Nesse sentido o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba criou a Política de Assistência Estudantil do IFPB, que é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes. Suas ações abrangem os níveis de ensino médio/técnico e graduação, compondo ações, programas e projetos. Citam-se os princípios que norteiam essa Política:

I - educação como um bem público, gratuito e de qualidade;

II - posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e conclusão do curso com qualidade;

III - assistência estudantil como direito social e dever político;

IV - reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber - como valor ético central;

V - compromisso com a qualidade dos serviços prestados;

VI - fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;

VII - empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;

VIII - comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;

IX - socialização com a comunidade, o conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa avaliativa do processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, visando identificar se esta cumpriu os objetivos formulados.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

1.1.1 Problema

A política de Assistência Estudantil do IFPB foi aprovada por meio a Resolução nº 12 de 25 de fevereiro de 2011, convalidada pela Resolução nº 40 de 06 de maio de 2011 e vem sendo implementada no Campus Picuí desde 2011, quando os primeiros programas passaram a ser executados.

Todos os Campi do IFPB devem prestar assistência estudantil aos seus alunos com base na referida Política, isto é, ela é única e deve ser destinada a todos os Campi da Instituição. Desde que passou a ser implementada, não houve por parte da Reitoria nenhuma avaliação.

Um passo importante dado para que essa política passasse a ser mais acompanhada, foi a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis no início do ano de 2016, pois tal Pró-reitoria possui dentre suas atribuições estatutárias, uma que lhe compete planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB.

É comum durante a implementação de uma política pública a ocorrência de falhas nesse processo. Com a política, alvo desse estudo, não acontece diferente. É possível observar que ocorreram falhas durante a implementação, uma delas está ligada aos programas que foram colocados em prática no Campus Picuí, pois nem todos aqueles previstos na Resolução

que trata da política, são percebidos pelos usuários. Percebe-se que muitos profissionais, fundamentais para a implementação correta da política, só foram nomeados para o Campus Picuí depois que a política já estava sendo implementada.

Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais apresenta relevância para as funções de planejamento e gestão das instituições, sendo um instrumento para a administração pública no processo de modernização da gestão governamental. Demonstra-se a efetividade das ações, constituindo-se um julgamento sobre o valor das intervenções por parte dos avaliadores internos e externos, bem como dos usuários ou beneficiários (CUNHA, 2006). Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p. 9) coadunam com esta autora, descrevendo a relevância da avaliação de políticas públicas, quando esta “pode oferecer informações não apenas sobre impacto, mas sobre resultados ou consequências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas”, devendo, no entanto, abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados e servir como um instrumento de tomada de decisão para reformulações ou aperfeiçoamentos das ações desenvolvidas.

Segundo Fronza e Nogueira (2015), a avaliação preocupa-se com o alcance dos objetivos, resultados e procedimentos adotados durante a implementação de planos, programas e projetos, tendo como referência o proposto e o executado. Schurster (2014) afirma que a Avaliação de Política seria o processo avaliativo recorrente durante uma política implementada que já teria ultrapassado a arena decisória podendo acontecer no decorrer de sua implementação, bem como, posterior a sua realização.

Assim, a pesquisa abrangeu estudos sobre o “processo de implementação”, uma etapa do ciclo de políticas públicas em que os agentes executores precisam traduzir as leis, definir responsabilidades, normas e regras para colocar em prática a política formulada. Diante do exposto e levando em conta a importância de desenvolver políticas efetivas para amenizar as desigualdades econômicas e sociais e, ainda, considerando a assistência estudantil como relevante alternativa para a permanência de estudantes no IFPB, pretendeu-se realizar a avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, investigando as estruturas político-administrativas, com o objetivo de verificar se a política implementada manteve os objetivos propostos na sua configuração original.

Diante do exposto, o problema de pesquisa foi: Em que medida a política de assistência estudantil do IFPB foi implementada no Campus Picuí atendendo aos objetivos propostos na sua formulação?

1.1.2 Objetivo Geral

Avaliar em que medida a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí manteve os objetivos propostos na sua formulação.

1.1.3 Objetivos Específicos

- Descrever os principais programas de Assistência Estudantil no âmbito da Política avaliada, adotados no IFPB – Campus Picuí;
- Descrever a visão dos atores implementadores quanto aos elementos dificultadores e facilitadores do processo de implementação;
- Identificar de que forma a Política de Assistência Estudantil do IFPB, implementada no Campus Picuí, está em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil;
- Descrever a visão dos beneficiários da Política quanto à relação com os objetivos propostos pelo IFPB.

1.2 Justificativa

A Assistência Estudantil, entendida na perspectiva da educação como direito de todos e dever do Estado, configura-se como uma política pública que estabelece um conjunto de ações visando reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes. Não obstante, para ser legitimada e obter eficácia, a assistência estudantil deverá contar com o protagonismo dos sujeitos sociais - a quem se destina - na luta por sua materialidade, com o compromisso político dos gestores com sua sustentabilidade e com um substancial aporte de recursos humanos, material e financeiro.

Esta pesquisa traz a discussão da questão de avaliação de políticas sociais de instituições públicas avançando na pesquisa teórico-empírica, bem como procurará instigar a produção científica acerca das instituições que desenvolvem a assistência estudantil. Sob o aspecto institucional, a pesquisa justifica-se pela possibilidade de refletir sobre as ações e programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política, além de permitir aos gestores a possibilidade de reformular a política, no caso de serem encontradas inconsistências do alcance dos objetivos.

Este estudo justifica-se pela relevância em avaliar uma política de assistência estudantil, contribuindo para o despertar de novas pesquisas nessa mesma área ou em campos que o complementem. Principalmente por se realizar uma avaliação dessa política em um

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, visto que as pesquisas nessa área são limitadas, pois o que vimos com maior frequência são as avaliações da política nas Universidades Federais.

A pesquisa torna-se viável uma vez que o pesquisador faz parte do corpo de servidores do IFPB – Campus Picuí, o que facilitará o acesso aos gestores, técnicos e alunos beneficiários envolvidos com o processo de implementação e oferecerá possibilidades de intervenção junto aos responsáveis pela assistência estudantil. Existe também, por parte do pesquisador, interesse em fazer uma reflexão científica sobre a temática da pesquisa, bem como a possibilidade do referido estudo gerar informações úteis, que poderão ser utilizadas pelos gestores, numa possível reformulação da política avaliada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Implementação de política pública

Esta seção da implementação de política pública, evidenciada abaixo, é composta dos subitens de conceito de implementação, vertentes teóricas *top-down* e *bottom-up* e avaliação da implementação.

2.1.1 Conceito de Implementação

A partir de 1973, com a publicação do trabalho de Pressman e Wildavsky (1973) que tinha como título Implementação, surgem as primeiras literaturas sobre a implementação de políticas públicas. A partir do trabalho desses autores, vários outros foram elaborados por meio de debates que vão desde técnicas para estudar e administrar a implementação até a sua diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006).

São muitos os estudiosos que se dedicaram a este tema, as lacunas ainda persistem, mas, é de consenso que há a muito ser aprendido com os estudiosos de implementação europeus, assim como dos americanos para avançar neste campo de pesquisa (LESTER et al., 1987).

Najan (1995) conceitua a implementação como um estado de ter alcançado os objetivos da política e, implementar, (como verbo) é um processo onde tudo acontece na tentativa de alcançar o propósito da política. A implementação é uma etapa dinâmica. É em si um processo de significado próprio, que não está restrito apenas à tradução de uma dada política em ação, mas que pode transformar a política em si.

A implementação pode ser considerada como um processo de interação entre a determinação de objetivos e as ações empreendidas para atingi-los. Consiste no planejamento e na organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar uma política (SILVA, 2009).

Mény e Thoenig (1989) definem a implementação como a fase na qual atos e efeitos serão gerados partindo-se de um marco normativo de intenções, textos ou discursos. Trata-se das ações que transformarão intenções em resultados. Subirats (1994) utiliza-se da definição de Pressman e Wildavsky de 1973 para definir a implementação como sendo o processo de interação entre o estabelecimento de objetivos e as ações empreendidas para alcançá-los. Arretche (2001, p. 47) acrescenta: “Na prática, qualquer política pública é de fato feita pelos agentes encarregados da implementação”, ou seja, “eles têm, com efeito, a prerrogativa de

fazer a política” (p. 48). A autora ainda continua colocando em foco a atividade dos implementadores, ao afirmar que estes possuem considerável autonomia para determinar a natureza, quantidade e qualidade de bens e serviços a serem oferecidos.

Sabatier e Mazmanian (1980) defendem a implementação como o cumprimento da decisão política que está evidenciada em normas ou ordens. A função central da análise, portanto, é identificar os fatores que condicionam o alcance dos objetivos normativos, que estão divididos em três categorias: tratabilidade do problema; capacidade da norma para estruturar adequadamente o processo de implementação; e efeito líquido das diversas variáveis “políticas” de apoio aos objetos normativos.

Segundo Faria (2012), a importância dessa etapa como objeto de estudo pode ser justificada: a) pelo fato de esse processo muitas vezes acarretar alguma forma de frustração para os decisores, muitas vezes eleitos com o propósito de priorizar/solucionar determinadas questões percebidas como problemáticas pelo cidadão/eleitor; b) pelo reconhecimento de que a política não se traduz em prática, e muito menos em resultado bem-sucedido, pela simples disposição de autoridade, autorização e mobilização de recursos e expertise; c) pela necessidade de se maximizar o impacto do gasto público; d) pela necessidade de se monitorar o comportamento dos agentes mobilizados para a implementação; e) para se produzir informações necessárias para que políticas futuras possam ser mais bem-sucedidas; e f) para que a máquina estatal, de complexidade crescente, seja mais amplamente compreendida.

A implementação como uma das fases do ciclo de políticas públicas, tem como objetivo estabelecer ações para colocar em prática a política formulada (FREY, 2000). Silva e Silva (2001) entendem a implementação como a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidas, tendo em vista obter os resultados pretendidos. Frey (2000, p. 228), acrescenta, ainda, que o interesse de realizar análises da etapa de implementação se “refere particularmente ao fato de que, muitas vezes, o resultado e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase de sua formulação”.

Diante dessas definições tem-se que a implementação de políticas públicas é a fase do Ciclo de Políticas Públicas em que os objetivos da política formulada são colocados em prática junto aos beneficiários de tal política, dispondo de ações geridas pela estrutura político-administrativa do Estado ou deliberadamente conduzidas por demais atores incluídos no contexto da ação pública.

2.1.2 Vertentes teóricas *top-down* e *bottom-up*

Segundo Rua (1997, p. 20), “desde a década de 1970, o estudo de políticas públicas indica haver algo como que um “elo perdido”, situado entre a tomada de decisão e a avaliação dos resultados: a implementação”, que, segundo Silva e Melo (2000, p. 4), está “ancorado em uma visão inadequada do processo de formulação e implementação de políticas públicas”.

Há estudos que incidam dez pré-condições necessárias para que haja uma implementação perfeita:

- 1) As circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem;
 - 2) O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes;
 - 3) Não apenas não deve haver restrições em termos de recursos globais, mas também, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível;
 - 4) A política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta);
 - 5) Esta relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos;
 - 6) Deve haver uma só agência implementadora, que não depende de outras agências para ter sucesso: se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância;
 - 7) Deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação;
 - 8) Ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em sequência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante;
 - 9) É necessário que haja perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa;
 - 10) Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência aos seus comandados.
- (RUA, 1997, p. 20)

Ainda, segundo essa autora, neste tipo de abordagem a responsabilidade por uma política cabe claramente aos agentes situados no topo do processo político, sendo as quatro variáveis apresentadas a seguir as mais importantes: “(a) a natureza da política não pode admitir ambiguidades; b) a estrutura de implementação: os elos da cadeia devem ser mínimos; c) a prevenção de interferências externas; e d) o controle sobre os atores envolvidos na implementação”. Rua acrescenta que a fase de implementação pode ser uma continuação da formulação, envolvendo flexibilização, idas e vindas.

Para Frey (2000, p. 228), o interesse de realizar análises da etapa de implementação se “refere particularmente ao fato de que, muitas vezes, o resultado e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase de sua formulação”.

De acordo com Rua (1997), há casos em que as políticas chegam à fase de implementação, mas não são implementadas, talvez pelo fato de se tratar de um processo interativo e continuado de tomada de decisões por muitos grupos envolvidos com a política, que apresentam reações efetivas ou potenciais à decisão. Sendo assim, a implementação deve ser vista sob uma perspectiva interativa, na qual as ações individuais em pontos estratégicos influenciam consideravelmente os resultados obtidos.

Segundo Silva e Melo (2000), problemas que surgem durante o processo de implementação e que não foram considerados na formulação da política podem representar obstáculos intransponíveis e, por sua vez, resultar na descontinuidade das ações por parte das agências responsáveis.

Dessa forma, o estudo da implementação tem sido considerado um elemento fundamental para que as ações do governo sejam aperfeiçoadas e será considerado pra este trabalho a partir de duas abordagens: *top-down e bottom-up*, que na visão de Subirats (1994) essas abordagens são um caminho construído que desemboca em um modelo analítico capaz de reconhecer, pelos menos hipoteticamente todos os fatores suscetíveis à interferência no sistema político-administrativo no contexto da implementação.

Em seu trabalho Najan (1995) apresenta alguns modelos de implementação propostos por estudiosos tanto dos Estados Unidos como da Europa, a respeito dessas vertentes teóricas:

- Modelo de Smith (1973) – Abordagem *bottom-up*, processo contínuo, sem um fim definitivo ou produtos finais e em que as tensões e os conflitos, frutos da implementação, podem ou não manifestar-se em um novo padrão de comportamento nas instituições. É um processo de interação entre quatro componentes: grupo-alvo que é chamado a mudar de comportamento; a estrutura da organização implementadora; a liderança/capacidade e os fatores ambientais. Segundo o autor, estas tensões geradas entre os políticos, os formuladores, os implementadores e seus objetivos resultam em um feedback que poderá gerar um redesenho da política.

- Modelo de Edwards (1980) – *Top-down*: Busca conhecer as condições prévias, bem como os seus principais obstáculos para uma implementação bem sucedida. Neste modelo identificaram-se quatro fatores que se interagem simultaneamente: comunicação; recursos; disposição e estrutura.

- Modelo de Van Meter e Van Horn (1975) – *Top-down*: Ocupa-se das causas da não implementação: os subordinados não sabem o que os superiores querem, eles não podem fazer ou se recusam fazer. Os autores sugerem seis cluster de variáveis: relevância das normas e objetivos políticos; recursos da política; comunicação Inter organizacional e aplicação das

atividades; características da instituição implementadora; Ambiente econômico-social-político da instituição implementadora; e disposição dos executores para a realização de decisões políticas.

- Modelo de Mazmanain e Sabatier (1983) – *Top-down*: Considera três observações críticas: a formação de políticas é um processo interativo de formulação, implementação e reformulação; o foco na realização dos objetivos da política declarada; e a implementação pode ser vista em três diferentes perspectivas – o formulador, o executor e o público-alvo. Os autores apresentaram dezesseis variáveis que foram reunidas em três grupos: rastreabilidade dos problemas; capacidade de decisão política de acordo com a estrutura e a implementação também tem um inerente dinamismo próprio.
- Modelo de Rein e Rabinovitz (1978) – *Bottom-up*: Foco na prática. A política de implementação é regida pelo menos por três imperativos formais: respeito à racionalidade jurídica que é mediado pela preocupação com a racionalidade instrumental como é definida pelos funcionários e ainda, informados pelo conhecimento que a ação exige de consenso tanto internos como externo. O modo de resolução dos conflitos existente entre estes imperativos é função dos objetivos, recursos e o complexo processo administrativo da implementação de uma política.
- Modelo de Berman (1978) – *Bottom-up*: O sucesso da implementação depende da complexa interação entre a política e as características institucionais. Trabalha com a abordagem de macro e micro-implementação. Macro enquanto governo federal central, onde as políticas se traduzem em planos de projeto e, micro é quando, em resposta às ações do governo, as organizações locais planejam e realizam suas próprias políticas internas. Para este estudioso a implementação pode seguir quatro caminhos distintos: a) a não adaptação da política ao comportamento; b) cooptação – nenhuma adaptação no comportamento, mas adaptação da política para acomodar as rotinas existentes; c) aprendizagem tecnológica – nenhuma adaptação da política, mas adaptação do comportamento otimizado; e e) adaptação mútua, tanto do comportamento quanto da política.
- Modelo de Elmore (1979) – *Bottom-up*: Considerando que a compreensão das organizações é essencial para a análise da implementação, o autor apresenta quatro modelos diferentes para este processo: (1) o modelo de gestão de sistemas – as organização como unidades de valor e maximização – implementação é vista como atividade organizada com objetivos específicos; (2) modelo que enfatiza o processo burocrático - enfatiza as regras ou critérios de tomada de decisão e as rotinas do comportamento organizacional e concebe a implementação como um processo contínuo de controle dos critérios de escolha e de mudança de rotinas; (3) modelo de

desenvolvimento organizacional – necessidade de participação e comprometimento dos indivíduos; e (4) modelo de negociação – trata as organizações como arena de conflito.

- Modelo de Michael Lipsky (1978) – *Bottom-up*: Questiona o pressuposto fundamental da hierarquia, ou seja, a maior influência sobre a política é exercida por aqueles que formulam e não por aqueles que a realizam. Para ele a política é eficaz quando é elaborada por aqueles que implementam a quem o autor denomina *street-level bureaucrats*.

A questão básica por trás desta classificação está relacionada com o nível de discricionariedade exercido pelos implementadores. Os modelos trabalham com diferentes níveis e possibilidades de autonomia em relação ao plano ou normas que estabelecem os objetivos da política.

O modelo *top-down*, ou desenho prospectivo, se assenta na abordagem sequencial. Esta apresenta a política pública como uma sequência de etapas distintas e guiadas por lógicas diferentes (MULLER E SUREL, 2002). Enquanto o processo de formulação seria permeado pela lógica da atividade política, a implementação estaria no âmbito da prática administrativa.

Prevalece o pressuposto da teoria organizacional de que o processo de implementação é ordenado hierarquicamente. Quanto mais perto da fonte da *policy*, maior é a autoridade, a influência e a capacidade de resolver problemas. Fica clara a distinção entre decisão e sua operacionalização, que possuem arenas e atores distintos.

Silva e Melo (2000) distinguem entre dois tipos de perspectivas *top-down*: a visão clássica e a visão linear. Enquanto a visão clássica percebe o *policy cycle* como uma sequência de fases estanques e unidirecional, a visão linear incorpora o monitoramento para corrigir desvios de rota na implementação.

A perspectiva *top-down* tem um viés organizacional. As agências formuladoras e implementadoras são apreendidas em seus aspectos organizacionais formais: hierarquia, controle, centralização do comando, descentralização da execução, coordenação, comunicação etc. Toma como variável explicativa o planejamento (plano, normas estruturantes do processo de implementação) e desconsidera o processo decisório que deu origem a ele. Assim, enfatiza a estrutura organizacional em detrimento de atores-chave (MATLAND, 2010).

O desenho retrospectivo, ou *bottom-up*, questiona o suposto da influência decisiva dos formuladores sobre o processo de implementação e de que as diretrizes explícitas, a determinação precisa de responsabilidades administrativas e a definição exata de resultados aumentam a probabilidade de que as políticas sejam implementadas com êxito (ELMORE, 1996).

Em contraste com a visão linear do modelo *top-down*, o *bottom-up* considera a implementação como um processo disperso e descentralizado, reconhecendo o papel importante dos atores implementadores da política. Esses podem mudar a forma como a política é implementada ou redefinir objetivos em virtude de constrangimentos encontrados no percurso da intervenção.

Também a ambiguidade é percebida de forma diversa. Matland (2010) declara que a elaboração de regras rígidas para a operação da política pode ser contraproducente, pois priva os implementadores de flexibilidade. A ambiguidade do plano seria uma das formas de superar e/ou evitar o conflito.

Na fase do desenho da *policy*, a ambiguidade é uma das formas de minimizar os conflitos que se originam da necessidade de compor diferentes interesses. Ela permite que a *policy* sobreviva à *politic*.

Na fase da implementação, a ambiguidade deixa espaço para a interpretação do plano de acordo com as condições de seu espaço de operação. Na perspectiva *bottom-up* a burocracia responsável pela implementação é variável relevante que explica o êxito ou o fracasso da política (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Os modelos apresentados encontram seus limites na superestimação da importância do centro ou da periferia de forma excludente. O foco *top-down* nas normas e atores localizados no topo da hierarquia organizacional desconsidera a influência dos implementadores. Por outro lado, a capacidade de determinação atribuída a esses no modelo *bottom-up* subestima a influência que as variáveis *top-down* exercem na implementação. Ambos os modelos, entretanto, privilegiam as condições materiais do processo de implementação, não tomando como variável relevante os aspectos culturais que são mediadores, por vezes necessários, ao entendimento do resultado alcançado (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

2.1.3 Avaliação da implementação

A avaliação da implementação é uma subárea da pesquisa avaliativa de política, em que representa a avaliação de processo cuja compreensão pode ser concebida de duas formas: a primeira se inicia desde a formulação da política, implicando a formação da agenda governamental, a definição do campo de interesses e a identificação das alternativas. Já a segunda diz respeito à explicitação dos programas, desde a definição das estratégias, metas e a utilização dos recursos.

Perez (2007) destaca que pesquisas avaliativas de implementação proporcionam algumas contribuições, tais como:

- a) Enquanto pesquisa orientada pode dar suporte a correções de rumo nos programas, especialmente, no contexto dos decisores;
- b) Podem possibilitar a ampliação da efetividade das decisões dos programas;
- c) Podem contribuir para a transparência das ações governamentais; e
- d) Possibilitam maior grau de interação entre os distintos corpos da política (administrativo, política e comunidade).

Para Lobo (2007) em se tratando de processos, a avaliação estrutura-se de forma que se privilegiem análises qualitativas. A ideia de processo supõe variações político-institucionais num continuum de tempo e espaço, devendo o avaliador tratar essa construção como uma atividade complexa, que pode envolver variáveis desde os atores envolvidos diretamente ou indiretamente com o programa governamental estudado, passando pelos mecanismos que impulsionam ou refreiam a execução da ação governamental, bem como discutindo elementos da cultura organizacional das agências públicas envolvidas. Neste mesmo itinerário, observam-se algumas características que podem interferir em uma avaliação de implementação, dentre elas: a descontinuidade político administrativa; (in) capacidade institucional dos agentes governamentais; a inexistência de um monitoramento desenhando desde o início do programa, que pode levar a perdas incalculáveis na qualidade da avaliação; por fim, a busca por perfeição por parte dos avaliadores (acadêmicos).

Na visão de Subirats (1994), no caso do interesse se concentrar na fase de implementação, o tipo de informação que se precisa é distinto. Neste caso, será importante conhecer como foi produzida a implementação, e decidir, qual é o grau de operabilidade do programa, as dificuldades de aplicação que se tem produzido em distintos momentos ou lugares, qual havia sido a relação dos atores envolvidos, que erros ou abusos haviam sido produzidos. Também será importante, neste sentido, conhecer como é o funcionamento da gestão ou direção do programa, tanto a gestão de recursos humanos como a distribuição de recursos. Assim mesmo, será decisivo conhecer qual é o grau de impacto que tem um programa sobre o problema levantado, avaliando como variar ou inclusive eliminar o programa analisado.

A pesquisa de avaliação da implementação é um estudo sistemático das atividades colocadas em prática pelos implementadores, com a finalidade de identificar os fatores que explicam o processo de transformação dos programas públicos em resultados (SUBIRATS, 1994).

Lima e D'Ascenzi (2013, p. 103), ao se referirem à avaliação da implementação afirmam que o foco de análise está no processo de formulação, etapa que deu origem à implementação da política. Assim, “a análise é centrada nas normas que estruturam a política pública e suas lacunas. As lacunas correspondem a mudanças que ocorrem na política durante sua execução” (LIMA E D'ASCENZI, 2013, p. 103). Partindo do pressuposto que o controle dos processos por meio de regras é fundamental para minimizar a discricionariedade dos implementadores, o processo de execução do que foi planejado na formulação da política é o parâmetro para a análise dos processos.

Na perspectiva de Fonseca (2005), a avaliação da implementação de uma política pública, corresponde à inclusão da correção do rumo no decorrer do processo de implementação das políticas públicas, com as correções feitas no momento certo ajudam na eficiência das políticas. São diagnósticos feitos quase em tempo real e produzem resultados mais sensíveis politicamente, pois afetam diretamente os responsáveis e os técnicos.

Diferentemente dos processos de monitoramento, a avaliação em processo destina-se a problematizar, em profundidade, a direção, os produtos e os resultados que a política esteja produzindo, mas enquanto ela está sendo implementada. Neste sentido é importante que as pessoas e/ou instituições que a conduzam sejam ao mesmo tempo suficientemente independentes do governo em função do distanciamento necessário requerido, mas também profissionalmente respeitadas pelo governo e parceiros responsáveis pela implementação da política de modo a assegurar que as conclusões da avaliação sejam incorporadas ao processo decisório afeto à implementação do programa (FONSECA, 2005).

Segundo Rocha (2004), o novo institucionalismo apresenta uma série de conceitos e ferramentas analíticas que podem proporcionar uma avaliação de política pública muito rica, considerando desde os aspectos internos da política até aqueles relacionados ao ambiente externo e aos atores envolvidos. Partindo do princípio de que uma política pública envolve e se constitui a partir de um aglomerado de instituições ou arranjos institucionais, podemos dizer que o seu processo de implementação constitui um momento de mudança institucional. Isto é, a implementação de uma política pública, tendo em vista os arranjos institucionais por ela trazidos, representará a superação ou a mera substituição de instituições anteriormente vigentes. Além disso, constituirá a adoção de novas regras e procedimentos; portanto, irá gerar novas oportunidades e constrangimentos que, de formas distintas, causarão impacto no comportamento dos atores envolvidos (ROCHA, 2004).

Ainda segundo o autor, a aplicação da noção de dependência da trajetória (as instituições se desenvolvem ao longo da história) para a explicação do processo de

implementação de uma determinada política pública – em analogia ao processo de mudança institucional – pode ocorrer de duas formas: através da investigação e mapeamento histórico das políticas públicas implementadas anteriormente e das instituições relacionadas a elas; e por meio da análise da influência recíproca entre instituições (e políticas públicas) e ideologia. A primeira forma de aplicação do conceito de dependência da trajetória constitui um esforço que pode gerar um conjunto de informações capaz de apontar a trajetória a ser seguida, uma vez que o levantamento dos eventos e arranjos institucionais passados pode indicar aqueles elementos que reforçam a permanência num dado caminho. As políticas públicas implementadas no passado, seja recente ou não, são a base para as políticas que vierem a ser implementadas no presente e no futuro. A implementação e funcionamento das políticas anteriores acabam por gerar um processo de aprendizagem organizacional, o qual ocorre através da internalização de novos princípios, reforço àquelas iniciativas bem sucedidas e repúdio àquelas que produziram resultados piores. Além disso, a existência de uma política pública corresponde à percepção de toda uma sustentação técnica e administrativa que envolve pessoal, estrutura física e administrativa. Tais elementos – aprendizado organizacional e sustentação técnico-administrativa – vão constituindo, num processo histórico e incremental, um ambiente propício e receptivo para um dado conjunto de novas iniciativas, assim como, um terreno infértil para diversas outras ações (ROCHA, 2004).

Draibe (2001, p. 30), relata que as avaliações de processo, “buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam positivamente ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos”. Tais fatores podem ser entendidos como condições institucionais e sociais dos resultados” (DRAIBE, 2001, p. 30).

A autora desenvolveu uma metodologia para a avaliação da implementação, a qual se denomina de *anatomia do processo geral de implementação*, que é desenvolvida por meio da identificação de seis subprocessos da implementação conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1 – Sistemas ou subprocessos da implementação

Sistemas ou subprocessos	Características ou preocupações de análise
Sistema gerencial e decisório	Observar a estrutura organizacional bem como o sistema gerencial e decisório que dirige a implementação; A estrutura hierárquica desse sistema, graus de centralização ou descentralização, autonomia ou dependência das partes, a gestão do tempo e a capacidade de implementar decisões por parte dos gerentes.
Processos de divulgação e informação	A divulgação e circulação de informações entre os implementadores e beneficiários da política; A adequação dos meios de divulgação junto aos seus públicos internos e

	externos, assim como informações claras e suficientes aos agentes da implementação e os beneficiários são fundamentais para o sucesso da política.
Sistemas de seleção	O tipo de seleção de agentes que implementarão a política ou do público-alvo a que esta se dirige; A divulgação dos processos seletivos para atingir todos os potencialmente interessados; e a adequação entre os processos seletivos e os objetivos da política.
Sistemas de capacitação	Verificar a capacidade dos agentes para que possam cumprir suas atividades na implementação, podendo ser feito por meio de capacitações internas ou externas; pode ocorrer também a capacitação dos beneficiários.
Sistemas logísticos e operacionais	Analisar se os recursos financeiros são suficientes para os objetivos propostos ou se podem ser maximizados, em benefício dos próprios objetivos e metas. É preciso também constatar se eles chegam em prazos adequados. Em relação aos recursos materiais precisa-se analisar se estes são determinantes para o êxito do programa, onde as medidas de suficiência e qualidade são as mais adequadas.
Processos de monitoramento e Avaliação internos	A implementação dos programas tende a ser monitorada ou supervisionada pelos seus gerentes. Já as avaliações internas tendem a ser mais raras, restringindo-se a examinar os registros administrativos ou a coletar opiniões dos agentes implementadores.

Fonte: Elaboração própria a partir de Draibe (2001).

A avaliação de processos, portanto, modifica o conteúdo do programa durante a execução. Sua aplicação requer um bom sistema de informações gerenciais, além da possibilidade de se desenhar fluxos e processos do programa. Ramos e Schabbach (2012) associam essa metodologia a uma combinação de métodos quanti e qualitativos, como *surveys* com questionários fechados, entrevistas semiestruturadas ou abertas e observação.

Draibe (2001) faz uma ampla abordagem da avaliação de processos, sustentando que uma avaliação deste tipo será mais completa se considerar interesses, conflitos e eventuais negociações dos programas; por isso, ela deve abarcar a avaliação das estratégias que permearam a implementação, mensurando seus êxitos ou fracassos e em que medida facilitaram ou dificultaram o sucesso do programa. A autora destaca três dimensões que considera importantes na abordagem do avaliador de implementação:

a) A dimensão temporal, ou seja, cálculos políticos que consideram apoios e resistências ao programa para classificar as alternativas como estratégias incrementais (em que a implementação se dá num período longo, por meio do qual alianças e coalizões que vençam prováveis resistências) ou estratégias de choque (através das quais a implementação ocorre,

em sua maior parte, de uma só vez, utilizando-se da surpresa e do insulamento burocrático de atores com poder decisório para combater resistências).

b) Atores estratégicos e matrizes de conflito e cooperação. Levanta questões que considera adequadas ao avaliador, como: que atores, institucionais ou individuais, sustentam o programa? Alguns atores foram escalados especialmente para apoiar o programa, servindo como uma futura base de coalizão e sustentação? Outros podem ter sido esquecidos ou desprezados, o que se revelou como um erro estratégico dos tomadores de decisão? Além disso, as matrizes de conflito e cooperação localizam pontos de acordo e consensos mínimos que são essenciais a negociações e à sustentabilidade do programa.

c) As parcerias e redes de apoio são associadas a produtores e consumidores da política pública, desde beneficiários diretos até financiadores e concorrentes (atores vinculados a programas semelhantes).

Para Draibe (2001), essas dimensões apresentadas devem estar na ordem das preocupações do avaliador da implementação, mesmo quando este não irá trabalhar exaustivamente com a questão estratégica.

Brousselle (2004) defende o uso da análise estratégica para a avaliação de processos devido a uma série de razões. Em primeiro lugar, o objetivo da avaliação do processo é o estudo da dinâmica interna de um programa, o que facilita a análise estratégica através do estudo em profundidade dos relacionamentos estratégicos. Em segundo lugar, o objetivo da análise do processo é o estudo das atividades formais e informais, e que a conceituação de análise estratégica facilita através das noções de sistemas, relações de poder e jogos entre os atores. E a terceira razão é que a avaliação de processo é baseada em percepções dos atores, assim como a análise estratégica, que leva em consideração as suas interpretações divergentes.

2.2 Avaliação de Políticas Públicas

A Avaliação de Política Pública será tratada nesta seção nos subitens de visão geral do conceito, critérios de utilização, pesquisa avaliativa e tipos de avaliação, conforme apresentado a seguir.

2.2.1 Visão geral do conceito

A avaliação é um instrumento importante para a melhoria do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Mesmo com

essa definição preliminar, pode-se dizer que não há um significado único de avaliação. Alarharja e Helgason (2000) argumentam que não há consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, uma vez que o conceito admite múltiplas definições. Isso se justifica por serem as políticas públicas de uma área que percorre por uma variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas. Segue-se, portanto, uma análise a respeito dessas múltiplas definições.

A avaliação de políticas públicas pode ser entendida como,

(...) uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 31-32)

Por meio da definição supracitada temos que a avaliação utiliza-se de mecanismos que têm por base o método científico na identificação de informações capazes de emitir julgamentos sobre as políticas públicas.

Conforme Cohen e Franco (1993, p 78), “a avaliação é o processo de gerar informações sobre as operações e o impacto da aplicação de programas e políticas”. Para eles, a avaliação não deve ser concebida como uma atividade isolada e autossuficiente, e sim fazendo parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação que permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficiência e eficácia.

Compactuando com tal definição, Mota (apud BITTENCOURT, 2007), define avaliação como sendo um processo de produção de informações sobre valores dos resultados da implementação de políticas e programas públicos. Para o autor, a avaliação pretende ampliar a responsabilização dos gestores públicos, fazendo emergir as informações sobre eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, que torna a avaliação uma prática necessária em nossos dias.

Segundo Costa e Castanhar (2003), avaliação refere-se ao exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. Trata-se, portanto, de uma atividade

permanente e não apenas restrita à etapa final do ciclo da política pública (que inclui as fases: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação), que informa sobre seus avanços e limites. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 972).

Por meio da contribuição de diversos autores, Garcia (2001, p. 31) define avaliação:

Avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.

Com base no conceito registrado por Kressler (1998, p. 1. apud TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011):

A avaliação é uma atividade infinitamente complexa visto que encerra em si mesma a complexidade de toda e qualquer política, cujos objetivos são variados, os atores numerosos, os instrumentos diversificados, enquanto os resultados são, principalmente, decepcionantes.

Com tal definição, entende-se que a função de avaliar uma política pública é em si muito complexa, tendo em vista a variedades de objetivos, atores e instrumentos.

Segundo Perret 2001 (apud TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011), a avaliação é uma atividade polissêmica, que se aplica a objetos diversos: políticas, programas e projetos; em diferentes domínios da ação pública e em espaços geográficos de abrangência variável.

De acordo com Mény e Thoenig (1989), avaliar uma política pública consiste em apreciar os efeitos atribuídos a uma intervenção governamental, no que concerne á vida social e ao meio ambiente físico. Assim sendo, trata-se de examinar as consequências que uma política pública causou para o seu público alvo.

Arretche (2009) e Cunha (2006), no entanto, alertam para a questão de que justamente pelo fato do processo avaliativo envolver um julgamento, a atribuição de valor, uma medida de aprovação ou desaprovação, não existe a possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação de políticas públicas seja apenas instrumental, técnica ou neutra. Também existem os aspectos qualitativos, provenientes da apreciação de avaliadores internos ou externos e dos usuários ou beneficiários.

Sobre o assunto em questão, Faria (2005) define a avaliação como uma ferramenta sobre situações favoráveis ou desfavoráveis inerente a uma determinada política ou programa,

afinal ela fornece aos gestores aspectos relacionados a objetivos pactuados x impactos produzidos.

Draibe (2001) argumenta que a avaliação é uma atividade estratégica que permite a compreensão das políticas e do Estado em ação, visando o seu aprimoramento. Lobo (2007) e Arretche (2001) acrescentam que é um instrumento para a tomada de decisões e para viabilizar o controle social sobre o gasto público e as ações de governo, um importante direito democrático. Desse modo, esses conceitos se complementam uma vez que a avaliação contribui para a tomada de decisão e melhoramento da política.

Na visão de Schurster (2014, p. 1) a avaliação configura-se como uma importante ferramenta fornecedora de informações e permite que os mais variados aspectos de uma política, programa ou projeto sejam analisados. Para uma melhor compreensão, esse autor parte de dois campos semânticos iniciais sobre a discussão das avaliações para melhor compreendê-la: avaliação e avaliar. Etimologicamente estas palavras são variantes de um mesmo significado, porém detêm significantes próximos, mas distintos. Entende-se avaliação como um procedimento de valoração estabelecido por quem avalia. Avaliar pode ser definido como a determinação de valoração, de valor a algo. Enquanto a avaliação tem como foco a verificação de progresso, no sentido de mudança qualitativa, avaliar é uma conjectura sobre a qualidade, atribuindo valor e significância ao objeto em questão. Então, avaliação seria o ato de avaliar em sua prática. Portanto, avaliar teria como desdobramento a própria avaliação. (SCHURSTER, 2014)

Outro conceito de avaliação é apresentado por Minayo (2005, p. 23): “conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados”, definição esta que evidencia o aspecto técnico e metodológico da avaliação.

Minayo (2005) conceitua ainda que a avaliação de programas/políticas sociais procura emitir um juízo de valor sobre determinada intervenção, deve estar incluída no planejamento das ações, tem o papel de subsidiar a gestão, pois não objetiva castigar as pessoas atingidas ou envolvidas nela, mas melhorar seu desempenho.

Corroborando com Minayo, Arcoverde (2013), afirma que a avaliação de políticas públicas se trata de métodos e técnicas da pesquisa social, que darão sentido à busca de subsídios para afirmar a contribuição ou não das mesmas para a melhoria das condições de vida da população em geral.

Para Rauen (2013) a avaliação de políticas e programas diz respeito à atividade, planejada e estruturada, destinada a compreender tanto os resultados e impactos de uma ação

quanto a forma de gestão dessa ação, no sentido não só de diagnosticar, mas também de prever e propor alterações e melhorias na ação avaliada.

Além de aprimorar o processo de tomada de decisão, vislumbrar a alocação apropriada de recursos e promover a responsabilização por decisões e ações (*accountability*) dos governantes perante o parlamento, as agências reguladoras e fiscalizadoras e os cidadãos, a avaliação permite aos formuladores e gestores de políticas públicas desenharem políticas mais consistentes, com melhores resultados e melhor utilização dos recursos. Diante de tantas definições apresentadas, pode-se inferir que embora não haja um consenso definido sobre a temática, a avaliação de políticas públicas é um processo importantíssimo para fundamentar e auxiliar no processo de tomada de decisão, bem como aumentar a responsabilização na gestão pública, fazendo com que tenhamos cada vez melhores resultados e avanço das políticas públicas, além de possibilitar aos gestores públicos a correção de erros ou potencialização de oportunidades.

Na sequência serão apresentados os critérios que podem ser atribuídos à utilização da avaliação de políticas públicas, que irão identificar se uma determinada intervenção governamental alcançou seus objetivos, ou se causou transformações na vida dos beneficiários, ou ainda se chegou ao melhor resultado com os mesmos recursos.

2.2.2 Critérios de utilização

Alguns autores, como Andrade, Ussan e Klering (2001) e Costa e Castanhar (2003) inserem dentro do campo das políticas públicas os chamados critérios de utilização, principalmente os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, que são geralmente empregados para averiguar o sucesso ou não do programa ou projeto implementado.

Para Cotta (1998, p. 112), o conceito de eficiência,

(...) diz respeito à relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto ou programa. Quando ambos podem ser traduzidos em unidades monetárias, recorre-se à análise custo-benefício (ACB) que, grosso modo, pretende verificar se os beneficiários líquidos de projeto excedem seus custos operacionais.

Segundo Cavalcanti (2006, p. 9), “a eficiência de uma política pública refere-se à otimização dos recursos utilizados, ou seja, o melhor resultado possível com os recursos disponíveis”. Entende-se, portanto que a eficiência é a relação entre custo e benefícios, em

que busca-se alcançar com menos recursos um resultado previamente determinado, ou até mesmo alcançar um resultado maior que o esperado com o recurso disponível.

Para Belloni; Magalhães e Sousa (2003), a eficiência diz respeito ao grau de aproximação e a relação entre o previsto e o realizado, no sentido de combinar os insumos e implementos necessários à consecução dos resultados visados. Refere-se à otimização dos recursos utilizados, funcionando como causa elucidativa do resultado que se busca avaliar, além de ser um indicador de produtividade das ações desenvolvidas. Abrange método, metodologias, procedimentos, mecanismos e instrumentos utilizados para planejar, projetar, tratar objetos ou problemas, tendo em vista a consecução criteriosa de diretrizes e objetivos finalísticos determinados.

Existem também políticas cujos critérios de análise dizem respeito à eficácia que buscam entender a relação entre os objetivos planejados e os seus respectivos resultados alcançados. De acordo com Cohen e Franco (1993) a eficácia refere-se ao “grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto da população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados”.

Na visão de Arretche (1998, p. 5) “a avaliação de eficácia é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas. Isto porque ela é certamente aquela mais factível e menos custosa de ser realizada”. Embora seja difícil a obtenção de dados confiáveis nesse tipo de critério de avaliação, a eficácia é importante por desconsiderar os custos implicados para obtenção dos objetivos do programa.

Por sua vez, a eficácia é a medida do grau de atingimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto. Diz respeito à capacidade demonstrada pelo projeto de atingir os objetivos e metas previamente estabelecidos. Ainda, Belloni; Magalhães e Sousa (2003), conceituam eficácia como o resultado de um processo; entretanto, contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução de objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente proposto. Quando se trata de política pública, considera-se que eficácia não pode estar restrita simplesmente a aferição de resultados parciais. Ela se expressa, também, pelo grau de qualidade do resultado atingido. Toda via, por relaciona-se a um processo e uma metodologia de atuação, depende dos insumos disponibilizados no e pelo processo eficiente.

Outro critério em destaque é o da efetividade das políticas. A efetividade é o conceito que revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007). Isto

é, a medida do grau de atingimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado Programa, tendo como referência os impactos na sociedade. Como se trata da capacidade que os resultados do projeto têm de produzir mudanças significativas e duradouras no público beneficiário, a avaliação de efetividade apresenta certo grau de dificuldade, pois exige que os resultados encontrados sejam diretamente relacionados com o projeto avaliado.

Para avaliações dessa natureza, Cotta (1998, p. 115) aponta alguns pré-requisitos considerados muito relevantes para seu êxito: "a) os objetivos da intervenção devem estar definidos de maneira a permitir a identificação de metas mensuráveis; b) sua implementação deve ter ocorrido de maneira minimamente satisfatória, pois, caso contrário, não faria sentido tentar aferir impacto".

Draibe (2001) entende por eficácia à relação entre características e “qualidades” dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro. Isto é, a avaliação de eficácia é por natureza uma avaliação de processo, pois atingem graus satisfatórios de eficácia quando os resultados são atingidos em menor tempo, menor custo e mais alta qualidade, e isso depende dos processos e sistemas adequados de implementação. A efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. (DRAIBE, 2001, p. 36). E, a eficiência diz respeito às qualidades de um programa relativas ao tempo e aos custos, constituindo a relação entre os resultados e objetivo, as medidas de custo/ benefício seriam os melhores indicadores da eficiência de um programa.

O Quadro 2 ilustra a distinção entre as três dimensões da avaliação e os recursos analíticos utilizados em cada um dos aspectos da avaliação.

Quadro 2 – As dimensões da avaliação de políticas públicas

Dimensão	Conceito	Objetivo	Relação
Eficiência	Relação entre os esforços empregados e uma ação e os resultados alcançados.	Verificar aspectos referentes ao rendimento técnico e administrativo da ação.	Custo/Benefício (preços de mercado).
Eficácia	Relação entre objetivos e instrumentos utilizados e os resultados efetivos.	Verificar a penetração de resultados no tempo e no espaço.	Metas enunciadas/Metas alcançadas (preços sociais).
Efetividade	Relação entre a implementação e os seus impactos na	Verificar os efeitos em cadeia dentro da sociedade.	Não se ocupa de <i>inputs</i> e <i>outputs</i> como as dimensões anteriores.

	mudança de uma condição prévia.		Refere-se a impacto, isto é, aos valores sociais.
--	---------------------------------	--	---

Fonte: Criado a partir de Andrade et al. (2001).

Completando o tema, Costa e Castanhar (2003, p. 973) apontam além dos critérios já apresentados de eficiência, eficácia, e efetividade podem ser atribuídos ao processo de avaliação de políticas públicas outros critérios:

- Sustentabilidade: mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- Análise custo-efetividade: similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- Satisfação do beneficiário: avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- Equidade: procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

Esses autores salientam o emaranhado conceitual que ainda prevalece nesse campo, demonstrado pela multiplicidade de tipos de avaliação – conforme veremos mais a frente - e pela variedade de critérios de utilização apontados. Todos esses conceitos são fundamentais para o processo de avaliação de política pública, uma vez que se devem observar quais critérios se encaixa na obtenção do objetivo da avaliação pretendida.

2.2.3 Pesquisa avaliativa

Segundo Faria (2005), nas décadas de 1980 e 1990, a avaliação de políticas públicas foi posta a serviço da reforma do Estado. Para esse autor, o primeiro *boom* da avaliação de políticas e programas públicos ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1960. A pesquisa avaliativa era então encarada como ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes de mais alto escalão. Nesse contexto, a avaliação acabou institucionalizando-se, dentro de um enfoque *top-down* e por meio de uma ordem executiva do presidente norte-americano, a qual determinava que os programas sociais fossem avaliados.

Nos EUA, essa “era de ouro” da avaliação durou até o final da década de 1980, dentro da qual predominava um paradigma metodológico experimental, randomizado e controlado. A

inicial abordagem *top-down* foi sendo progressivamente revertida, com o surgimento de metodologias *bottom-up* (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Na década de 1990 passou a predominar em muitos países a função de realocação, associada ao movimento do *New Public Management*, tendo os avaliadores se convertido em auditores que privilegiavam a aferição dos resultados.

Na América Latina, a institucionalização da “função avaliação” aconteceu apenas entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, sendo instrumentalizada para o sucesso da reforma do Estado a partir de três propósitos básicos: a) a adoção de uma perspectiva de contenção dos gastos públicos, b) a busca de melhoria da eficiência e da produtividade, de ampliação da flexibilidade gerencial e da capacidade de resposta dos governos, c) a maximização da transparência da gestão pública e de responsabilização dos gestores, o consumidor vindo em primeiro plano (MELO, 1998).

A consolidação de sistemas de avaliação no continente teve forte caráter de indução externa. Dentro de uma perspectiva gerencialista, percebe-se a ênfase dada à implantação dos sistemas de avaliação pelos organismos multilaterais, que investem sistematicamente no processo: disponibilizando assistência técnica, fornecendo financiamento, articulando redes de profissionais, sensibilizando lideranças políticas e acadêmicas e atrelando o financiamento de projetos à exigência de avaliação (FARIA, 2005; MELO, 1999).

Esta nova ênfase dada à avaliação de políticas no Brasil, centrada em pesquisas que aplicam metodologias de avaliação de resultados ou de impacto, não despertou interesse por parte da comunidade acadêmica, dos analistas de políticas públicas, e das áreas de sociologia e de ciência política. Esta sempre tendo privilegiado os processos decisórios nas análises, em detrimento de investimentos mais sistemáticos no estudo dos processos de implementação e avaliação.

Parte significativa dos estudos sobre os processos de avaliação de políticas públicas realizados desde a década de 1960 refere-se às questões de ordem metodológica e/ou às distintas maneiras de se classificar a avaliação, além de seu viés acentuadamente normativo. Sempre houve uma crença de que os resultados seriam automática e necessariamente encampados pelos tomadores de decisões para a melhoria da política ou do programa em questão. E também uma expectativa ingênua de que se poderia produzir “melhores e mais sábias decisões” com base apenas na realização da avaliação (FARIA, 2005).

Marcada por desenvolvimentos internacionais, a área de avaliação de programas e serviços expandiu-se e diversificou-se metodologicamente nas últimas décadas (NOVAES, 2000). Cada vez mais exigida pelas agências financiadoras internacionais, a avaliação de

programas e serviços cresceu em valorização devido a três movimentos principais, apontados por Adulis (2002): a) redução no volume dos recursos, que se articula ao crescente ceticismo quanto ao valor da ajuda nos países em desenvolvimento; b) aumento da concorrência entre as organizações do terceiro setor, que pressiona para uma maior profissionalização da área; c) o processo de democratização e aumento da participação social, gerando pressões para controle social dos gastos públicos.

Trevisan e Van Bellen (2008) destacam alguns problemas a serem superados na área da avaliação, organizados em três tópicos: 1) baixa capacidade de acumulação de conhecimento da área, em função da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de pesquisa (ARRETCHE, 2001). Como solução a esse problema foram criados fóruns específicos sobre políticas públicas em espaços acadêmicos e em periódicos nacionais e internacionais, mais acessíveis devido à sua informatização. 2) Abundância de estudos setoriais, caracterizados pela diversificação horizontal, sem um fortalecimento vertical da produção (SOUSA, 2003). 3) Proximidade da área de políticas públicas com a burocracia governamental, que tanto pode resultar em trabalhos normativos e prescritivos, como na possibilidade desses mesmos órgãos governamentais ditarem a agenda de pesquisa acadêmica (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

No que tange o processo avaliativo, em questão neste trabalho, alguns autores como Figueiredo e Figueiredo apontam para um debate contemporâneo entre avaliação de política e avaliação política. Por avaliação de política entende-se:

A análise crítica do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes (Apud FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p. 108).

A avaliação de política está inserida no plano macro, pois, é ela quem trás a necessidade que uma avaliação política seja incorporada no processo avaliativo de políticas públicas. Portanto, a avaliação política está ligada a análise da conjuntura de elaboração das políticas no meandro da governança e como tais encaminhamentos de ordem política se inserem na arena de disputa pertencente ao próprio jogo da política.

Partindo do pressuposto de que toda avaliação atribui valores, um dos fatores primordiais no processo avaliativo é a identificação das escolhas, das alternativas do projeto político social. Neste sentido, pauta-se para discussão a necessidade de percorrer o caminho que leva os governos a optarem por tais tipos de políticas e projetos em detrimento a outros. É

através desta discussão que Figueiredo, utilizando-se das premissas de Brian Barry, aponta para a separação entre Avaliação Política e Avaliação de Política.

Para Figueiredo e Figueiredo (1986), a primeira estaria ligada ao clareamento dos critérios de seleção que fundamentam e tornam preferíveis determinadas políticas. Assim, torna-se imprescindível para avaliação de quaisquer políticas sociais a análise dos debates que a tornaram possível, legível e representativa na arena decisória da política antes de ser implementada. A Avaliação de Política seria o processo avaliativo recorrente durante uma política implementada que já teria ultrapassado a arena decisória podendo acontecer no decorrer de sua implementação, bem como, posterior a sua realização. Com isso, percebe-se que um caminho possível seria uma junção entre estes dois processos de Avaliação onde os mesmos se identifiquem como etapas de um conjunto maior de Avaliação que se configura como algo complexo e multifacetado.

Como uma análise de políticas públicas ou programas de avaliação, a pesquisa em avaliação, é um conjunto de instrumentos de pesquisa que vai além de identificar problemas e propor soluções. Igualmente, aponta mudanças que poderão levar melhorias às políticas e aos programas públicos (BEHELAINÉ; CKAGNAZAROFF, 2014). A avaliação de políticas, programas e planos governamentais não é o destino final, mas sim uma ferramenta importante para melhorar a eficiência dos gastos públicos, o gerenciamento de qualidade e do controle social da eficiência e eficácia das ações governamentais (CENEVIVA; FARAH, 2012).

Para Neirotti (2012), avaliar é distintivo porque lida com o conhecimento aplicado, considerando decisões de políticas públicas feitas nas esferas públicas. Para tanto, a pesquisa em avaliação mostra-se importante para o mundo das ações públicas, pois está integralmente ligada às políticas, aos programas e às práticas que afetam o cotidiano das pessoas (MARK; HENRY, 2004).

A pesquisa em avaliação também desempenha um importante papel em termos de responsabilidade. As evidências produzidas por meio da análise de políticas públicas podem ser utilizadas no apoio à responsabilidade interna, isto é, demonstram a produtividade da intervenção em questão tanto na política quanto na organização. Essas evidências que resultam da avaliação apoiam também responsabilidade externa, demonstrando ao amplo ambiente social ou político que as políticas e programas são eficientes em lidar com problemas sociais para os quais foram formulados. Assim, a pesquisa em avaliação pode corroborar uma maior transparência política para garantir que o planejamento social e a inovação alinhem-se aos interesses sociais e políticos (NEIROTTI, 2012).

Para Silva e Silva (2001) a avaliação de políticas públicas possui três funções: técnica, política e acadêmica. A função técnica fornece subsídios para a) corrigir desvios no decorrer do processo de implementação; b) indicar em que medida os objetivos e as mudanças ocorreram; c) subsidiar a elaboração ou o redimensionamento de políticas e programas sociais.

A função política oferece informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais no campo das políticas públicas, por meio do controle social, construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa. A função acadêmica desvela as determinações e as contradições presentes no processo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas, ou seja, sua essência, para a construção do conhecimento.

Como destacado por Weiss (1998), ao se encerrar uma avaliação existe a expectativa de que os resultados sejam automaticamente usados, seja para a) ajudar os governantes a decidir se continuam ou encerram certas iniciativas, b) expandir ou institucionalizar programas bem-sucedidos e reduzir os malsucedidos; d) decidir que programas mudar e quais componentes do programa necessitam de modificação (WEISS, 1999). Essa expectativa tem gerado frequentes desapontamentos: diversos autores, como Weiss (1998 e 1999), Faria (2005), Mokate (2002), têm mostrado que a incorporação da avaliação nos processos de gestão, como suporte à tomada de decisão, ainda é baixa.

Diversos autores problematizam essa questão, apontando que, ainda que a avaliação tenha se estabelecido como uma importante ferramenta para melhoria de programas e projetos, até agora não se caracteriza como elemento indispensável do processo de gestão, representando um universo de muitas promessas e poucas realizações, um novo modismo, gerador de burocracia e poucos resultados (COTTA, 2001; FARIA, 2005; MOKATE, 2002; TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Para Cotta (2001), as condições para um efetivo uso dos resultados de uma avaliação devem ser intencional e meticulosamente criadas, pois por vezes as avaliações constituem-se em um problema para os governantes e gerentes de projetos, sendo usadas para criticar governos ou, quando os resultados são favoráveis, para legitimar ganhos políticos (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008). Nesse sentido, Arretche (1998) observa que o impacto social de uma política tende a ter menor peso no processo decisório do que seu impacto sobre a opinião pública ou seu impacto eleitoral. Três dimensões quanto ao uso das avaliações são apresentadas por Faria (2005): instrumental (relativa ao apoio às decisões e à busca de resolução de problemas, depende também da adequada divulgação dos resultados, de sua

inteligibilidade e da factibilidade das recomendações); conceitual (ou função educativa, que pode alterar a maneira como os técnicos compreendem a natureza, a operação e o impacto do programa que implementam); e simbólica (uso político, como instrumento de persuasão e para legitimar uma posição).

Mokate (2002), porém, lembra que é fundamental que os gerentes tenham autonomia para redefinir os programas em função dos resultados da avaliação, o que implicaria autoridade para realocar recursos, redefinir estratégias, situação essa que não é regra no contexto da administração pública.

2.2.4 Tipos de avaliação

A avaliação pode ser realizada de diversas maneiras. Por exemplo, a avaliação acadêmica, que é mais formal e enfoca a efetividade das políticas, seus impactos e benefícios; por sua vez, a avaliação da implementação privilegia o exame de sua eficiência e eficácia.

Ainda que estudos neutros representem um mito, a pesquisa avaliativa acadêmica permite maior isenção e rigor científico. As avaliações com foco na questão fiscal são denominadas “gerencialistas”, e em contraposição a elas, as de cunho mais acadêmico, são chamadas de “não gerencialistas” (FARIA, 2005). Os tipos de avaliação podem ser agrupados de acordo com outros critérios não excludentes, como se observará a seguir.

Conforme o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação: A avaliação é externa quando realizada por especialistas de fora da instituição responsável pelo programa, apresentando vantagens e desvantagens. Entre suas vantagens citam-se: a isenção e objetividade dos avaliadores externos, não implicados diretamente no processo, e a possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados. Entre suas desvantagens ressaltam-se: o difícil acesso aos dados e uma provável posição defensiva dos que terão seu trabalho avaliado, fazendo com que, muitas vezes, forneçam informações parciais ou minimizem o efeito da avaliação sobre a melhoria dos programas.

A avaliação é interna quando executada dentro da instituição e conta com maior colaboração das pessoas que participam diretamente do programa-projeto. Entre suas vantagens tem-se: a eliminação da resistência natural ao avaliador externo, e a possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão acerca das atividades institucionais. Já entre as desvantagens pode-se perder muito em objetividade, já que os que julgam estão envolvidos na formulação e execução dos programas. Todavia, se a avaliação interna for realizada por

funcionários que não participam diretamente do programa, na tentativa de se diminuir a subjetividade, a situação torna-se análoga à do avaliador externo (CUNHA, 2006).

Do exposto acima se depreende que o conhecimento da metodologia de avaliação não substitui o conhecimento sobre as especificidades e os detalhes do programa, não existindo um único modelo a ser aplicado em todos os casos. Neste sentido, cita-se, ainda, a avaliação mista, que combina os dois tipos anteriores, fazendo com que os avaliadores externos tenham contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado, o que pode maximizar as vantagens e minimizar ou superar as desvantagens das avaliações (CUNHA, 2006).

Por fim, evoca-se a avaliação participativa, usada principalmente em pequenos projetos, e que prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações. Essa modalidade não costuma fornecer informações específicas sobre o impacto de um programa, mas sim sobre a opinião/percepção dos participantes (ABMA, 2004; KAYANO; CALDAS, 2002; apud RAMOS; SCHABBACH, 2012; SPINK, 2001).

Conforme a natureza da avaliação: quanto à natureza, as avaliações podem ser formativas quando relacionadas com a formação do programa. Elas são voltadas para a análise e a produção de informações sobre as etapas da implementação aos diretamente envolvidos, fornecendo elementos para a correção de procedimentos.

Por sua vez, as avaliações somativas referem-se à análise e à produção de informações sobre a implementação e etapas posteriores, sendo efetuadas quando o programa está sendo executado há algum tempo ou após, no sentido de verificar se alcançou as metas previstas e julgar seu valor geral. Elas contemplam as relações entre o processo, os resultados e o impacto, podendo incluir comparações entre diferentes programas (CUNHA, 2006).

Conforme o momento de realização da avaliação: Quando se leva em conta o momento de sua realização, os estudos avaliativos diferenciam-se em *ex ante* e *ex post*. A avaliação *ex ante* é realizada antes do começo de um programa, com o propósito de dar suporte à decisão de implementá-lo ou não, e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados (CUNHA, 2006).

Destaca-se neste tipo de avaliação o diagnóstico (ou estudo da situação), quando se mapeiam as necessidades e são realizados estudos de factibilidade que orientarão a formulação do programa, além do exame do custo-benefício e do custo-efetividade, que objetiva adequar os recursos disponíveis aos objetivos propostos. Tais procedimentos permitem aquilatar a viabilidade dos programas e projetos.

Ainda dentro da avaliação *ex ante*, Khander et al. (2010) ressaltam a importância de se realizar estudos prospectivos para dimensionar os possíveis benefícios ou obstáculos de uma

intervenção, simulando-se situações futuras (com e sem o programa), e de se utilizar o modelo de análise estrutural que identifica os principais agentes envolvidos (indivíduos, comunidades, governos locais ou nacionais), suas interações e os diferentes contextos que influenciam os resultados do programa. Tais procedimentos podem colaborar com o refinamento das ações antes mesmo da sua implementação, ao prever seus efeitos potenciais em diferentes ambientes sociais.

Por sua vez, a avaliação *ex post* é realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões passam a se basear nos resultados alcançados. Quando o programa está em execução, julga-se se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Se a resposta for positiva, avalia-se se se deve manter a formulação original ou efetuar modificações, redirecionando os objetivos, propostas e atividades.

Quando o programa já foi concluído, examina-se a pertinência do uso futuro da experiência, isto é, se o mesmo tipo de programa deve ser replicado ou não. A avaliação *ex post* é a mais desenvolvida metodologicamente e a que tem tido maior aplicação. Para captar o impacto recomenda-se combinar ambas as análises (*ex ante* e *ex post*) a fim de se comparar o alcance do programa (*ex post*) com as previsões (*ex ante*).

Conforme o tipo e problema ao qual a avaliação responde: Existem ainda duas modalidades de estudos avaliativos, que se referem aos tipos de problemas ou perguntas que pretendem responder (COHEN E FRANCO, 1993; COTTA, 1998): a avaliação de processos, que é realizada durante a implementação do programa e diz respeito à dimensão da gestão, e a avaliação de resultados e de impacto, com objetivos mais ambiciosos, especialmente o de responder se o programa funcionou ou não (CUNHA, 2006).

A avaliação processual procura detectar, periodicamente, as dificuldades que ocorrem durante o processo, a fim de se efetuarem correções ou adequações. Ela permite identificar os verdadeiros conteúdos do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente. Acompanhando os processos internos, ela focaliza os fatores que influenciam a implementação, estimulando mudanças, quando necessárias (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Por intermédio de procedimentos mais céleres, essa avaliação serve de suporte para melhorar a eficiência operativa e a eficácia dos programas, disponibilizando resultados e informações úteis aos gestores e gerentes, mais diretamente voltados às situações contextuais. Seus desenhos adaptam-se ao contexto, ao problema e à abrangência da pesquisa,

frequentemente combinando métodos quantitativos e qualitativos: *surveys* com questionários fechados, entrevistas semiestruturadas ou abertas e observação.

Conforme Viana (1996), a avaliação de processo diferencia-se da de impacto pelo seu objeto — que é a aferição da adequação entre meios e fins, considerando os aspectos organizacional e institucional, social, econômico e político — e pelo seu objetivo, qual seja, o de permitir a correção do modelo de causalidade e da implementação, visando reorientá-la em função dos objetivos propostos.

Por sua vez, a avaliação de resultados procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas.

Segundo Ramos e Schabbach (2012) avançando-se um pouco mais em torno de seus objetivos, a aferição dos resultados contempla a avaliação de impacto, que verifica a existência de um nexo causal entre os resultados da implantação do programa ou projeto e as alterações nas condições sociais da população. É uma dimensão *ex post* do resultado, relacionada com os objetivos gerais e o alcance efetivo das metas (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Ramos e Schabbach (2012) afirmam que se tratando de avaliação mais complexa, essa modalidade procura responder a três questões fundamentais:

- a) As mudanças observadas na situação-problema se devem à intervenção ou a outros fatores?
- b) Uma solução se aplica a outras realidades, ou apenas a determinado contexto?
- c) As mudanças são permanentes ou temporárias, cessando com a interrupção do programa?

A avaliação de impacto, geralmente realizada por meio de desenhos quase experimentais, usa métodos quantitativos para a coleta e o tratamento dos dados e modelos estatísticos e econométricos para analisá-los (RAMOS; SCHABBACH, 2012). O principal desafio é demonstrar que os resultados encontrados estão causalmente relacionados aos produtos oferecidos pelo programa. As exigências para uma adequada aferição de impacto são:

— observar um tempo de maturação do programa (ou do “tratamento”) para se identificar o registro de impacto;

— contar com uma gama de informações anteriores à implementação (estudos *ex ante*);

— encontrar um bom contra factual — um indivíduo ou grupo de comparação que não tenha participado do programa, mas que seja similar ao factual ou de tratamento – a fim de se controlar o viés de seleção do indivíduo ou grupo de comparação;

— comparar o estudo com outras avaliações. (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Esses desenhos possuem alta legitimidade na comunidade internacional que discute avaliação de políticas públicas e permitem a realização de análises abrangentes, com grandes amostras populacionais. São pesquisas mais complexas e caras, e demoram mais tempo até produzirem resultados aos tomadores de decisão. Por estes motivos, Khander e colaboradores (2010) sugerem sua utilização parcimoniosa, especialmente quando: a) o programa é inovador e de importância estratégica, b) há uma falta de conhecimento do que funciona ou não, c) houver dados viáveis e de qualidade.

Na classificação de Figueiredo e Figueiredo (1986), tanto a avaliação de processo quanto a de impacto podem chegar às seguintes conclusões:

- a) O resultado esperado é alcançado.
- b) Um resultado não esperado é produzido, sendo, porém, positivo.
- c) Resultados do tipo a) e b) ocorrem e são positivos no curto prazo, mas podem ser negativos no médio e longo prazo.
- d) O resultado esperado é atingido no que se refere aos membros da população-alvo, isto é, cada indivíduo melhorou sua situação com a política pública; no entanto, em médio prazo, a categoria social a que esses indivíduos pertencem, ou passam a pertencer, piora.
- e) O resultado esperado não é alcançado e nenhum outro resultado é produzido.
- f) Um resultado não esperado ocorre, sendo, porém, negativo.

Ao considerar que a avaliação de uma política pública se constitui como um instrumento importante para a continuidade da mesma, o tipo de avaliação a ser realizada em uma determinada pesquisa, deve ser bem escolhido e bem executado para que se possam alcançar resultados coerentes.

3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

3.1 Política Nacional de Assistência Estudantil

A década de 1980 foi marcante para a organização e luta dos estudantes por seus direitos, inclusive pela assistência estudantil. Certamente têm relação com esse movimento, as

iniciativas no âmbito das Instituições Educacionais que contribuíram para colocar a assistência ao estudante em evidência na agenda pública nesse período. Também para a Assistência Estudantil a década de 1990 trouxe as consequências da redução de investimentos decorrente da reforma do Estado o que atingiu principalmente as políticas de corte social.

A Política de Assistência Social é definida, segundo a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que a regulamenta, em seu Art. 1º como Política de Seguridade Social, direito do cidadão e dever do Estado. O Art. 2º trata dos objetivos da Assistência Social, entre eles “o amparo às crianças e adolescentes carentes” e “a promoção da integração ao mercado de trabalho”. O parágrafo único desse artigo diz que:

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1997, p. 1).

Sendo assim, um dos princípios que regem a Política de Assistência Social é a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 1997, p. 2). Desta maneira, no contexto da Política de Educação, a Assistência Social teria como propósito assegurar condições favoráveis ao exercício do direito à educação. Segundo Pereira (1996), a Assistência Social deve se constituir um “elo orgânico” entre as demais políticas socioeconômicas: “[...] ela é a condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais, engendradas pelos mecanismos excludentes do mercado de trabalho, se efetivem como direito de todos” (PEREIRA, 1996).

Silveira (2012) destaca que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, logo a assistência estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais se evidencia como uma política de direito, portanto não devendo ser entendida como assistencialismo, corporativismo ou caridade.

Em se tratando da assistência estudantil, a concepção contida na proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil feita pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e aprovado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) é de que a Política de Assistência Estudantil

[...] é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos

estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012).

A aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no ano de 2007 é, então, resultado desse processo que teve um impulso durante os anos de 1980 e ganhou força na década de 2000, com a articulação do FONAPRACE e da ANDIFES, em resposta às lutas dos estudantes, culminando com essa aprovação. Outra ação importante no âmbito dessa política e que concretamente a instituiu como política pública foi a publicação, no dia 19 de julho de 2010, do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cuja finalidade é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal” (BRASIL, 2010, p. 1).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234/2010 coloca novas perspectivas para a Assistência ao Estudante. Esse programa determina que as ações relacionadas a assistência estudantil devam ser realizadas por instituições federais de ensino superior, que é o caso também dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (como o IFPB). Ainda segundo o PNAES, o público alvo para as ações de assistência estudantil serão os alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino ou em condição socioeconômica reduzida, que a política define como a renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

O Decreto determina que as ações de assistência estudantil sejam realizadas em dez áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A condução da Política de Assistência ao Estudante no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, previsto no PNAES, contempla com recursos assistenciais, alunos com baixa condição socioeconômica, tanto dos níveis técnicos quanto da educação superior dessas instituições (RAMALHO, 2013).

Com base nos estudos de Palácio (2012), Ramalho (2013), Silveira (2012) e Souza (2012), pode-se perceber que a Assistência Estudantil passou a ser formalizada como política pública após a aprovação do PNAES, e que historicamente vem sendo desenvolvida, nas instituições Federais de Educação do país, ações e serviços voltados para a assistência aos estudantes, dentre os quais, alguns de caráter universal, como a Assistência Médica,

Odontológica e Psicológica, e outros, como alguns programas de Assistência Social, como auxílio moradia, transporte e alimentação.

Segundo Palácio (2012), o PNAES serve como um programa-base para implantação de inúmeros outros programas de permanência dentro da Instituição Federal de Ensino. As ações de seu programa se mostram como importante instrumento para amenizar as “desigualdades” vividas por muitos estudantes e que possuem maior risco de se evadirem.

Embora reconheça os avanços, Vasconcelos (2010) afirma que ainda precisará de um esforço coletivo por parte dos dirigentes das IFES, juntamente com os docentes, discentes e técnicos administrativos, para que o PNAES seja aprovado em forma de política pública, inicialmente pelas IFES, para posteriormente, após consolidado e com resultados satisfatórios, se efetivar em uma política pública de Estado.

3.2 Política de Assistência Estudantil do IFPB

A Assistência Estudantil entendida na perspectiva da educação como direito de todos e dever do Estado, configura-se como uma política pública que estabelece um conjunto de ações visando reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes. (BRASIL, 2011). Não obstante, para ser legitimada e obter-se destina - na luta por sua materialidade, com o compromisso político dos gestores com sua sustentabilidade e com um substancial aporte de recursos humano, material e financeiro.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB foi elaborada no ano de 2011, aprovada através da Resolução nº 12 de 25 de fevereiro de 2011 e convalidada pela Resolução nº 40 de 06 de maio de 2011. Nesse mesmo ano passou a ser implementada nos Campus de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Sousa e Cajazeiras.

Por meio do quadro 3 são apresentados os objetivos da referida política, conforme redação do Art. 3º da mesma:

Quadro 3 – Objetivos da política de assistência estudantil do IFPB

Itens	Objetivos
I	Garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.
II	Realizar acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico - reduzir o índice de evasão e a retenção na série.
III	Assegurar ao aluno que apresente necessidades educativas especiais condições

	para seu amplo desenvolvimento acadêmico.
IV	Promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais.
V	Ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido.
VI	Fortalecer e ampliar programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros.
VII	Reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais.
VIII	Realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.

Fonte: Elaboração Própria, a partir da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é operacionalizada através dos Programas descritos na figura 1:

Figura 1 – Programas da Assistência Estudantil do IFPB



Fonte: Elaboração Própria, a partir da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é destinada a todos os alunos regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino. Os objetivos supracitados devem ser viabilizados, segundo a referida política, estabelecendo estratégias que assegurem igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso; disponibilizando no orçamento Institucional recursos específicos para a Política de Assistência Estudantil; criando e ampliando programas voltados à assistência estudantil; instituindo programas e projetos para

alunos com necessidades especiais - educativas, físicas, psíquicas ou motoras; e oferecendo educação inclusiva de qualidade para jovens e adultos trabalhadores.

A seguir apresentam-se os objetivos e competências de cada programa da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Quadro 4 – Objetivos e competências dos programas da política de assistência estudantil do IFPB

Programa	Objetivos	Competências
Programa de Benefícios Sócio-assistenciais	Garantir a estas condições de acesso, permanência e conclusão do curso com qualidade	Assegurar ao estudante em vulnerabilidade social o acesso prioritário aos programas previstos nesta política; Garantir ao estudante as condições necessárias ao bom desempenho acadêmico, tais como: aquisição de óculos, compra de medicamentos, realização de exames, dentre outros. Assegurar isenção das taxas, preços e emolumentos previstos nas resoluções do IFPB; e Prover recursos financeiros para participação em eventos científicos, esportivos e artístico cultural;
Programa de Alimentação	Oportunizar aos estudantes o atendimento das necessidades básicas de alimentação, na perspectiva de assegurar a este, condições indispensáveis ao pleno desenvolvimento acadêmico, social e de convivência estudantil.	Desenvolver atividades visando à promoção da saúde dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis; Avaliar periodicamente o nível de satisfação dos estudantes, acerca dos serviços oferecidos; Assegurar a oferta de auxílio alimentação, nos campi que ainda não dispõem de restaurante estudantil; e Oportunizar a garantia de convivência estudantil, viabilizando a integração, socialização e atendimento de necessidades básicas.
Programa de Atenção a Saúde do Estudante	O fortalecimento da autoestima e da ressignificação de valores e atitudes socioculturais e pessoais.	Fomentar o protagonismo estudantil na prevenção e promoção da saúde; Multiplicar a produção de conhecimentos e expressões culturais; Incentivar a cultura de paz, prevenindo as diferentes expressões de violência; Prevenir o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas; Abordar questões relativas à sexualidade e a prevenção às DST's/AIDS; Inserir no cotidiano educacional

		<p>questões relativas à saúde mental enquanto elemento importante ao incentivo de uma cultura de paz;</p> <p>Promover atividades complementares ao currículo por intermédio dos núcleos institucionais;</p> <p>Diagnosticar – por meio de pesquisa – as condições de saúde dos estudantes;</p> <p>Estimular a prática de atividades físicas e culturais como fator indispensável à promoção da saúde e consequente qualidade de vida;</p> <p>Viabilizar o intercâmbio do IFPB com as unidades públicas de saúde, com vistas à atenção integral a saúde do estudante; e</p> <p>Investir na capacitação dos atores sociais envolvidos com o programa.</p>
Programa de Moradia	Garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários a sua permanência na Instituição, com as condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania.	<p>Identificar no âmbito do IFPB a demanda potencial por moradia estudantil;</p> <p>Dar apoio psicossocial aos estudantes em mobilidade social;</p> <p>Informar e orientar acerca da disponibilidade de moradia acessível aos estudantes;</p> <p>Garantir auxílio moradia aos estudantes em condições de vulnerabilidade social;</p> <p>Promover reuniões periódicas com os estudantes em mobilidade social;</p> <p>Assegurar o seguro de fiança locatícia para os estudantes com auxílio moradia;</p> <p>Monitorar e avaliar, sistematicamente, em parceria com o movimento estudantil organizado, as condições de moradia dos estudantes migrantes;</p> <p>Incentivar os estudantes migrantes a formarem grupos de moradia;</p> <p>Construir em conjunto com o movimento estudantil as normas que irão regulamentar a convivência na moradia estudantil; e</p> <p>Priorizar o atendimento dos estudantes migrante nos programas de assistência estudantil.</p>
Programa de Iniciação ao Trabalho	Assegurar a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade social, por meio de bolsa mensal, para custear despesas decorrentes de seu processo	<p>Subsidiar financeiramente os estudantes com hipossuficiência econômica;</p> <p>Proporcionar aos estudantes uma aprendizagem de educação pelo trabalho;</p> <p>Desenvolver nos estudantes</p>

	socioeducacional.	competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho; Oportunizar uma iniciação para o trabalho compatível com o desenvolvimento cognitivo do estudante bolsista; e Oferecer uma atividade laboral sócio educativa em que as dimensões pedagógicas como conhecer, aprender e refletir se sobreponham aos aspectos produtivos.
Programa de Integração dos Estudantes Ingressos	Acolher, informar, apresentar e integrar os estudantes no contexto institucional de modo que estes venham a ter condições plenas de permanência no IFPB.	Desenvolver atividades de integração com as turmas de estudantes ingressos; Levantar as expectativas dos estudantes em relação ao IFPB; Buscar em conjunto com os estudantes, alternativas de superação de suas necessidades, de modo que seu desempenho acadêmico não venha a ser comprometido; Orientar os novos estudantes e seus familiares acerca das atividades acadêmicas, de assistência psicossocial e pedagógica, ofertadas pelo Instituto; Apresentar as normas disciplinares que regulamentam a convivência social e acadêmica no IFPB; Realizar atendimento e acompanhamento pedagógico, individual e/ou grupal, com os ingressos; e Promover reuniões com as famílias para integrá-las na vida acadêmica dos estudantes.
Programa de Material Didático Pedagógico	Garantir aos estudantes socialmente desfavorecidos, igualdade de condições no processo de aprendizagem.	Identificar os estudantes que necessitam de material didático pedagógico e não dispõem de condições financeiras de adquiri-los; Disponibilizar material de desenho técnico para empréstimo, no decorrer do ano letivo; Mapear os cursos ofertados pelo IFPB cujas disciplinas exijam o uso de material de desenho técnico; Orientar os estudantes que recorrem a este serviço acerca de sua responsabilidade quanto ao manuseio e conservação do mesmo; Manter atualizada – de acordo com a demanda dos cursos – o acervo de

		<p>material Didático pedagógico a ser disponibilizado para empréstimo; e Determinar de acordo com o calendário escolar o período de empréstimo e devolução do material.</p>
Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais	Combater as desvantagens existentes no bojo da comunidade estudantil e complementar a formação acadêmica dos estudantes.	<p>Viabilizar a participação dos estudantes com em cursos, eventos, congressos e outras atividades extracurriculares; Promover e/ou elevar o nível de inclusão digital dos estudantes; Oportunizar aos estudantes o estudo de uma língua estrangeira; e Instrumentalizar os estudantes na busca por sua formação integral.</p>
Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho.	Assegurar ao discente, qualidade de vida imprescindível ao pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.	<p>Promover o desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis a inclusão de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais; Estimular a construção do conhecimento acerca da temática da inclusão plena, estimulando a pesquisa e a produção de material didático; Mapear e encaminhar para a diretoria do campus as demandas de natureza administrativa; Prestar consultoria didática e pedagógica aos docentes; Manter atualizado o cadastro dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais; Romper as barreiras arquitetônicas que inviabilizem o acesso dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais ao IFPB; e Disponibilizar materiais e equipamentos especiais necessários ao desenvolvimento da aprendizagem.</p>
Programa de Apoio Pedagógico	Orientação educacional, no sentido de preparar o estudante para enfrentar os desafios cotidianos da vida acadêmica com responsabilidade e atuar como protagonista do seu processo educativo.	<p>Identificar os estudantes com alto índice de desestímulo e ausência reiterada às aulas. Identificar as dificuldades que interferem no processo de ensino aprendizagem; Promover atividades de apoio e de orientação pedagógica que estimulem à permanência dos estudantes na Instituição; Encaminhar os estudantes com dificuldade de aprendizagem para os</p>

		<p>projetos ofertados pelo IFPB, tais como, monitoria, PET, dentre outros;</p> <p>Mediar, junto aos atores envolvidos, os conflitos decorrentes do processo ensino aprendizagem;</p> <p>Detectar os problemas de natureza psicossocial que interferem no processo de aprendizagem e encaminhar para os setores competentes;</p> <p>Mobilizar as famílias para que estas acompanhem o processo educativo de seus filhos; e</p> <p>Prestar assessoria didática e pedagógica aos docentes;</p>
Programa de Auxílio Transporte	Assegurar aos estudantes condições de deslocamento para desenvolver suas atividades acadêmicas, na perspectiva de garantia do direito constitucional de acesso, permanência e conclusão com sucesso do curso iniciado.	<p>Identificar os estudantes com dificuldades de comparecer as atividades acadêmicas por não disporem de recursos financeiros para seu deslocamento;</p> <p>Repassar mensalmente aos estudantes o valor correspondente as despesas realizadas com deslocamento para a Instituição; e</p> <p>Acompanhar a frequência dos estudantes as aulas.</p>

Fonte: Elaboração Própria, a partir da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

A operacionalização dos programas previstos nesta política de assistência estudantil do IFPB é de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Educação Física e Educação Artística.

A materialização da política de assistência estudantil do IFPB ocorre com recursos financeiros provenientes das dotações orçamentárias do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010, destinados aos estudantes de ensino superior e de recursos orçamentários dos campi, alocados na ação 2994 - elemento de despesa 339018 – assistência ao educando da educação profissional.

Existe na Reitoria o Departamento de Assistência Estudantil/DAEST, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e que trabalha em permanente articulação com as Coordenações Pedagógicas e de Apoio ao Estudante (COPAE) dos campi. No Campus Picuí a COPAE é a responsável, juntamente com a Direção de Ensino, pela implementação dos programas de que trata a Política de Assistência Estudantil do IFPB.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada caracterizou-se como descritiva, porque descreveu o processo de implementação da política de assistência estudantil do IFPB, como também a visão dos atores implementadores quanto aos elementos dificultadores e facilitadores do processo de implementação e por fim, a visão dos beneficiários quanto à execução dos serviços ofertados. De acordo com Vergara (2005) e Gil (1996), a pesquisa descritiva é aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo estabelecer correlações entre variáveis, mostrando coerência com a proposta em tela.

Quanto aos meios, a pesquisa é entendida como bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Bibliográfica para a elaboração do referencial teórico, sendo definida como "o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral" (VERGARA, 2005, p. 48). A pesquisa foi documental uma vez que foram utilizados documentos da política avaliada, de acesso restrito ou não, que dizem respeito ao objetivo de estudo, como o Plano Nacional de Assistência Estudantil, Resoluções, Regimento Geral do IFPB, Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como Portarias, Relatórios de Gestão e demais registros escritos. De acordo com Vergara (2005, p. 48), a pesquisa documental "é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas". Já a pesquisa de campo é um tipo de "investigação empírica realizada no local onde ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo" (VERGARA, 2005, p. 47).

A pesquisa de campo foi utilizada neste estudo, pois os dados primários foram colhidos no próprio IFPB aonde a política vem sendo implementada no Campus Picuí. A pesquisa, ainda, é um estudo de caso da implementação da política de assistência estudantil do IFPB, o que segundo Yin (2003), permite analisar e conhecer um fenômeno com maior profundidade, considerando assim que, neste contexto, essa pesquisa avaliativa requer essa incursão no objeto.

Pode-se ainda classificar esse estudo como uma pesquisa avaliativa, que segundo Silva (2001) é aquela caracterizada por atribuir valor a algo, com a maior objetividade e precisão possível, de forma a expressar a realidade, explicando os porquês desta.

4.2 Universo, População e Amostra

A População da pesquisa foi composta pelos sujeitos diretamente ligados à implementação da política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí. No que se refere à sua configuração, é constituída de três grupos de sujeitos: gestores, composto pelos Pró-reitores de Ensino, Chefe do Departamento de Assistência Estudantil da Reitoria e Diretoras de Desenvolvimento do Ensino do Campus Picuí; técnicos, a parte burocrática encarregada da implementação direta da política no Campus Picuí, Coordenadora do Apoio ao Estudante (COPAE) e equipe multidisciplinar do Campus formada por Assistentes Sociais, psicóloga, técnica em enfermagem e odontólogo; assim como os estudantes beneficiados que totalizam 665 alunos matriculados nos diversos cursos e modalidades, todos esses envolvidos no processo de implementação da política a ser avaliada. Tendo assim a seguinte estruturação como visto no Quadro 5:

Quadro 5 – Sujeitos da pesquisa

Sujeito	Código adotado
Pró-reitor de Ensino	S1
Pró-reitor de Assuntos Estudantis	S2
Chefe do Departamento de Assistência Estudantil	S3
Diretora de Desenvolvimento do Ensino anterior	S4
Diretora de Desenvolvimento do Ensino atual	S5
Coordenadora da COPAE	S6
Assistente Social Anterior	S7
Assistente Social Atual	S8
Psicóloga	S9
Técnica em Enfermagem	S10
Odontólogo	S11
Beneficiários	Sem codificação

Fonte: Elaboração própria.

A amostra, no caso dos grupos gestores e técnicos, foi definida utilizando-se o critério de seleção de sujeitos por meio da técnica de amostragem por conveniência, que, como o próprio nome implica, a amostra é identificada primeiramente pela disponibilidade dos sujeitos no âmbito da pesquisa. O presente caso de amostragem não probabilística pode

ocorrer segundo Costa Neto (1977) quando, embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível.

Para o grupo dos beneficiários, a amostragem foi a probabilística simples, a uma margem de erro de 5%, de modo que

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Onde:

- n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra
- E_0 é o erro amostral tolerável (Ex.: 2% = 0,02)

$$n = \frac{N.n_0}{N + n_0}$$

Onde:

- N é o número de elementos da população
- n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra
- n é o tamanho da amostra

Aplicando as fórmulas tem-se o grupo de beneficiários com uma amostra de 244 sujeitos.

4.3 Coleta de Dados

Foram adotadas duas técnicas de coleta de dados. A primeira, junto aos gestores e técnicos, foi a entrevista, que é uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1996). A partir da análise do material que serviu de referência para esta investigação, foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, que de acordo com May (2004, p. 149) tem caráter aberto, ou seja, o entrevistado responde as perguntas dentro de sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente. Os roteiros das entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES C e D) envolveram categorias como: a implementação, a eficácia da política avaliada, o processo de

execução, dentre outros que emergem da teoria. Devem-se evidenciar as questões éticas em que os entrevistados assinarão o termo de consentimento livre e esclarecimento (APÊNDICE A), além da submissão do presente projeto ao Comitê de Ética na Plataforma Brasil.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos sujeitos da pesquisa supracitados (APÊNDICE B). Ocorreram no mês de novembro de 2016, e compreenderam o recorte da implementação realizada de 2011-2016.

Para os beneficiários aplicou-se um questionário online com dois blocos de questões fechadas (APÊNDICE E), um evidenciando o perfil desse beneficiário, o segundo bloco, era composto por questões constituídas de escala *Likert* de 5 pontos, em que as respostas passaram pelo grau de concordância frente às questões apresentadas. As variáveis que compuseram este instrumento foram: o alcance dos objetivos da política, os processos de divulgação e informação dos editais de auxílios estudantis, o processo de seleção dos beneficiários, e os sistemas internos de monitoramento ou avaliação da política, além de variáveis sociodemográficas.

Foram feitos pré-testes com 20 beneficiários, com a finalidade de identificar possíveis problemas do instrumento e potenciais dúvidas que podem surgir durante a aplicação do questionário. Evidencia-se ainda como lembra Gil (2008), o questionário é um instrumento de coleta de informações, utilizado numa sondagem ou inquérito. No caso da aplicação junto aos beneficiários, estes foram informados por e-mail e sensibilizados por este canal, previamente.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, por meio da Plataforma Brasil, vindo a ser autorizada três meses após sua submissão, por meio do Parecer Consubstanciado nº 1.808.161 de 05 de novembro de 2016.

4.4 Análise dos Dados

Este estudo classifica-se por meio da abordagem quali-quantitativa, que segundo Neves (1996) a pesquisa quali-quantitativa objetiva um melhor entendimento do objeto de pesquisa, pois através de um conjunto de diferentes técnicas visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, na busca pela sua compreensão.

Quanto à análise os dados obtidos nas entrevistas foram tratados mediante abordagem qualitativa, por meio de técnica de análise de conteúdo, que é considerada por Vergara (2005) como técnica para análise de dados que têm o propósito de identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Quanto aos dados da pesquisa documental, adotou-se a técnica de análise documental que pode se constituir como uma técnica valiosa de abordagem de

dados, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvendando aspectos novos de um tema ou problema. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

No caso dos dados oriundos do questionário junto aos beneficiários, utilizou-se a estatística descritiva para tratar das questões fechadas, e uma abordagem quantitativa estabelecendo-se gráficos com medidas em porcentagem para as assertivas referente à escala *Likert*. Assim, foi possível realizar a verificação quanto à concordância ou discordância das afirmativas avaliadas, através da pontuação atribuída às respostas.

A categoria de análise focalizada nessa pesquisa foi o processo de implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, em que se adotou o modelo de Draibe (2001) para subsidiar a construção de tal análise, cuja descrição das dimensões e variáveis está apresentada no quadro 6.

Quadro 6 – Modelo conceitual da pesquisa de avaliação de implementação

Categoria Analítica	Dimensões	Variáveis
Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB – Campus Picuí	Sistema Gerencial e Decisório	Identificação das dificuldades e facilidades do processo de implementação; autonomia dada ao Campus para implementar a política; experiência com a assistência estudantil; identificação dos programas já implementados; fortalecimento dos programas implementados;
	Processos de Divulgação e Informação	Verificação do repasse dos objetivos da política aos agentes implementadores e beneficiários; forma de acesso ao documento de que trata a política; divulgação dos programas implementados no campus; divulgação e acessibilidade dos editais de seleção de beneficiários em programas assistenciais;
	Sistemas de Seleção	Identificação dos atores envolvidos com a implementação; processos realizados no recrutamento de beneficiários; garantia de igualdade de oportunidades aos discentes beneficiados; forma de seleção de beneficiários adequada aos objetivos do programa;
	Sistemas de Capacitação	Capacitação dada aos atores implementadores; capacidade para implementar a política por parte dos técnicos; percepção dos beneficiários quanto a capacidade dos agentes implementadores em cumprir suas atividades.
	Sistemas internos de monitoramento	Acompanhamento e monitoramento da implementação da política; mudanças

	e avaliação	ocorridas ou sugeridas na política; participação dos beneficiários nas avaliações da política;
	Sistemas logísticos e operacionais	Recursos financeiros necessários ao alcance dos objetivos da política; relação recursos versus objetivos; suficiência dos recursos para os objetivos propostos; recebimento de auxílios em prazos adequados; e infraestrutura e equipamentos da instituição.

Fonte: Elaboração própria a partir de Draibe (2001).

Sendo a avaliação uma modalidade de pesquisa social torna-se necessário o uso de critérios metodológicos que possibilitem avaliações consistentes. Além do mais, para um estudo avaliativo confiável é necessário o uso de instrumentos de avaliação adequados para que não se confunda, valor pessoal de caráter moral com resultados de pesquisa.

No caso do estudo em tela, como a Política de Assistência Estudantil do IFPB já foi implementada no Campus Picuí, utilizou-se o conceito de eficácia como critério de avaliação, o que permitiu conhecer o processo de implementação da referida política e verificar se os objetivos da mesma foram alcançados.

5. AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB

Os dados coletados por meio da pesquisa documental bem como através do questionário dos discentes e das entrevistas com gestores e técnicos, foram analisados e expostos nesta seção. A análise está dividida em subtópicos que abordam o perfil dos estudantes beneficiários da política de Assistência Estudantil do IFPB, assim como a implementação dos programas e, em seguida, conforme já explicitado na metodologia, os subprocessos e sistemas apresentados por Draibe (2001), em sua metodologia de avaliação da implementação, ou seja, seguirá essa ordem e não uma discussão sobre cada programa que compõem a política assistencial no Campus Picuí. A perspectiva é proceder a uma leitura avaliativa da Política tendo esse recorte.

5.1 Perfil dos Beneficiários

Os beneficiários da Política de Assistência Estudantil do IFPB são consequentemente os alunos regularmente matriculados nos cursos da instituição. No Campus Picuí são dez cursos distribuídos nas modalidades presencial e EAD, de onde vieram os beneficiários que responderam ao questionário da pesquisa sobre a Política de Assistência Estudantil, conforme pode-se observar no tabela 1.

TABELA 1 – Cursos do IFPB – Campus Picuí

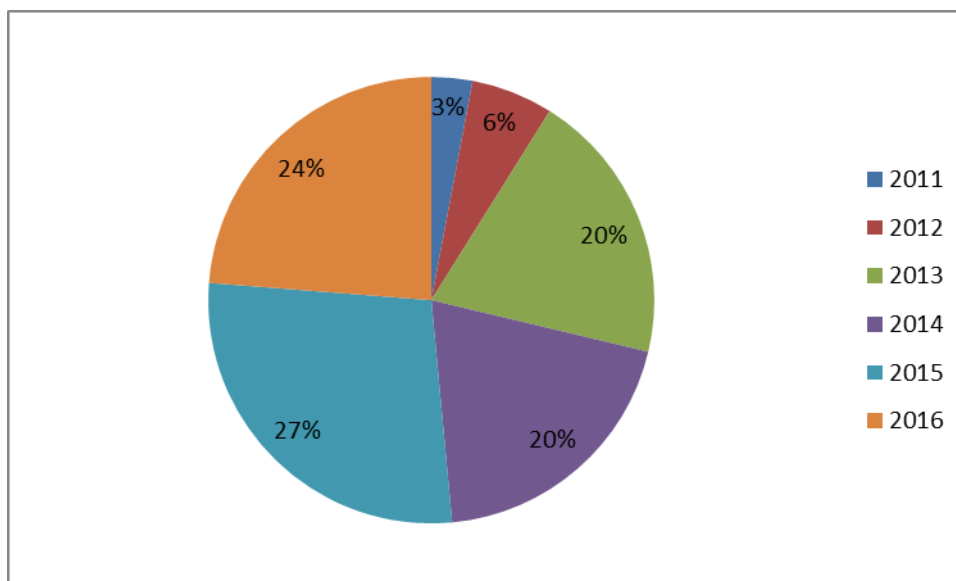
Cursos do IFPB – Campus Picuí	Participantes da Pesquisa	%
Técnico Integrado em Edificações	41	16%
Técnico Integrado em Geologia	41	16%
Técnico Integrado em Informática	33	13%
Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática	15	6%
Total Cursos Integrados	130	51%
Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática	13	5%
Técnico Subsequente em Mineração	15	6%
Técnico Subsequente em Segurança no Trabalho – EaD	10	4%
Técnico Subsequente em Secretaria Escolar – EaD	06	2%
Total Cursos Subsequentes	44	17%
Superior de Tecnologia em Agroecologia	44	18%
Superior de Licenciatura em Letras – EaD	33	13%
Total Cursos Superiores	77	31%
TOTAL GERAL	251	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Observa-se que a maioria dos alunos que responderam a essa pesquisa são dos cursos integrados ao ensino médio, totalizando 51% dos respondentes.

Observa-se no gráfico 1 que a maioria dos beneficiários que participaram da pesquisa, ingressou na instituição no ano corrente e no ano de 2015, isso se justifica por serem as turmas novatas dos cursos técnicos integrados em maior número na instituição.

Gráfico 1 – Ano de ingresso na instituição



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Como se pode observar, a pesquisa foi respondida por alunos ingressantes desde o ano de 2011, ano em que foi implementada a política de Assistência Estudantil no IFPB e consequentemente no Campus Picuí. A maioria dos beneficiários ingressou no Campus Picuí nos últimos três anos, 2014, 2015 e 2016, totalizando 71% da amostra.

A Participação masculina e feminina está presente na tabela 2, demonstrando que a participação feminina foi maioria.

Tabela 2 – Perfil dos beneficiários

Perfil dos beneficiários da Política de Assistência Estudantil do IFPB					
Sexo	Feminino			Masculino	
% de beneficiários	54%			46%	
Faixa Etária	Menos de 18 anos	de 18 a 20 anos	de 21 a 25 anos	de 26 a 30 anos	mais de 30 anos
% de beneficiários	32%	26%	16%	12%	14%
Com que mora	Com amigos	Com familiares	Com o cônjuge	Com os pais	Sozinho
% de beneficiários	4%	11%	19%	62%	4%
Manutenção financeira	Não possui renda	Atividade acadêmica (bolsista de projetos de pesq. ou extensão)	Mesada fornecida por membro da família e/ou outro	Trabalho formal	Trabalho informal
% de beneficiários	52%	8%	10%	21%	9%
Nº de filhos	Não tenho filhos	01 filho	02 filhos	03 filhos	04 ou mais filhos
% de beneficiários	84%	11%	3%	1%	1%

Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Pode-se constatar que o público mais jovem respondeu ao questionário, uma vez que 32% dos beneficiários participantes da pesquisa têm menos de 18 anos.

Mais da metade dos beneficiários que participaram da pesquisa não possuem nenhum tipo de renda, ou seja, a manutenção financeira se dá pela ajuda dos familiares, o que gera a necessidade de participação nos programas de concessão de auxílios financeiros para que tenham as condições necessários de frequentar a instituição.

Analisando-se os editais nº 01/2015 e nº 07/2015 dos programas da Assistência Estudantil (Moradia, Transporte e Alimentação), elaborados observando o disposto no Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – PNAES, no Regimento Geral do Instituto em seu Art. Nº 247 e de acordo com a Política de Assistência Estudantil aprovado pelo Conselho Superior do Instituto através da Resolução Nº 12/2011, percebe-se os requisitos que os estudantes devem ter para serem atendidos em cada programa, em que no Programa Moradia Estudantil, o estudante precisa possuir renda familiar per capita não excedente a 1,5 (um e meio) salários mínimos nacional, conforme Art. 5º do Decreto nº. 7.234/2010; e estar residindo fora do seu município de origem. O Programa de Alimentação reque que o beneficiário possua renda familiar per capita não excedente a 1,5 (um e meio) salários mínimos nacional, conforme Art. 5º do Decreto nº. 7.234/2010; e prioritariamente, quem

necessitar permanecer em atividades acadêmicas em período integral no campus. Já no programa Transporte Estudantil, os requisitos são possuir renda familiar per capita não excedente a 1,5 (um e meio) salários mínimos nacional, conforme Art. 5º do Decreto nº. 7.234/2010; e residir em localidades/bairros/comunidades consideradas distantes do Campus, bem como municípios circunvizinhos. Para todos os programas é preciso apresentar toda a documentação exigida no Edital que disciplina o processo seletivo do Programa.

É importante destacar que o trabalho do Serviço Social na instituição é realizado através da análise de várias situações socioeconômicas em que o estudante está inserido. Com isso, foi criado, juntamente com o setor de Tecnologia da Informação - TI do campus, um dispositivo em programa de Excel para estar realizando cálculos de pontuação, com o intuito de promover mais celeridade ao processo. O dispositivo tem como base alguns dos fatores sociais, econômicos e financeiros citados nos editais 01/2015 e 07/2015, como renda familiar; número de dependentes; despesas da família com moradia; distância do domicílio de origem; situações de doença na família; e situações de desagregação familiar.

5.2 Avaliando a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB

A Política será avaliada a luz de cada subsistema apresentado Draibe (2001), em sua metodologia de avaliação da implementação, que inclui o Sistema Gerencial e Decisório, o Sistema de Divulgação e Informação, o Sistema de Capacitação, os Sistemas Logísticos e Operacionais, e os Sistemas de Monitoramento e Avaliação Internos.

5.2.1 Sistema Gerencial e Decisório

De acordo com Draibe (2001), na implementação de uma política existe um sistema gerencial e decisório específico, que vai conduzir o processo. É necessário observar as características de sua estrutura organizacional e hierárquica, bem como os graus de centralização e descentralização, os mecanismos utilizados para implementar suas decisões e a natureza e os atributos do gestor.

O Estatuto do IFPB, aprovado em 2015, determina que a organização administrativa do IFPB é formada por órgãos e unidades administrativas que agem através dos seus servidores ou terceiros legalmente contratados. Esses órgãos têm competência para decidir sobre assuntos gerais ou especializados, e para agir de forma sistêmica ou localizada.

Os órgãos gerais e sistêmicos do IFPB são o Conselho Superior (CONSUPER), o Conselho de Dirigentes e a Reitoria, tendo como órgãos sistêmicos especializados o Gabinete do Reitor; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); o Conselho de Planejamento, Administração e Finanças; a Pró-Reitoria de Ensino; a Pró-Reitoria de Administração e Finanças; a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; as Diretorias Sistêmicas previstas neste estatuto ou no Regimento Geral; as Diretorias Especiais Criadas por resolução do Conselho Superior.

O IFPB ainda tem em sua organização administrativa, os órgãos gerais locais, que englobam os campi, com natureza de sede para efeitos da legislação educacional; os Conselhos Diretores; as diretorias Gerais; as unidades descentralizadas ou desconcentradas criadas por lei, por resolução do Conselho Superior ou por ato de autoridade competente; e os campi avançados do IFPB criados na forma da legislação pertinente. Sendo as diretorias de Desenvolvimento de Ensino e Administração e Planejamento dos campi, órgãos locais especializados.

Hierarquicamente, a Política de Assistência Estudantil do IFPB passou a ser de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis a partir de fevereiro de 2016, porém no ano de sua formulação e implementação, essa responsabilidade era do Departamento de Assistência Estudantil, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. No Campus Picuí, a implementação da política é responsabilidade da Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante - COPAE que está vinculada à Direção de Ensino.

No Campus Picuí, a COPAE tem em sua composição, os profissionais descritos na tabela 3.

Tabela 3 – Atores implementadores da política no Campus Picuí

Cargo	Quantidade
Pedagogo	02
Assistente Social	01
Psicólogo	01
Técnico em Assuntos Educacionais	01
Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais	01
Médico	01
Técnico em Enfermagem	01
Odontólogo	01
Total	09

Fonte: elaborado pelo autor com dados do SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

Para que a Política seja implementada é importante que os atores implementadores conheçam os objetivos da mesma. Pode-se observar que os Gestores têm conhecimento dos Objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Para os Gestores entrevistados os objetivos da Política são:

Essa política visa assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, garantindo ao discente a igualdade de oportunidades, acompanhamento psicossocial, acompanhamento pedagógico, ter mais atenção com esse estudante diante de suas dificuldades. O objetivo maior é procurar sanar aquelas dificuldades que existem, e que possam vir a interferir no percurso que ele percorre desde a entrada até a conclusão do curso. (Entrevistado S6)

A política veio para reduzir as desigualdades existentes no ambiente escolar. Ela veio para garantir a permanência dos estudantes em vulnerabilidade social, na perspectiva de dá enfrentamento aos altos índices de evasão e retenção verificados na rede federal. (Entrevistado S3)

No geral, podemos apreender que a Política de Assistência Estudantil do IFPB tem como fundamentos principais a qualificação da participação docente e criar mecanismos de acesso, permanência e êxito, para isso a própria política define quais são programas principais e procedimentos para garantir ao estudante qualificação na sua permanência na instituição. Eu diria que o objetivo principal seria ofertar as condições para que o estudante do IFPB possa não só ter o acesso, mas permanecer, e ter êxito em sua trajetória acadêmica. (Entrevistado S2)

De fato são esses os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB, e com base nesses objetivos é que a política vem sendo implementada no Campus Picuí, devendo ser colocadas as dificuldades durante esse processo. A gestora que Coordenava o Departamento

da Assistência Estudantil na época da implementação da política destaca uma das dificuldades encontrada por ela:

Uma dificuldade encontrada foi a conceitual, ou seja, de concepção, pois antes nós tínhamos uma assistência estudantil numa perspectiva mais de favor, de benemerência, assistencial, e hoje nós temos uma Política de Assistência Estudantil na concepção de direito, ou seja, é um direito que é assegurado ao estudante, não é mais favor, não é filantropia, e eu acho que a dificuldade é a de romper com essa concepção. (Entrevistada S3)

É necessário que a instituição quebre essa barreira apontada pela Gestora anterior do Departamento de Assistência Estudantil da Reitoria que é de entender a Política de Assistência Estudantil como um direito do estudante para alcançar e lograr êxito em sua permanência na instituição.

Outras dificuldades também foram apontadas pelos Gestores:

De fato, hoje temos dificuldades de implementar ações voltadas aos programas, pois como a maioria de nossos alunos são de outras cidades, e por ser um curso técnico integrado, ele já demanda muito tempo para o aluno, então se for pra realizar ações em outro horário, não conseguiremos atingir a todos, por isso, ficamos na dependência de algum professor nos ceder uma aula, para que possamos realizar algumas oficinas. (Entrevistada S6)

Quanto à dificuldade apontada pela Gestora atual da COPAE é necessário haver um planejamento da Direção de Desenvolvimento do Ensino, na construção do horário de aulas das turmas dos Cursos Integrados, para que se destine um horário fixo para que as ações de alguns programas possam acontecer de forma contínua.

Os técnicos envolvidos com a implementação da Política citam algumas dificuldades para esse processo, como é o caso da Assistente Social que destaca o Acompanhamento da situação acadêmica do aluno, como uma das principais dificuldades encontradas por ela:

Enquanto Assistente Social, uma das principais coisas que eu preciso fazer é o acompanhamento dos alunos, e essa é uma das grande dificuldades aqui dentro, pois temos em média 800 alunos matriculados, e a gente não consegue acompanhá-los como deveria. Hoje existe o sistema acadêmico que deveria ser uma grande ferramenta de acompanhamento, por ser o sistema que deve conter o registro acadêmico desses alunos, com notas e frequências, porém, essas informações não estão disponíveis de forma atualizada, porque muitos professores não atualizam diariamente esse sistema, e muitas vezes apenas no final do semestre ou do bimestre é que os professores alimentam o sistema com notas e frequência de alunos. Então nós fazemos o acompanhamento muitas vezes, pelos que os outros colegas falam, pois tentamos criar o hábito de pedir aos alunos e professores que venham nos comunicar sempre que eles percebam que algum colega esteja passando por necessidade, ou por algum problema, ou se está faltando muito às aulas. Essa é a principal dificuldade. (Entrevistada S8)

A Gestão da Instituição precisa buscar corrigir essa dificuldade, pois esse apontamento demonstra de certa forma uma má gerência, uma vez que o sistema acadêmico foi

desenvolvido para que esse tipo de acompanhamento fosse realizado de forma ágil e continuamente, devendo ser cobrado dos professores a alimentação diária do sistema, para que se possa ter uma assistência estudantil mais real, e um acompanhamento mais preciso do desempenho dos beneficiários, pois sem o correto acompanhamento dos programas, surgirão falhas que comprometerão o sucesso da política.

Outra técnica envolvida com a implementação da política aponta a dificuldade financeira que o Campus enfrenta, como a principal dificuldade na implementação da política:

A maior dificuldade é a questão da limitação financeira, pois alguns programas exigem esse investimento financeiro, e o recurso que o instituto dispõe não atende toda a demanda existente, e ainda por cima tivemos uma redução desse recurso do ano de 2015 para 2016 o que fez com que tivéssemos que diminuir o número de estudantes atendidos pelos programas assistenciais, e ainda tivemos que reduzir o valor dos auxílios para atender a um número maior de alunos. (Entrevistada S9)

Diante da limitação financeira, a Instituição, optou por reduzir o valor dos auxílios recebidos pelos beneficiários dos programas de moradia estudantil, transporte estudantil e alimentação estudantil, para que não fosse reduzido o número de beneficiários desses programas.

Prosseguindo com as análises, foi observado os elementos facilitadores da implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, começando com a visão dos gestores e depois apresentando a percepção dos técnicos:

Um elemento facilitador é o empenho e a qualificação dos nossos profissionais, pois em geral, as equipes são bastante comprometidas e empenhadas. Em algumas situações há um grande desdobramento para dá conta da política, tendo em vista o número de alunos em relação a pequeno número de profissionais na equipe multiprofissional. (Entrevistada S2)

O empenho e a qualificação dos atores implementadores foi citado por mais de um gestor, o que confirma que realmente esse elemento foi primordial para o bom andamento da implementação da política no Campus Picuí. Outros elementos ainda foram apontados pelos gestores:

Uma coisa muito importante que vem facilitando nosso trabalho é o apoio da DAP (Direção de Administração e Planejamento) do Campus, pois o gestor tem sido um grande parceiro da COPAE no momento de elaboração do PTA (Plano de Trabalho Anual), que é feito ao final do ano, para planejar as ações do ano seguinte, então a Gestão contribui com a transparência dos recursos voltados para a assistência estudantil e ajudando na elaboração do PTA. Se a COPAE pensa em utilizar o recurso de uma forma diferente do que pensa a gestão, fica difícil de executar, e essa parceria da COPAE com a DAP tem facilitado para que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível para facilitar a execução das ações dos programas da Política. (Entrevistada S6)

Esse apoio é fundamental para o andamento eficiente dos trabalhos em uma instituição. As Diretorias de Desenvolvimento do Ensino (a qual a COPAE está ligada) e a Direção de Administração de Planejamento precisam trabalhar se ajudando, principalmente porque os recursos financeiros precisam ser bem planejados e geridos.

O apoio anteriormente mencionado ainda foi retratado na fala de técnicos administrativos:

O que facilitou bastante foi a boa vontade dos atores envolvidos com a implementação, e o apoio da Gestão do Campus que está sempre disponível e tentando atender às nossas solicitações. (Entrevistada S9)

Para a Assistente Social do Campus, a equipe multiprofissional que atua na implementação da política é um dos principais elementos que facilitaram esse processo:

[...] nós temos uma boa equipe que tem quase todos os profissionais que estão previsto na política, então isso facilitou a implementação, pois como nós costumamos fazer reuniões com a equipe, se, por exemplo, a gente for falar de um determinado aluno, eu vou ter uma visão, o médico vai ter outra visão, o odontólogo outra, a psicóloga outra, e assim cada uma vai expressar sua opinião e sua visão profissional de acordo com o caso. (Entrevistada S8)

Outro assunto que deve ser abordado dentro desse subsistema é em relação à autonomia que o Campus teve para implementar a política. Para todos os entrevistados a Reitoria respeita a autonomia para que o Campus implemente a política, deixando a cargo da instituição a realização de ações para o alcance dos objetivos de cada programa, como nos aponta a Gestora que era Chefe do Departamento da Assistência Estudantil:

O instrumento balizador da política é o PNAES, então ela foi elaborada com base no PNAES, e dentro disso, a única exigência era o cumprimento que as ações estivessem amparadas na política, ou seja, em nosso marco legal. No mais todos o campus, assim como o Campus Picuí, tiveram plena autonomia para operacionalizar, desenvolver e implementar a política. (Entrevistada S3)

A Assistente Social do Campus Picuí acredita que foi dada autonomia ao Campus para implementar a política, e ainda cita exemplos:

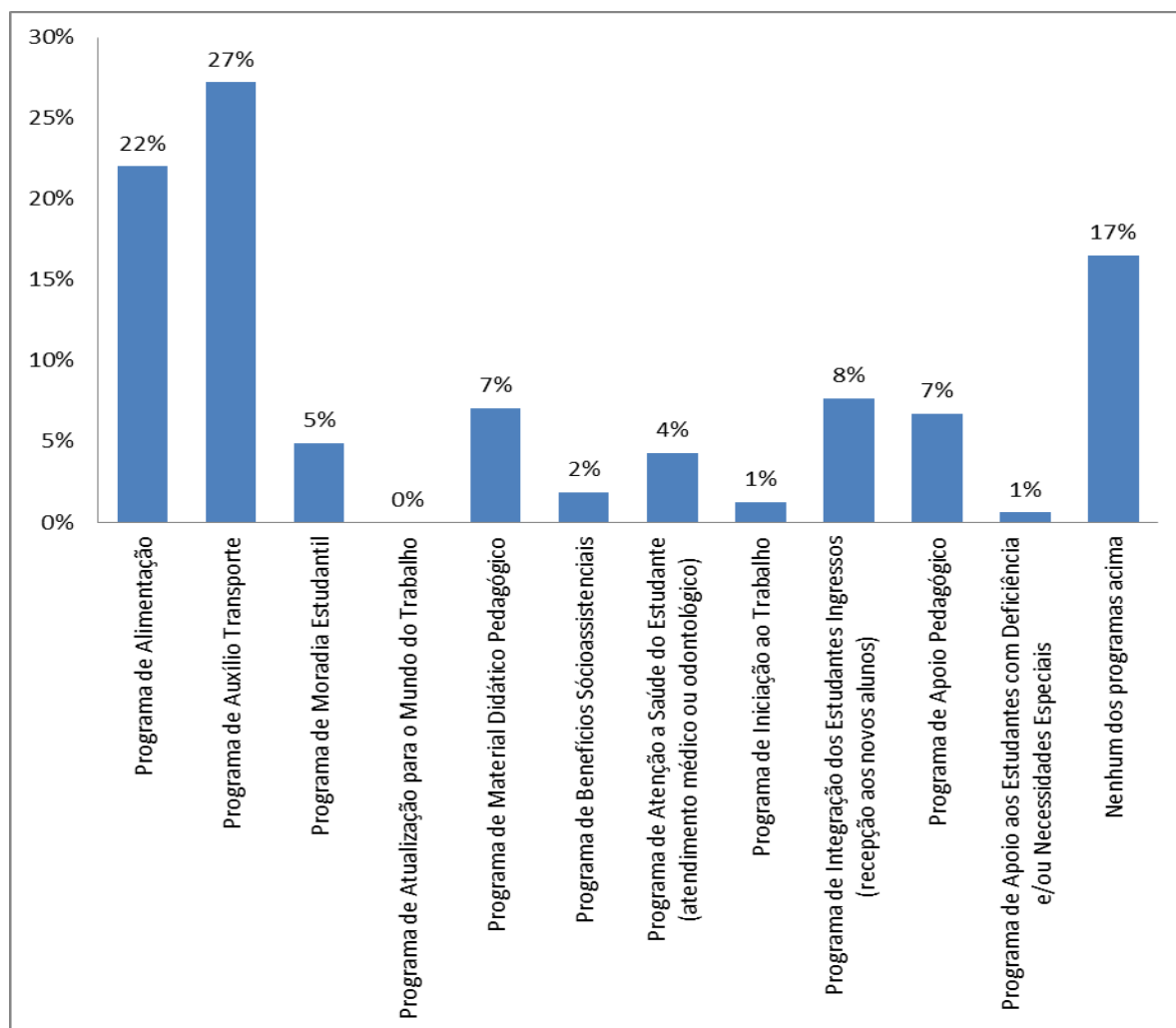
De maneira geral é dada autonomia sim, porque a Política de Assistência Estudantil do IFPB não surgiu do nada, ela foi elaborada por profissionais da assistência estudantil do IFPB, trazendo assim um padrão para ser cumprido nos campi, mas nós colocamos em prática da forma que a gente acha mais adequado. Inclusive o Campus Picuí sai na frente em relação a alguns campi do IFPB, pois aqui nós criamos comissões, elaboramos documentos que até então não existem nem na reitoria, como por exemplo o Auxílio Óculos que não existe em nenhum campi do IFPB e nós criamos aqui, e existe uma resolução para isso. Existe uma resolução de Ajuda de Custo para discentes, que até então não existe em nenhum campi do IFPB,

e nós elaboramos aqui, inclusive está sendo criada uma resolução para Ajuda de Custo Geral para todo o IFPB usando a do Campus Picuí como modelo. Então o Campus Picuí tem sim autonomia, e acabamos trabalhando da maneira que achamos mais adequada, porém precisamos seguir o padrão que foi estabelecido na Política. (Entrevistada S8)

Nas palavras da Assistente Social do Campus Picuí, são evidenciadas duas ações que comprovam a autonomia dada pela Reitoria ao Campus Picuí na implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é composta por onze programas conforme já apresentado na seção que trata da política. No Campus Picuí, segundo os beneficiários apenas o Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho não foi implementado, conforme é observado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual de beneficiários atendidos nos programas da política de assistência estudantil do IFPB



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O Programa de Auxílio Transporte e o Programa de Alimentação foram os mais citados pelos beneficiários. O programa de Apoio Pedagógico, embora desenvolva ações voltadas para todos os estudantes matriculados, apenas 7% reconheceram-se como beneficiários desse programa. E 17% dos alunos que responderam ao questionário da pesquisa, afirmam não terem sido beneficiados até o momento com nenhum dos programas da Política.

No quadro 7 podem-se ver as ações que foram desenvolvidas pelo Campus Picuí na implementação de cada um dos programas da política, conforme constam nos Relatórios de Gestão da COPAE referentes aos anos de 2014 e 2015.

Quadro 7 – Ações dos programas da política de assistência estudantil do IFPB

Programa	Ações
Programa de Benefícios Sócio-assistenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na elaboração da Resolução de Ajuda de Custo para discentes do <i>Campus Picuí</i>; • Elaboração do edital e processo de seleção para uso de armários institucionais 2015; • Elaboração da resolução para concessão do auxílio óculos;
Programa de Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Processo Seletivo para os Programas da Assistência Estudantil (seleção dos auxílios). • Reunião com contemplados com auxílio alimentação sobre a construção do restaurante, a partir de 2015, e possível fornecimento de marmitas pela instituição.
Programa de Atenção a Saúde do Estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Confecção da ficha médica odontológica e entrevista com os pais e estudantes ingressos em 2015 para o devido preenchimento; • Realizações de oficinas sobre temas que constam na Política de Assistência Estudantil e no Programa Saúde na Escola; • Atendimento individual aos estudantes, bem como aos seus pais pelos profissionais da equipe multiprofissional da COPAE; • Realização das consultas médicas com os estudantes ingressos em 2015, do ensino técnico integrado ao médio; • Sala temática sobre Adolescência e Sexualidade em sábado letivo; • Sala temática sobre campanha do Outubro Rosa em sábado letivo.

Programa de Moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Processo Seletivo para os Programas da Assistência Estudantil (seleção dos auxílios); • Realização de visitas domiciliares aos estudantes;
Programa de Iniciação ao Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Processo seletivo para o Programa de Iniciação ao Trabalho; • Elaboração e Publicação do Edital nº 07 da Monitoria.
Programa de Integração dos Estudantes Ingressos	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento para ambientação dos alunos novatos; • Realizações de oficinas sobre temas que constam na Política de Assistência Estudantil e no Programa Saúde na Escola; • Organização de espaços de convivência para os estudantes, com a construção de bancos e mesa artesanais com material reciclado; • Ambientação dos estudantes dos Cursos Subsequente e Superior 2015.2.
Programa de Material Didático Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e publicação do Edital de distribuição dos Tablets; • Distribuição de equipamentos tipo Tablet e Ipad aos alunos contemplados.
Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento individual aos estudantes, bem como aos seus pais pelos profissionais da equipe multiprofissional da COPAE; • Reunião com os intérpretes de Libras para avaliar o desempenho dos alunos e analisar o material adaptado; • Acompanhamento da equipe multidisciplinar com os estudantes com necessidades de atendimentos especiais.
Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Visita, com os alunos dos Cursos Técnicos Integrado, à Feira de Ciências da Escola Municipal Severino Ramos;
Programa de Apoio Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Classe Final de 2014; • Planejamento e Realização do Encontro Pedagógico 2015: Ampliando Saberes Pedagógicos: Desenvolvendo novas metodologias; • Palestras e distribuição de Calendário como administrar bem o tempo com estudantes dos Cursos Técnicos Integrado ao Médio • Atendimento individual aos estudantes, bem como aos seus pais pelos profissionais da equipe multiprofissional da COPAE; • Atividade preliminar ao Conselho de Classe: visita as turmas para o acompanhamento bimestral;

	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento individualizado com os alunos citados no Conselho de Classe; • Consulta em sala de aula com os alunos dos Cursos Técnicos Integrado ao Médio sobre o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem;
Programa de Auxílio Transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do Processo Seletivo para os Programas da Assistência Estudantil (seleção dos auxílios); • Reunião com estudantes que se deslocam diariamente para Picuí, em razão das aulas na Instituição; • Participação na Comissão encarregada de viabilizar, junto às prefeituras da região, transporte para os estudantes do Campus Picuí.

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos Relatórios de Gestão 2014 e 2015 da COPAE.

Diante da análise dos Relatórios de Gestão da COPAE dos anos de 2014 e 2015, identificaram-se ações que contemplam todos os programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Tal relatório é elaborado pela Gestora da COPAE em parceria com os profissionais desta Coordenação, porém sem a participação dos beneficiários. Embora o recorte da pesquisa seja de 2011 a 2016, não tivemos acesso aos relatórios de Gestão da COPAE dos anos de 2011 a 2013.

Após análise dos processos seletivos dos programas expostos nos relatórios de Gestão, criou-se a Tabela 4, que demonstra os quantitativos de auxílios concedidos aos beneficiários, bem como o percentual de alunos que participaram dos referidos processos com a indicação do percentual de demanda reprimida.

Tabela 4 – Quantitativos dos programas de auxílios estudantis 2015

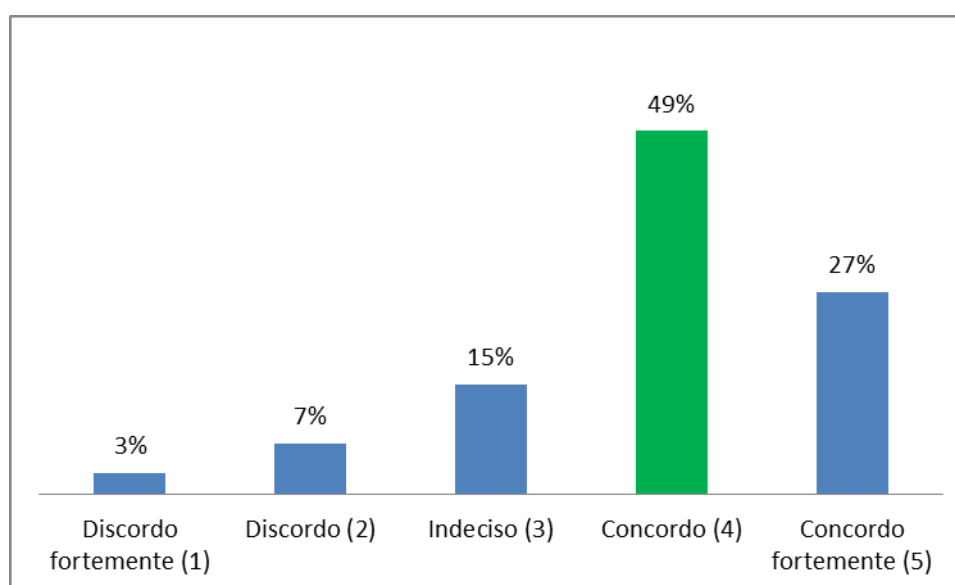
Processos de Auxílios Estudantis 2015	Quantidade	Percentual
Total de Inscritos	551	100%
Inscrições Indeferidas	51	9%
Inscrições Contempladas	407	74%
Auxílio Transporte	206	37%
Auxílio Alimentação	186	34%
Auxílio Moradia	55	10%
Inscrições Não Contempladas	93	17%
Demanda Reprimida (indeferidos + não contemplados)	144	26%

Fonte: Elaboração própria, a partir do Relatório 2015 da Assistente Social do Campus Picuí.

Percebe-se que um grande número de alunos participou dos processos seletivos dos auxílios estudantis no ano de 2015, ou seja, 551 alunos, dos quais 74% foram beneficiados com auxílio transporte, alimentação e/ou moradia, o que representa um grande número de beneficiários atendidos. A demanda reprimida, ou seja, aquelas inscrições indeferidas mais os alunos não contemplados representaram 26% do total de alunos inscritos no ano de 2015.

Os beneficiários da política expuseram sua percepção em relação ao sistema gerencial e decisório por meio das afirmações seguintes, em que se verificou o nível de concordância ou discordância dos discentes em relação ao cumprimento dos objetivos da política. A primeira afirmação está presente no gráfico 3.

Gráfico 3 – A política de assistência estudantil garante ao discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas

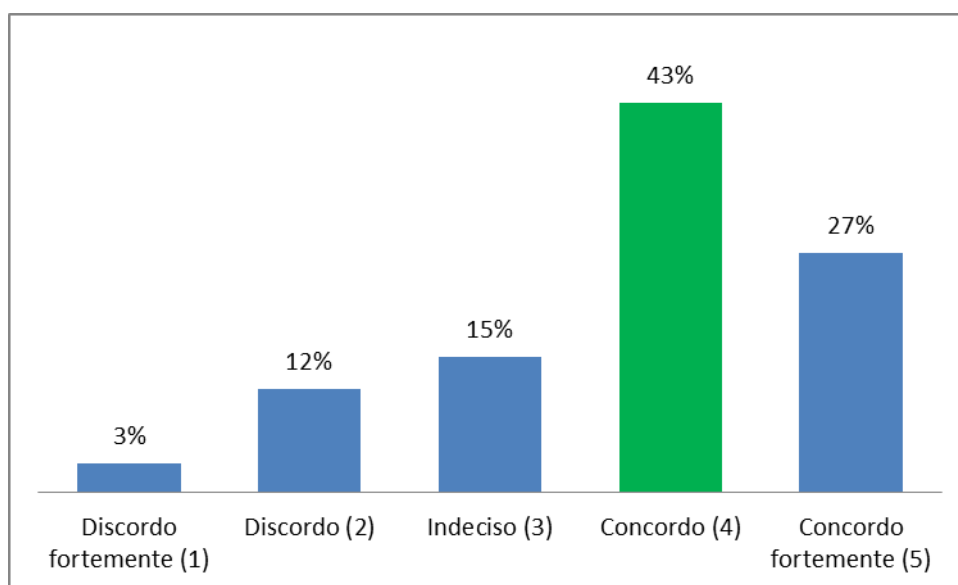


Fonte: Pesquisa de Campo (2016)

Para 76% dos beneficiários concorda ou concordam fortemente que a Política de Assistência Estudantil do IFPB garante ao discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, o que é satisfatório para a instituição, pois o público-alvo da política identifica o alcance de um de seus objetivos. E como afirmam Fronza e Nogueira (2015), a avaliação preocupa-se com o alcance dos objetivos, resultados e procedimentos adotados durante a implementação de planos, programas e projetos, tendo como referência o proposto e o executado.

O Gráfico 4 a seguir evidencia a percepção dos beneficiários quanto à existência de acompanhamento eficiente psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico e reduzir o índice de evasão e a retenção na série.

Gráfico 4 – Existe acompanhamento eficiente psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico e reduzir o índice de evasão e a retenção na série

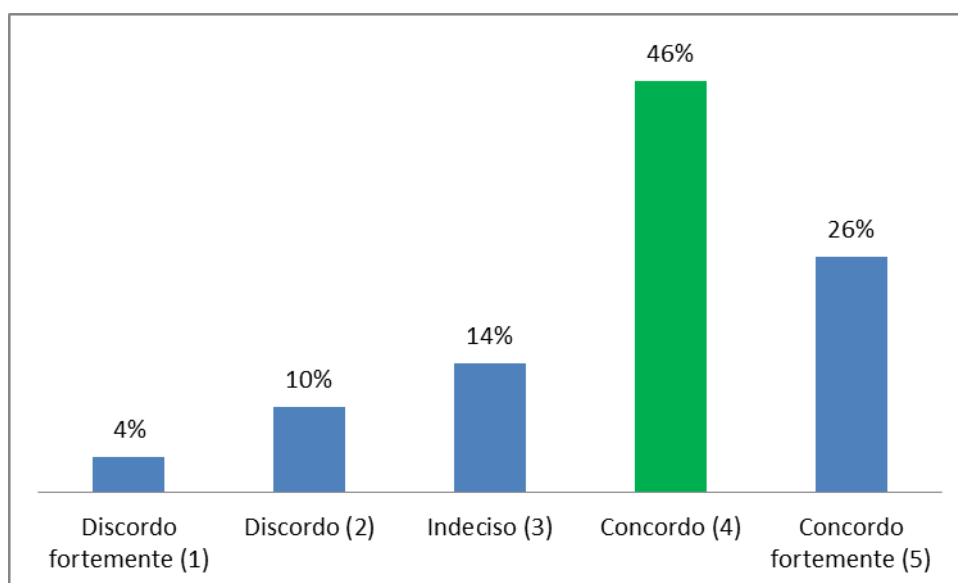


Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Neste caso, 70% dos beneficiários concordam ou concordam fortemente que existe um acompanhamento psicossocial que busca o seu desenvolvimento acadêmico e a redução do número de alunos evadidos e retidos em séries. Sendo esse, mais um objetivo da política a ser identificado pelos beneficiários como cumprido durante a implementação da mesma, vindo a corroborar com Silva (2009) que considera a implementação como um processo de interação entre a determinação de objetivos e as ações empreendidas para atingi-los.

A respeito do fortalecimento e ampliação contínua de programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros, os beneficiários expuseram sua percepção no gráfico 5.

Gráfico 5 – A instituição fortalece e amplia continuamente programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Tem-se aqui um reconhecimento da gestão da instituição, uma vez que 72% dos beneficiários concordam ou concordam fortemente que é uma realidade o esforço da Gestão do Campus Picuí em fortalecer e ampliar continuamente os programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros. Essas percepções dos beneficiários quanto ao cumprimento dos objetivos da política por parte da Gestão, corrobora com a visão de Rua (1997) ao afirmar que na implementação de políticas públicas deve haver compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação.

5.2.2 Processos de divulgação e informação

Como explica Draibe (2001), um processo de implementação precisa de uma mínima divulgação e circulação de informações entre os que implementam as ações e aqueles que com elas se beneficiam. Precisa-se investigar, portanto, se os meios de divulgação transmitem dados de forma clara, suficiente e abrangente entre a comunidade acadêmica, ou seja, se gestores, técnicos, e beneficiários conhecem a política, seus objetivos, e como se dá a divulgação dos programas implementados no Campus Picuí.

O Gestor da recém criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE afirma que a vem buscando ampliar esse processo de divulgação da política e dos programas tanto para atores implementadores quanto para os beneficiários:

Eu acredito que a Reitoria, antes da criação da PRAE, através do Departamento de Assistência Estudantil que era vinculado à PRE, tinha um trabalho de divulgação junto às assistentes sociais nos encontros que eram realizados para fazer essa divulgação. E nos Campi, junto às equipes Multiprofissionais elas assumem a tarefa de realizar a divulgação e execução da política de assistência estudantil. Com a criação da PRAE, nós temos tentado ampliar essa divulgação, discussão e qualificação da política, para que mais atores e beneficiários tenham conhecimento dos programas que estão disponíveis para os estudantes do IFPB. (Entrevistado S2)

Tal afirmação se constitui como favorável ao processo, pois parte do sucesso da política vai depender da informação qualificada – clara, abrangente, ágil – com a qual os agentes implementadores trabalham (DRAIBE, 2001). Além disso, os novos integrantes da equipe multiprofissional que atua na implementação da política, bem como os alunos novatos da instituição, tomam conhecimento da política e das informações sobre a mesma no momento do seu ingresso no Campus:

[...] atualmente, sempre que seja um servidor novo, a política é repassada para eles nessas reuniões semanais que a equipe realiza, ou seja, é mostrada a eles a importância da operacionalização da política, para que os objetivos propostos nela possam ser alcançados. Os alunos tomam conhecimento da política quando ele está ingressando na instituição, onde na primeira semana de aula é realizada uma ambientação, inclusive como ação para o programa de integração aos estudantes ingressos, onde é repassada para os mesmos a política como um todo, seus objetivos, programas etc. (Entrevistada S6)

Com base nesse depoimento, fica claro o comprometimento da Gestora responsável pela implementação da Política de Assistência Estudantil no Campus Picuí, de tornar os agentes implementadores e beneficiários, cientes e informados a respeito da política.

Divergindo um pouco do depoimento anterior, a Técnica em Enfermagem, que ingressou no Campus Picuí em 2014, apresenta uma versão em que afirma ter demorado cerca de seis meses para compreender sua função e atribuições dentro da instituição:

Eu tive acesso ao documento que trata da política de assistência estudantil do IFPB uns seis meses depois que ingressei no Instituto. Não entendia ao certo, qual era o meu papel dentro de uma instituição de ensino que não tinha estrutura para receber os profissionais de saúde – sem espaço e equipamentos. A assistente social do campus me apresentou à Política de Assistência, e a partir de então, passei a enxergar novas possibilidades quanto à forma de desempenhar a minha função. (Entrevistada S10)

As falhas no sistema de divulgação e informação junto aos técnicos administrativos também foram citadas pela Psicóloga em seu depoimento:

Eu tive acesso ao documento que trata da Política de Assistência Estudantil do IFPB numa reunião na Reitoria com todos os Psicólogos do IFPB, em meados de 2014, mesmo já estando exercendo a função de psicóloga desde 2012. (Entrevistada S9)

Nestes casos, existem falhas de comunicação e as informações não foram repassadas de forma eficiente, o que vai interferir na qualidade das ações implementadas da política, porque existem atores que não têm clareza sobre as rotinas de trabalho Segundo Draibe (2001).

Havia uma questão específica no roteiro de entrevista que buscava apreender se os sujeitos conheciam os objetivos da Política de Assistências Estudantil do IFPB. Tais objetivos estão presentes na Resolução nº 12 de 25 de fevereiro de 2011, conforme já foi apresentado no quadro nº 03.

Embora nenhum dos entrevistados tenha citado todos os objetivos da política, pode-se perceber que eles têm conhecimento do objetivo principal da política, que é o de assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social. Para a Técnica em Enfermagem e para a Assistente Social do Campus Picuí o objetivo da política é:

Garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes do IFPB, tendo um olhar diferenciado para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, que são bem mais susceptíveis à evasão. (Entrevistada S10)

A política de Assistência Estudantil do IFPB ela é baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é o PNAES, que é o Decreto nº 7.234/2010, que tem como objetivo apoiar a permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que estão matriculados nas instituições federais, tentando diminuir as desigualdades e buscando combater as situações de repetência e evasão. Baseado então nesse decreto foi criada a política de assistência estudantil do IFPB, logo, os objetivos da política do IFPB são, de maneira geral, baseados nesses do PNAES, que é de fazer com que os alunos se mantenham estudando na instituição, diminua a evasão, e fazendo com que as questões de desigualdades existentes na instituição sejam diminuídas. (Entrevistada S8)

Também foi questionado junto aos técnicos administrativos, como ocorre a divulgação dos processos de implementação dos programas da atual política junto aos beneficiários. A assistente social do Campus Picuí, que está muito ligada aos diversos programas da política nos conta como ocorre a divulgação junto aos beneficiários:

A primeira divulgação que nós fazemos é quando os alunos estão ingressando na instituição. Quando eles chegam, nós fazemos o processo de ambientação com esses alunos, onde apresentamos a política de assistência estudantil, fala sobre os programas, explicamos como serão os processos seletivos, falamos sobre os editais,

ou seja, explicamos tudo para eles, assim como explicamos os documentos da instituição, como os regulamentos. A cada início de semestre nós realizamos um processo seletivo para os programas de auxílio alimentação, transporte e moradia, e já aproveitamos essa ambientação para divulgar esses editais que na época estão vigentes. Nós também divulgamos nossas ações através da página do Campus Picuí no site do IFPB, bem como no facebook onde criamos uma página da COPAE para servir de apoio nesses processos, pois hoje os jovens estão muito conectados nas redes sociais. E também divulgamos através dos murais da instituição, por ser também uma forma de comunicação interna na instituição. (Entrevistada S8).

Nota-se que a divulgação sobre a política – o que é, seus objetivos, quem tem acesso – junto aos beneficiários é realizada no momento do ingresso do mesmo à instituição, conforme já havia sido colocado pela Gestora da COPAE.

Os agentes implementadores utilizam-se de vários meios de comunicação para realizar a divulgação junto aos beneficiários, evidenciando assim, uma preocupação de que todos tenham acesso às informações sobre as ações dos programas que serão desenvolvidos:

Sítios eletrônicos: página oficial do IFPB, redes sociais (*facebook*); murais de avisos, espalhados pelo *campus*; comunicação oral nas salas de aula. (Entrevistada S10).

Além dos meios de divulgação já citados pela Assistente Social, a Técnica em Enfermagem ainda acrescenta a divulgação que é feita nas salas de aula.

As informações acerca da utilização do site do IFPB e da página da COPAE no *facebook* foram confirmadas com visitação a essas páginas através da internet, conforme apresentado nas figuras 2 e 3.

Figura 2 – Divulgação de um edital da Assistência Estudantil no site do IFPB

The screenshot shows the website of the Instituto Federal da Paraíba (IFPB) at the URL www.ifpb.edu.br/picui/noticias/2016/07/ifpb-picui-lanca-edital-de-inscricao-para-assistencia-estudantil. The page features a green header with navigation links like 'Serviços', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. The main content area has a white background with a green sidebar on the left containing the IFPB logo and navigation options like 'Campus Picuí', 'Sobre o campus', and 'Cursos'. The main article is titled 'IFPB Picuí lança edital de inscrição para Assistência Estudantil' and includes a photo of the campus building. The text of the article states that the Picuí campus has opened registrations for the Student Assistance Program for regular courses in Distance Education, with 30 students to be supported (15 with transport and 15 with food assistance) at a cost of R\$ 40.00 per month. The registration period is from 12/07 to 19/07.

Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/picui/noticias>, acesso em: 29 nov. 2016.

Figura 3 – Divulgação de informação aos beneficiários de auxílios estudantil, através da página da COPAE no facebook

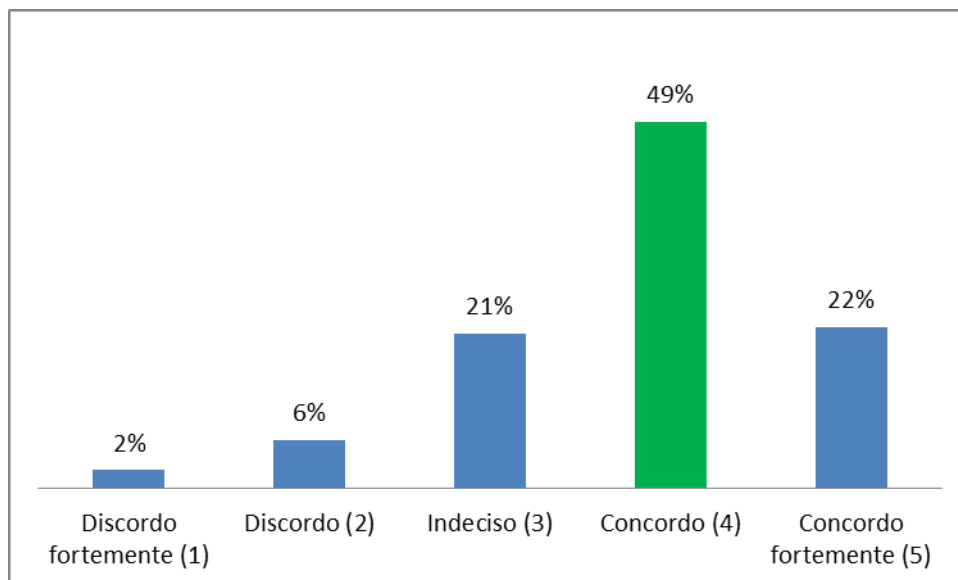
The screenshot shows a Facebook post from the page 'Copae Ifpb Picuí', dated September 2nd, 2016. The post is titled 'ATENÇÃO ESTUDANTES!!!' and contains the following text: 'Está disponível nas contas bancárias o valor referente aos auxílios ALIMENTAÇÃO E MORADIA do mês de SETEMBRO. Os estudantes que não receberam na conta bancária deverão sacar a quantia no caixa do Banco do Brasil, mediante a apresentação de documento de identidade e CPF. Estamos aguardando a chegada de recursos para efetuar o pagamento do auxílio TRANSPORTE e informaremos assim que o mesmo estiver disponível. Em caso de dúvidas entrem em contato.' Below the text are sharing options and a comment from 'Ednarde Marinho Falcão' on September 2nd at 21:25.

Disponível em: <https://www.facebook.com/copae.ifpbpicui?fref=ts>, acesso em: 29 nov. 2016

A utilização de diversos meios de comunicação para com a comunidade acadêmica do IFPB configura-se como um procedimento importante para que as informações cheguem a todos os interessados. Isso permite que se torne público para todos os interessados, de forma de haja possibilidade de que se conheçam as condições, e o processo de ingresso ocorra diante das mesmas condições editalícias.

Quanto aos beneficiários, buscou-se também analisar se estes conhecem claramente os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB. Por meio dessa afirmação, criou-se o gráfico 6.

Gráfico 6 – Conheço claramente os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB

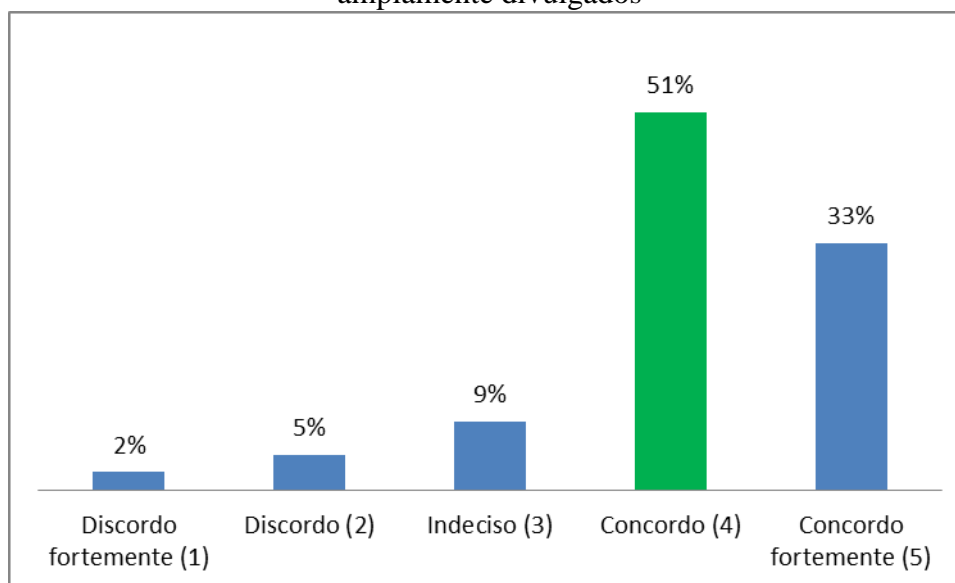


Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Percebe-se que para 71% dos beneficiários, sendo 22% concordando fortemente e 49% apenas concordando, os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB são conhecidos claramente, o que corrobora com os discursos dos gestores e técnicos entrevistados. Isso vai ao encontro da qualidade da ação governamental, pois quando todos tem a mesma leitura do que se espera com a intervenção, como lembram as autoras Rua (1997) e Draibe (2001), a eficácia é mais palpável e exequível. Porém é preciso também considerar o percentual de 21% dos beneficiários que encontram-se indecisos quanto ao conhecimento dos objetivos da política.

Os beneficiários foram ainda indagados a respeito da divulgação dos editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, ou seja, buscava-se saber se tais editais são amplamente divulgados, garantindo assim amplo conhecimento e possibilidade de participação. Tal resultado pode ser visualizado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, são amplamente divulgados



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Para 84% dos beneficiários, o Campus Picuí divulga amplamente os editais de bolsa: alimentação, transporte e moradia, o que se destaca como positivo, visto que os sujeitos-alvo da política de assistência estudantil do IFPB precisam receber informações em quantidade, qualidade e com antecipação necessária à participação desses editais.

5.2.3 Sistemas de seleção

Tomando como base as diretrizes de Draibe (2001), para analisar os Sistemas de Seleção de uma política ou programa, identificaram-se os atores envolvidos com a implementação da política de assistência estudantil do IFPB, e pesquisou-se como é feita a seleção de alunos que irão compor o quadro de beneficiários e dos técnicos que são agentes implementadores da política, analisando-se os critérios utilizados nos processos seletivos, tanto nas entrevistas e questionários quanto na análise documental feita junto aos documentos oficiais. Neste tópico, a teoria não indica a análise da seleção dos gestores; tal sistema tratar-se-á da percepção dos gestores acerca da seleção dos técnicos e beneficiários.

Para que a Política de Assistência Estudantil do IFPB fosse implementada no Campus Picuí fez-se necessário a contratação, de técnicos administrativos para que estes atuassem diretamente com a implementação de ações voltadas para o cumprimento dos objetivos da política. Esses servidores contratados estão lotados na Coordenação Pedagógica e Apoio ao Estudante, cuja gestora cita-os em seu discurso quando questionada sobre quais atores foram mobilizados para que a política de assistência estudantil fosse implementada no Campus Picuí:

Todos os profissionais da equipe multiprofissional da COPAE, como psicóloga, assistente social, intérprete de libras, pedagoga, técnica em assuntos educacionais, médico, técnico em enfermagem e odontólogo. (Entrevistada S6)

Apesar de a equipe apresentar quase todas as especialidades previstas na política, a instituição precisa buscar completar a formação da equipe com a contratação de um educador físico, um educador artístico e um nutricionista, tendo em vista que a política ainda prevê esses profissionais. A ausência destes dificulta a implementação dos programas de Alimentação, de Atenção à Saúde do Estudante e de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais, assim como afeta o atingimento dos objetivos: garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; assegurar ao aluno que apresente necessidades educativas especiais condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico; promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais; e realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.

Em relação à seleção da equipe de atores implementadores, os técnicos administrativos também têm consciência dos profissionais que atuam na política, e da necessidade de novas contratações, como se pode observar nas falas a seguir que citam quais atores são mobilizados no Campus Picuí para a implementação da política, como também da necessidade de outros profissionais para integrarem à equipe já existente:

Foram mobilizados todos os membros da equipe pedagógica e de apoio ao estudante, que era composta na época pela Assistente Social, pela Coordenadora da COPAE que também é pedagoga e por mim que sou psicóloga. Hoje outros atores são mobilizados, como o odontólogo, o médico e a técnica em enfermagem. (Entrevistada S9).

[...] hoje nós temos uma equipe formada por duas pedagogas, uma psicóloga, um assistente social, uma técnica de assuntos educacionais, um médico, uma técnica em enfermagem e um odontólogos, todos esses profissionais que compõe a COPAE e estão mobilizados na implementação da política de assistência estudantil aqui no Campus Picuí. Atualmente, com essa equipe, nós tentamos de maneira

interdisciplinar, mesmo com cada profissional tendo a sua visão, fazer com que essa política se efetive aqui dentro do Campus Picuí. Porém, a Política de Assistência Estudantil do IFPB prevê ainda outros profissionais que a gente ainda não tem aqui no Campus Picuí, como por exemplo, um nutricionista, um profissional de educação física, e um profissional de educação artística. Mas nossa equipe se comparada a equipe de alguns outros campus, já estamos com um número até considerável de profissionais. (Entrevistada S8)

Cabe ainda enfatizar que a seleção dessa equipe se deu por meio de concurso público organizado pelo próprio IFPB através da Comissão Permanente de Concursos Públicos - COMPEC, e que as nomeações foram acontecendo ao longo do tempo.

Com relação ao recrutamento de beneficiários para atendimento por parte dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB, os atores implementadores apresentam os critérios que são utilizados:

Para os benefícios que implicam em prestação de auxílio financeiro, o critério é o de vulnerabilidade socioeconômica, descrita no PNAES. Os demais programas são destinados a todos os estudantes. (Entrevistada S10)

Entende-se que a Política de Assistência Estudantil deve ser destinada a todos os estudantes, no entanto, alguns programas possuem um público-alvo específico, como é o caso dos programas de benefícios sócio-assistenciais, cujos beneficiários são aqueles alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica:

A Assistência Estudantil tem programas que são para todos os alunos matriculados e tem outros programas em que acaba existindo um perfil específico para que o aluno possa estar sendo incluído nele. Nesses casos, ou seja, nos auxílios e ajuda de custo, como os recursos são poucos, nós precisamos realizar processos seletivos, e assim irá existir um perfil para que o aluno seja contemplado, onde os pontos principais são a questão socioeconômica do aluno e se esse aluno está em situação de vulnerabilidade social. (Entrevistada S8)

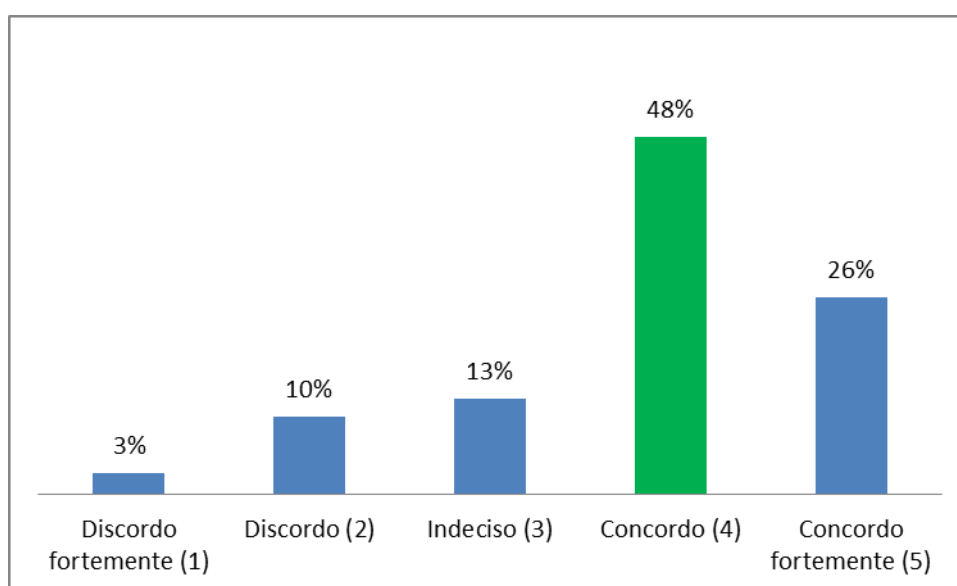
Quando se fala em questão socioeconômica, muitos beneficiários tendem a pensar apenas na renda, porém outros critérios são levados em conta no momento da seleção e análise, conforme nos conta a Assistente Social, que é a responsável por tal análise:

Alguns alunos até questionam, achando que nós analisamos apenas a renda do aluno, e na verdade muitos outros critérios são levados em consideração, observando todo o contexto em que ele está inserido, como a renda familiar, número de dependentes, despesa da família com moradia, distância do domicílio de origem, situação de doença na família, situação de desagregação familiar, e etc. Então nós analisamos o contexto em que o aluno está inserido para poder ver a situação de cada um e ver se ele pode ou não ser contemplado com um determinado programa. (Entrevistada S8)

Com base nisso, observa-se que a seleção dos beneficiários confere adequação estratégica aos objetivos da política, ora avaliada.

Investigou-se ainda nesse item, a percepção dos beneficiários quanto ao sistema de seleção, indagando-os inicialmente se os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, facilitam a inscrição dos mesmos. Para visualizar melhor, ver gráfico 8.

Gráfico 8 – Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, facilitam a inscrição dos alunos

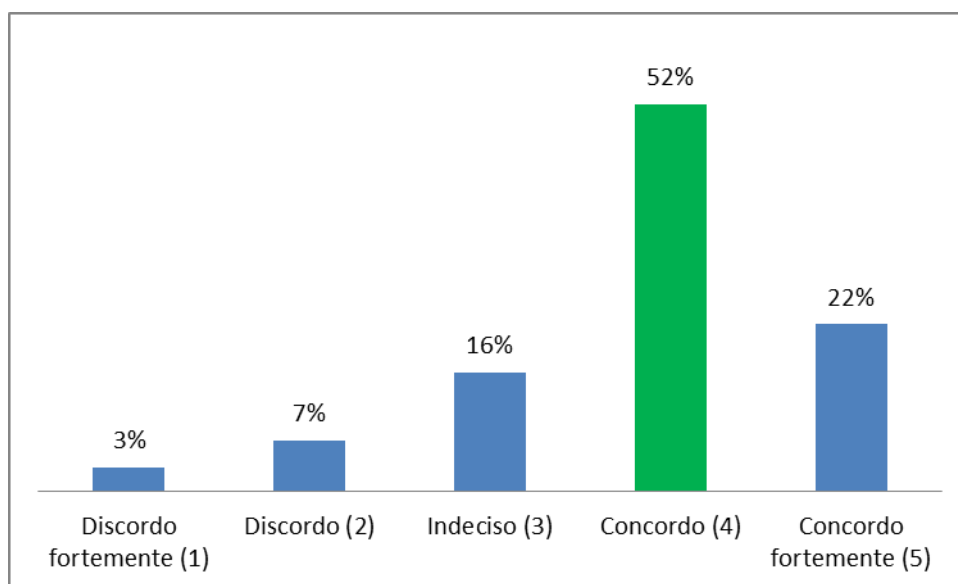


Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Para a maioria dos beneficiários (74% concordam ou concordo fortemente), os editais que realizam a seleção dos contemplados com os auxílios alimentação, transporte e moradia, facilitam o processo de inscrição dos mesmos. Esse é um dado importante, pois para que ocorra a seleção de beneficiários dos programas, é preciso haver um edital, com definições claras dos critérios de seleção, de forma que não seja dificultada a participação de nenhum aluno, seja com um grau de exigência documental muito elevado, ou até mesmo sem a correta divulgação.

Outro assunto abordado no questionário foi em relação ao conhecimento claro dos critérios utilizados na seleção de alunos para os programas assistenciais, os resultados estão dispostos no gráfico 9.

Gráfico 9 – Conheço claramente os critérios utilizados na seleção de alunos para os programas assistenciais



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Neste caso, 52% dos beneficiários concordam e 22% concordam fortemente que conhecem os critérios utilizados na seleção de alunos para os programas assistenciais. Acredita-se que esse resultado esteja ligado ao sistema de divulgação e informação eficiente que é realizado pelos agentes implementadores e que já foi discutido no item anterior. A seguir, serão debatidos os sistemas de capacitação dos atores implementadores da política.

5.2.4 Sistemas de capacitação

A Política de Assistência Estudantil do IFPB, como vista, apresenta diversos programas, que exigem, dos agentes que as executam, capacitação para desenvolver suas ações. Draibe (2001, p. 33) reitera essa necessidade, ao afirmar que “é imprescindível verificar a capacidade dos agentes para cumprir as tarefas que lhe cabem na implementação”. Embora os técnicos atuantes na implementação da política tenham a formação acadêmica necessária para atuação no cargo que ocupam, eles não necessariamente conhecem os processos que integram a execução da política de Assistência Estudantil do IFPB.

Para a Gestora que coordenou a elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFPB, houve a capacitação dos profissionais responsáveis pela implementação da política, tendo em vista que eles também participaram da elaboração:

Os profissionais que participaram da elaboração da política já estavam devidamente capacitados. E à medida que novos profissionais iam chegando à instituição, a gente

sempre reunia e repassava a política, discutindo a implementação e nos colocando a disposição para os esclarecimentos que se fizessem necessários, e a gente ficava monitorando essa implementação. (Entrevistada S3)

Observa-se que a Gestora tinha a preocupação de capacitar os técnicos na medida em que estes iam chegando à instituição. No entanto, no Campus Picuí, a Gestora da COPAE demonstra ciência sobre as falhas nos Sistemas de Capacitação. Existe a preocupação especificamente com a categoria de técnicos, os agentes implementadores da política de Assistência Estudantil do IFPB:

Os servidores pioneiros sentiram mais dificuldades pela falta de capacitações voltadas para a implementação da política de assistência estudantil. O fato de termos as reuniões semanais com a equipe multiprofissional foi uma das propostas internas, diante da necessidade de se estudar a política e de criar ações para que essa política de fato tenha vida, ou seja, uma forma de preparar e capacitar a equipe para realização de ações para alcançar os objetivos da política. (Entrevistada S6)

Há a intenção por parte da Gestão de preparar os profissionais para atuação na política, e as reuniões mencionadas pela gestora é uma das ações que busca esse fortalecimento dos sistemas de capacitação. Para ela, outro ponto positivo foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE:

Acredito que agora com o fato de existir uma Pró-reitoria específica para a assistência estudantil, essa política possa ser tratada de outra forma, que ao meu entendimento, isso deve de fato existir, pois muitas vezes os profissionais chegam sem experiência e se deparam com vários problemas, e precisam buscar em outras fontes, estratégias para solucionar esses problemas. (Entrevistada S6)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, mesmo tendo sido criada recentemente, já vem buscando capacitar os atores implementadores da política, como pode-se perceber no discurso do gestor a seguir:

Fizemos um encontro com os coordenadores dos NAPNE's e foi sugerido inclusive que tentássemos desenvolver projetos mais sistêmicos de capacitação, como por exemplo, dos docentes, por meio de cursos desenvolvidos pelos próprios interpretes de libras, que alguns campi já vêm desenvolvendo, ou a sistematização de alguns projetos exitosos [...] (Entrevistado S2)

Há a intenção de ampliar as capacitações para todos os profissionais envolvidos com a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, de forma a suprir as necessidades que existem no grupo de técnicos e habilitando. A partir desse diagnóstico, pode-se projetar mudanças de planejamento para melhor executar ações da política. No entanto,

como o programa já existe há 05 anos e não houve, demonstra inércia pela gestão afinal já houve tempo para se pensar em como aperfeiçoar a implementação, o que não ocorreu.

Quanto aos técnicos, os depoimentos evidenciam a inexistência de capacitação. Há comprometimento da equipe em buscar conhecer a política através das reuniões já mencionadas pela Gestora da COPAE, e de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em suas formações acadêmicas:

Não foi dado nenhum tipo de treinamento para que nós pudéssemos implementar a política de assistência estudantil. Depois que nós tivemos acesso ao documento de que trata a política, nossa equipe passou a estudá-la e fomos implementando de acordo com nossa experiência e nossa realidade. (Entrevistada S9)

Nunca participei de uma capacitação direcionada para a Política de Assistência Estudantil ofertada pelo IFPB. (Entrevistada S10)

A consequência direta da falta de capacitação deste grupo de técnicos é a interferência negativa no desempenho enquanto agente implementador, observada quando a Assistente Social e a Psicóloga do Campus Picuí responderam ao questionamento “Após essa capacitação você sentiu-se preparado para implementar a política?”. Há o risco de falhas no processo e necessidade de correções futuras, graças ao tempo em que o sujeito passa executando atividades sem clareza ou segurança sobre o que está fazendo:

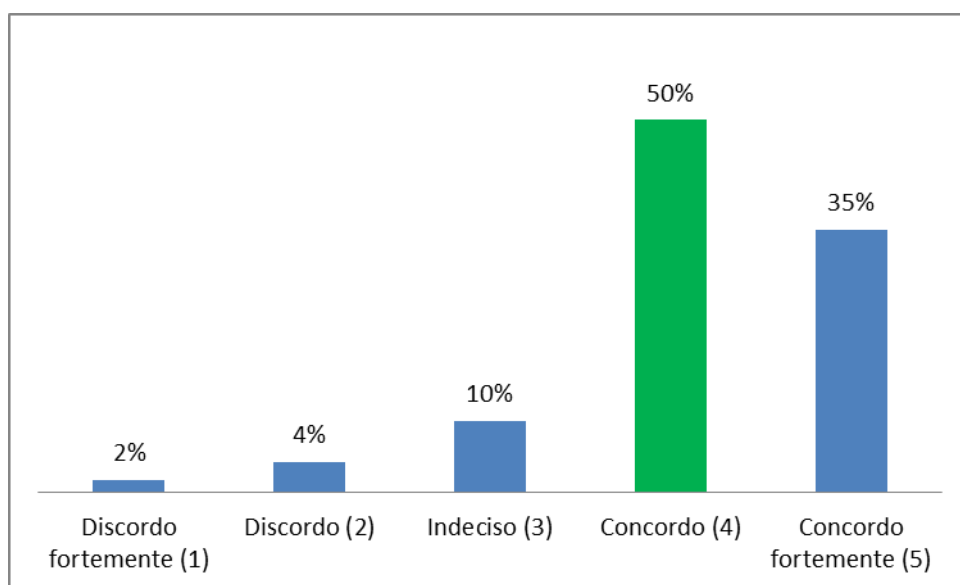
[...] posso dizer que quando passei a atuar no Campus, eu não me senti preparada para implementar a política, justamente pela falta dessa capacitação, pois como eu falei, tudo que eu aprendi foi durante o mês que a outra assistente social ficou no campus para me repassar o serviço. O que me deixou mais segura para implementar a política foram as reuniões com outras assistentes sociais. (Entrevistada S8)

Minha preparação foi feita através da prática profissional mesmo, buscando melhorar as ações a medida que íamos identificando os pontos negativos e positivos. (Entrevistada S9)

Salienta-se, novamente, a importância de conhecer o modelo de implementação da política de Assistência Estudantil do IFPB para que o técnico compreenda as rotinas de trabalho do seu setor e dos demais, e assim, possa realizar as ações dos programas de forma eficaz, em consonância com o que se deve precipuamente.

Os beneficiários reconhecem e valorizam a atuação dos técnicos no processo de execução das ações voltadas para os programas da política de assistência estudantil, como pode ser observado no gráfico 10.

Gráfico 10 – Os técnicos que trabalham na instituição são capacitados para exercerem suas funções



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Neste gráfico, é apresentado o reconhecimento dos beneficiários em relação à capacitação dos técnicos envolvidos com a implementação da política, em que 85% dos beneficiários declaram que os técnicos que atuam na instituição são capacitados para exercer as funções que ocupam. Isso se destaca como positivo, pois é um reflexo do trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe multiprofissional. Neste caso a relação do atendente com o beneficiário se mostra convergente, pois a possibilidade de compreensão dos atores em cada ação se torna clara facilitando a comunicação pelo atingimento dos objetivos da ação governamental.

Como se percebe, de maneira geral, os Sistemas de Capacitação do IFPB, mesmo tendo sido bem avaliados pelos beneficiários, ainda precisam ser mais bem desenvolvidos por meio da capacitação dos atores implementadores da política, pois se configura como um ponto decisivo no êxito da implementação da política de Assistência Estudantil do IFPB.

5.2.5 Sistemas internos de monitoramento e avaliação

Como menciona Draibe (2001), a implementação de políticas tende a ser monitorada pelos seus gestores, mesmo que de forma implícita. É necessário saber se as avaliações internas se constituem como um procedimento regular, se o conteúdo e os métodos contribuíram efetivamente para a implementação da política, inclusive provocando correções no processo, e se os sujeitos têm acesso a resultados sistematizados de avaliações.

A gestora anteriormente responsável pela condução da Política de Assistência Estudantil do IFPB afirma que se realizava um acompanhamento da política, de acordo com o depoimento seguinte:

O acompanhamento era feito nas reuniões com as assistentes sociais, onde nos reuníamos com frequência para um compartilhamento das experiências, e para vermos o andamento da implementação da política no Campus. (Entrevistada S3)

Essas reuniões citadas pela gestora, já haviam sido mencionadas pela assistente social do Campus Picuí anteriormente em outro depoimento, em que foi relatado que os conteúdos das reuniões eram registrados em ata, contudo não se teve acesso a esses registros.

Observa-se no depoimento do gestor da PRAE, que o acompanhamento da política vem sendo feito de forma mais corriqueira, buscando levantar dados e informações importantes sobre a implementação da política:

Nós temos na PRAE duas assistentes sociais que estão voltadas a realizar esse acompanhamento. Algumas ações têm sido já desenvolvidas, como por exemplo, o levantamento das ações de assistência estudantil nos últimos três anos, não só os editais, os auxílios que foram oferecidos, e o quantitativo de estudantes contemplados, mas a ideia é também aferir de que maneira o desempenho desses estudantes, contemplados com auxílios financeiros, foi alterado positivamente ou não. Esse olhar vai consubstanciar e alimentar outras ações. (Entrevistado S2)

Esse acompanhamento mencionado vem sendo estendido aos demais programas que compõe a Política de Assistência Estudantil do IFPB. O monitoramento da política é fundamental para o sucesso da mesma, pois através dele é possível corrigir as falhas nas ações de implementação encontradas pela coleta de evidências no monitoramento, como recomenda Draibe (2001). Contudo, pode-se perceber que esse monitoramento ao qual o gestor da PRAE se refere, envolve praticamente os programas referentes aos auxílios financeiros, quando deveria abranger todos os programas que compõe a política.

A respeito do monitoramento das ações da COPAE, anualmente essa coordenação elabora, em conjunto com os profissionais ligados a ela, um Relatório de Gestão que contém as ações e objetivos que foram perseguidos no período e seus resultados alcançados:

A cada final de ano, temos o relatório de gestão, onde detalhamos todas as ações que foram feitas, oficinas, monitorias, recursos que foram gastos, ou seja, uma forma de acompanhar e prestar contas para a instituição, do nosso trabalho. (Entrevistada S6)

Esse documento, de que a gestora trata, é encaminhado para a Direção de Desenvolvimento do Ensino para compor o Relatório de Gestão do Campus Picuí. Mas isso mostra uma fragilidade, pois é impossível tomar decisões durante a execução dos programas quando a fonte informacional é anual, ora é preciso que o monitoramento aconteça de forma regular dentro da política. A elaboração desse Relatório citado é uma necessidade de satisfação aos controles, mas em termos de gestão, constata-se a carência no processo de acompanhamento. Dentre as implicações por essa inércia, tem-se a dificuldade em diagnosticar as eventuais falhas dos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos dos programas, adequando-os aos seus objetivos e metas, além de não permitir a localização dos pontos críticos a fim de favorecer uma via de melhora. (DUNN, 2008; FARIA, 2007).

Quanto ao Sistema de Avaliação, os Gestores são enfáticos ao assumirem que a instituição até o momento não realizou nenhuma ação dessa natureza:

Não foi feito uma avaliação de grande porte. Apenas fazíamos avaliações das ações realizadas no momento das reuniões com as assistentes sociais de todos os campi. (Entrevistada S3)

Uma avaliação mais aprofundada ou institucional ainda não foi realizada. O que nós fazemos são avaliações das ações que desenvolvemos, ou seja, nas reuniões das equipes nós avaliamos as ações, apontando os pontos fortes e fracos, e identificando aquilo que precisa ser mudado. (Entrevistada S6)

No meu ponto de vista isso é uma questão que a instituição vem falhando, pois é preciso planejar, executar e avaliar. A instituição vem se esforçando bastante, inclusive temos em construção um Plano Estratégico Decenal - PLANEDE, e dentro do próprio planejamento, tem um momento em que se faz a avaliação daquilo que se foi desenvolvido anteriormente. (Entrevistado S2)

As avaliações as quais a Entrevista S3 se refere eram realizadas nas reuniões com as Assistentes Sociais dos vários Campi do IFPB, no entanto não eram utilizados instrumentos de avaliação como questionários ou fichas avaliativas. A mesma nos confirmou que os registros eram feitos em atas, porém não se teve acesso a esses documentos. A ausência de avaliações internas da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, acarreta problemas para a implementação da mesma, visto que dificultará a identificação de falhas das

ações de implementação a serem corrigida. Contudo, o Gestor da PRAE, já aponta uma preocupação para com a necessidade de haver avaliações sistemáticas dentro da Política de Assistência Estudantil do IFPB:

Até o momento a PRAE não desenvolveu propriamente uma política sistemática de avaliação da Política de Assistência Estudantil, muito em função do pouco tempo de criação da PRAE, embora pra gente isso seja fundamental, mas estamos buscando primeiro nos apropriar das informações e daquilo que foi desenvolvido, para que possamos criar um trabalho de avaliação e, além disso, criar mecanismos de avaliação permanente, que é esse suporte que estamos buscando dentro do Planejamento Estratégico Decenal do IFPB (PLANEDE), pois é uma lacuna que a instituição tem, e a PRAE nesses seus primeiros meses tem sentido também. (Entrevistado S2).

Neste caso, é importante a preocupação do gestor em criar mecanismos permanentes de avaliação da política, para que se possam corrigir as falhas encontradas nesse processo. Buckley et al. (2015) afirmam que nem todos na organização ou na equipe implementadora de um programa precisam ser um avaliador ou fazer um trabalho de avaliação. No entanto, se todos os envolvidos no planejamento, implementação e avaliação de um programa é um pensador avaliador, o programa e sua avaliação têm a melhor chance de sucesso.

Outro ponto que vem sendo discutido entre os gestores é o que conta no artigo 30 da resolução, o qual trata da Política de Assistência Estudantil do IFPB, que prevê uma revisão da política a cada quatro anos, considerando a evolução dos indicadores sociais e econômicos do país e na perspectiva de atender as necessidades emergentes da comunidade estudantil, o que só passou a acontecer, no IFPB – Picuí, recentemente, ou seja, com mais de cinco anos de implementação:

A resolução que aprova a Política de Assistência Estudantil é de 2011 e a mesma previa uma revisão após 04 anos, e como essa revisão não aconteceu, a PRAE já estava ciente da necessidade dessa revisão e reformulação. Para isso nós estamos reunindo desde março de 2016, os profissionais, de forma que estamos reunindo todos os profissionais, onde fizemos encontros com Assistentes Sociais, profissionais da área da saúde (médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos), Educadores Físicos, Arte educadores, Coordenadores dos NAPNE's, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, ou seja, todos os profissionais que são diretamente citados na política, além de uma representação de alunos, que são os beneficiários da política. Em cada uma das reuniões, os profissionais escolhiam pares para constituir uma comissão, que hoje está trabalhando no sentido de fazer a reformulação da política. (Entrevistado S2)

Como foi relatado pelo Gestor da PRAE, a comissão de revisão da Política de Assistência Estudantil é composta por profissionais das diversas áreas da política, que foram escolhidos pelos próprios pares em reuniões individuais, além e uma representação de

beneficiários da política, que foram indicados pelas entidades representativas, Diretório Central de Estudantes - DCE e Associações de Grêmios.

As demais Gestoras entrevistadas também fortaleceram a necessidade da revisão da política:

Hoje o que está precisando ser feito é uma revisão da política, porque a própria política prevê uma revisão a cada quatro anos. (Entrevistada S3)

Com a criação da PRAE, eles estão promovendo uma revisão e reformulação da política. (Entrevistada S6)

A participação de profissionais das diversas áreas que abrangem a política, na revisão da mesma, é fundamental para que todos se reconheçam como construtores da Política de Assistência Estudantil, não só pela participação na reformulação, mas também no próprio envolvimento, sentindo-se partícipe desse processo, pois a responsabilidade de conduzir esse processo não cabe apenas aos assistentes sociais, como era a visão de alguns técnicos antes de conhecerem a política. Essa Política está caracterizada como *Bottom-up* que, conforme apresenta Oliveira (2006), esse modelo leva em consideração no fluxo do processo de planejamento aqueles que estão mais próximos às ações resultantes das políticas, ou seja, vêm o processo de baixo para cima. Assim, a população afetada pela política e os agentes do Estado em contato com ela poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento de políticas públicas. Isso é o que vem acontecendo no Campus Picuí com a Política de Assistência Estudantil, pois tanto os técnicos envolvidos com a implementação das ações dos programas quanto os beneficiários (estes em menor proporção) participam efetivamente do planejamento das ações a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos de cada programa da política implementada.

Aponta-se aqui a visão da técnica em enfermagem do Campus Picuí, envolvida com a implementação a respeito do acompanhamento da implementação da política:

No período em que estava em exercício no campus, o acompanhamento era frágil, existia em relação a algumas ações - o acompanhamento ocorria através de registros de atividades, assim como em prontuários e fichas de estudantes, além das anotações pessoais para a composição do relatório anual de gestão. (Entrevistada S10)

Com este depoimento, observa-se que apesar da fragilidade do processo, existe um acompanhamento, pouco sistematizado, das ações que são desenvolvidas pelos profissionais para o alcance dos objetivos da política. Outros procedimentos de acompanhamento são ainda realizados, como se visualiza na transcrição abaixo:

Existe o acompanhamento mais próximo dos alunos, realizando o acompanhamento da frequência dos alunos. É feito também um acompanhamento através dos conselhos de classes, para verificarmos como está sendo o desempenho das atividades em sala. É feito também algumas visitas domiciliares em situações em que o alunos esteja ausente ou com um baixo desempenho. (Entrevistada S9)

Tais procedimentos evidenciam a preocupação dos técnicos para com os beneficiários, principalmente pela busca do alcance dos objetivos da política, o que os tornam uma categoria importante, pois são os agentes implementadores da política, e estão diretamente ligados ao processo de acompanhamento dessa política.

O aspecto avaliação interna trata da regularidade, abrangência, graus de participação dos interessados, se há um ambiente de aprendizagem institucional coletiva que possibilite forma de propor aperfeiçoamentos. Com relação aos mecanismos de avaliação interna a política de assistência estudantil do IFPB obteve-se os seguintes depoimentos:

Isso é uma coisa que temos que melhorar em nossa atuação, pois geralmente o retorno que temos de professores ou de alunos é de boca, eles vêm a nossa sala e relatam o que acharam daquilo. Eu acho que é interessante que esse registro seja feito de forma documental. (Entrevistada S8)

Um mecanismo com o nome “avaliação interna” não existia, no entanto, a equipe sempre se reunia uma vez por semana para discutir acerca das atividades realizadas [...] (Entrevistada S10)

São feitos apenas algumas ações de avaliações pontuais, mas não de forma sistemática, ou seja, sempre que realizamos alguma ação ou alguma oficina ou palestra nós procuramos avaliar aquilo (Entrevistada S9)

Com a análise dos depoimentos, percebe-se que os técnicos argumentaram que ainda é preciso melhorar o processo de avaliação interna da política, embora a equipe de implementadores esteja sempre se reunindo para avaliar as ações que realizam de forma pontual, e buscando avaliar junto aos beneficiários, as ações que são desenvolvidas em cada programa. Os entrevistados reconhecem que a regularidade nas avaliações contribuiria para melhores resultados, como indica Draibe (2001).

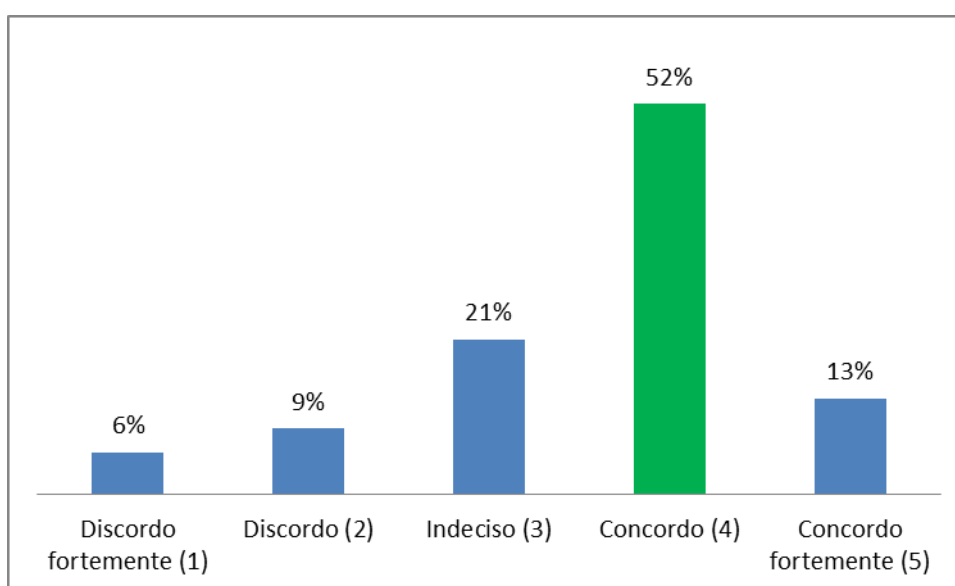
Em relação à importância do processo de avaliação de políticas públicas, Buckley et al. (2015) argumentam que quando avaliadores, planejadores de programas, pesquisadores e educadores pensam de forma avaliativa, e todos estão envolvidos no processo de avaliação em algum nível, as avaliações são bem planejadas, a implementação é sustentada e os resultados são usados para apoiar a evolução do programa.

Ainda está afastada a possibilidade de se confirmar que todas as ações pontuais denominadas de avaliação possam culminar com aprendizagem institucional, pois avaliar ações isoladas sem uma discussão desse resultado com os programas e destes no bojo da

Política, mostra, preliminarmente, que a concepção de Avaliação e da cultura sistêmica de avaliar não compor o norte da gestão.

Os beneficiários expuseram suas percepções por meio da afirmativa “sempre participo de atividades avaliativas que trazem informações sobre a qualidade da política, assim, sempre coloco minha visão sobre a execução da mesma”, e o resultado está presente no gráfico 11, a seguir.

Gráfico 11 - Sempre participo de atividades avaliativas que trazem informações sobre a qualidade da política, assim, sempre coloco minha visão sobre a execução da mesma



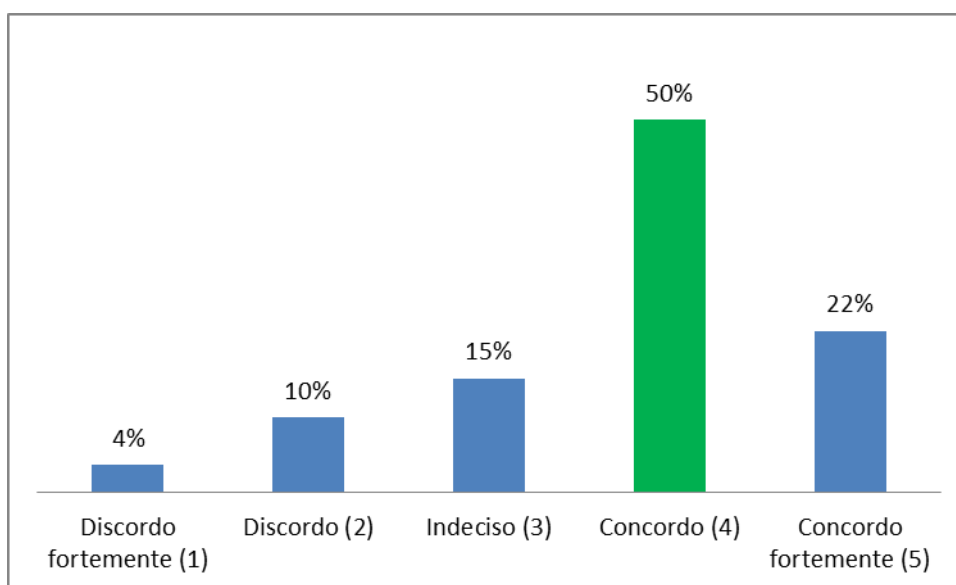
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Neste caso, mesmo com a maioria (52%) concordando que sempre participam das avaliações da política surge uma contradição, pois os gestores e técnicos afirmam a inexistência de sistemas de avaliação interna da política. O percentual de 21% de beneficiários indecisos representa um número considerável de beneficiários que não compreendem em que momento está sendo feito essas avaliações da política.

Diante disso, o percentual que afirma participar das avaliações da política deve estar se referindo às avaliações das ações dos programas que é feito pelos técnicos implementadores, conforme já foi mencionado. Além disso, as avaliações trazem ao aluno o sentimento de pertencimento ao IFPB, na medida em que estes têm oportunidade de expressar sua percepção e contribuir para melhorar o processo no qual estão inseridos.

Ainda foi verificada a percepção dos beneficiários quanto à divulgação dos resultados das avaliações que são feitas sobre as ações dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB, conforme apresentado no gráfico 12.

Gráfico 12 – Os resultados das avaliações da política são amplamente divulgados aos alunos



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Apesar dos Gestores e Técnicos afirmarem que os sistemas de avaliação precisam melhorar, 72% dos beneficiários apontam que os resultados das avaliações da política são amplamente divulgados. Sabendo que as avaliações que são feitas, avaliam as ações dos programas e não a política como um todo, entende-se que os beneficiários percebem esse tipo de avaliação, o que mesmo assim caracteriza-se como um ponto favorável à instituição. Contudo, é necessário que sejam utilizados instrumentos próprios de avaliação, para que esse processo tenha validade. Esses resultados precisam ser divulgados, para que se possa captar falhas que possam chegar à ponta do processo e corrigi-las, para aperfeiçoar a execução das ações da política (DRAIBE, 2001).

Como lembra Cano (2006), a avaliação formativa tem por finalidade a melhoria da implementação e, conseqüentemente, dos resultados da ação governamental quando o mesmo está em curso. No caso da política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, não se tem sido prezado por esse comportamento, tendo em vista que a operacionalização da avaliação interna não está sendo realizada.

5.2.6 Sistemas Logísticos e Operacionais

Neste tópico, busca-se compreender como a política é financiada e operacionalizada pelos gestores para que as ações de implementação se desenvolvam de acordo com os parâmetros planejados. Aspectos como suficiência de recursos financeiros, bem como os prazos de chegada desses recursos ao órgão gerenciador, são fundamentais para o bom funcionamento dos processos envolvidos. Além disso, no que diz respeito a recursos materiais, muitas vezes a base material específica na qual a política se apoia, como explica Draibe (2001), é crucial para o seu êxito.

O Sistema de financiamento da Política de Assistência Estudantil do IFPB se dá por meio da Fonte 100, ou seja, dentro do Orçamento do Campus Picuí, existe uma rubrica destinada especificamente para as despesas com assistência estudantil. Para a gestora da COPAE esse recurso é fundamental para a operacionalização dos programas:

A maioria dos programas gira em torno dos recursos financeiros, então existe no orçamento da instituição uma rubrica específica para a assistência estudantil, e a gestão realmente destina esses recursos para que possamos realizar as ações previstas na política de assistência estudantil. (Entrevistada S6)

Tal depoimento ressalta a importância de uma gestão comprometida que organiza os recursos financeiros disponíveis para que sejam utilizados para a finalidade a qual foram destinados, evitando assim, descontinuidade na operação governamental.

A tabela 5 apresenta os valores referentes ao Orçamento da Assistência Estudantil destinado ao Campus Picuí durante os anos de implementação da Política de Assistência Estudantil, bem como a quantidade de beneficiários regularmente matriculados.

Tabela 5 – Total de recursos executados para a política de assistência estudantil do IFPB –
Campus Picuí

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
R\$	190.023,68	434.077,04	573.085,00	768.243,52	667.503,84	709.484,86
Nº de beneficiários	493	660	811	886	625	665

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial do Governo Federal e Relatórios do Controle Acadêmico (2011-2016).

Esses valores são descritos como ação de Governo para Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, e envolve despesas com auxílios moradia, alimentação e transporte; auxílio óculos; ajuda de custo para participação em eventos, fardamento e demais materiais de apoio ao discente. Observa-se que esses valores são crescentes ao logo do tempo, levando-se também em consideração o número de

beneficiários regularmente matriculados na instituição, o que comprova a efetividade do PNAES que sugere que a Assistência Estudantil cubra a todos os alunos regularmente matriculados na instituição, prioritariamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições.

A Assistente Social do Campus Picuí, dentre os técnicos administrativos da COPAE, é a profissional que participa desse processo de planejamento e execução dos recursos financeiros:

Os recursos financeiros se dão através da fonte 100, e a cada final de ano é feito o Plano de Trabalho Anual (PTA), e nele nós fazemos o planejamento de como serão utilizados os recursos durante o ano seguinte. Durante esse período de planejamento a equipe senta com a Direção de Administração e Planejamento e dividimos esse recurso para ser utilizado nos diversos programas, tanto os de auxílios que abrange alguns alunos, como também para programas que abrangem todos os alunos, como no caso o fardamento, material escolar e etc. Então nós dividimos esses valores, e ao longo do ano vamos administrando. (Entrevistada S8)

Nota-se que acontece um planejamento prévio dos recursos financeiros destinados aos programas da Assistência Estudantil no Campus Picuí, e que a equipe possui experiência para que tais recursos contribuam para o alcance dos objetivos da política. Esses recursos são utilizados para atender aos editais de auxílios e a outros programas destinados a todos os matriculados.

No que tange à infraestrutura e os equipamentos e materiais de uso diário, o Campus Picuí dispõe de sua sede definitiva, na qual trabalham gestores e técnicos, e onde os beneficiários realizam suas atividades de estudo. A sede do Campus Picuí possui, além dos blocos de aula - com salas e laboratórios bem estruturados -, um bloco administrativo, com salas específicas para os profissionais da COPAE. Os técnicos avaliam de forma bastante positiva a infraestrutura e os equipamentos de trabalho disponíveis para executarem suas atividades diárias, como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

A estrutura física aqui do Campus Picuí é muito boa, antes quando não existiam outros profissionais, cada profissional tinha sua sala. Hoje nós dividimos essas salas da seguinte forma, eu divido a sala com a psicóloga, as pedagogas ficam em outra sala com a técnica de assuntos educacionais, a equipe da saúde fica em outra sala. Então a estrutura física atende sim [...] (Entrevistada S8)

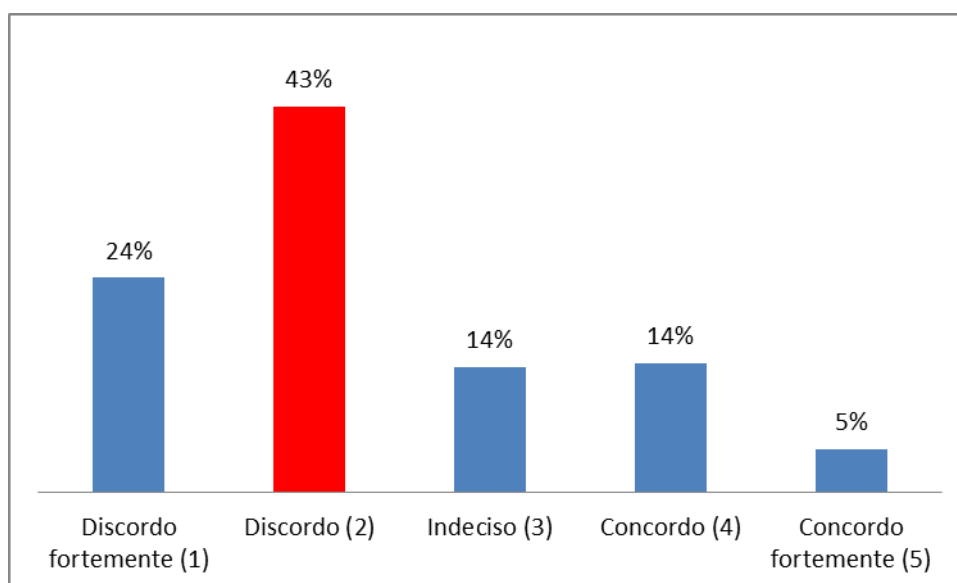
Diante da situação vivida por outros campi, nós não temos de que reclamar em relação à estrutura, pois o Campus Picuí dispõe de uma boa estrutura para o desenvolvimento do nosso trabalho. (Entrevistada S9)

São oferecidos materiais comuns para todos os técnicos administrativos, que me possibilitam a realização de algumas atividades voltadas para saúde coletiva e preventiva. (Entrevistada S10)

Observa-se, pelo discurso dos técnicos, que eles possuem o suporte necessário para executar ações de implementação da política, inclusive comparando a infraestrutura com a de outros Campi do IFPB. Isso enseja que não há dificuldades estruturais para operar o PNAES, tendo todos os programas os elementos logísticos necessários para sua execução.

Os beneficiários expuseram suas percepções a respeito desse subsistema, com a exposição de dois cenários, o primeiro relacionado aos recursos financeiros, e o segundo, referente à infraestrutura e equipamentos disponíveis no Campus Picuí, como apresentados nos gráficos 13 e 14.

Gráfico 13 – O valor do auxílio recebido é suficiente para arcar com a despesa a qual ele se destina, seja transporte, moradia ou alimentação



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Para 67% dos beneficiários, os valores recebidos nos auxílios transporte, alimentação e moradia são insuficientes para arcar com as despesas a qual eles se propõem. Essa informação é preocupante, pois deixa de atender ao primeiro objetivo da Política, que é o de garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas. E nesse caso, como o beneficiário aponta a insuficiência de recursos, prejudica o sucesso da política.

Os valores pagos aos beneficiários estão descritos na tabela 6, que traz essas informações referentes aos anos de 2014 a 2016.

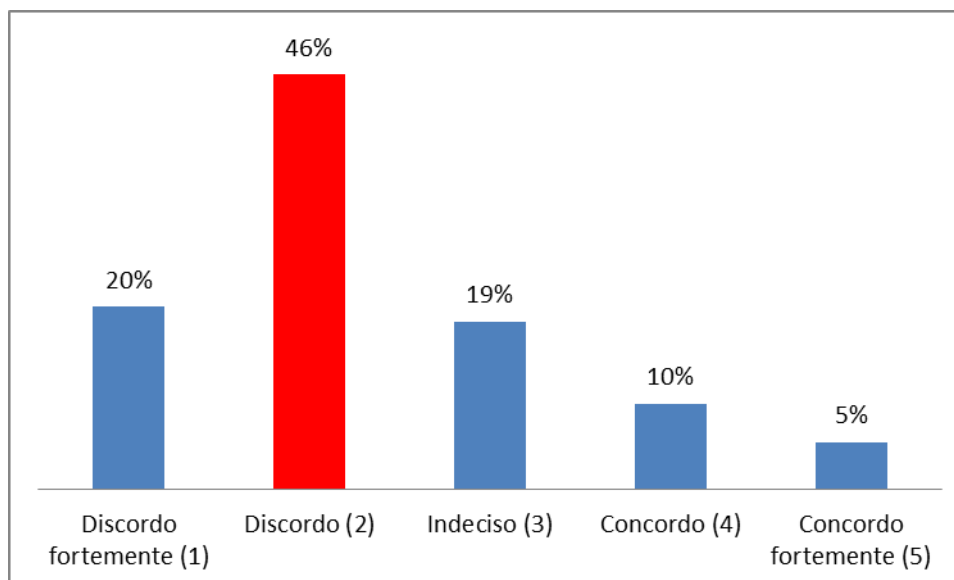
Tabela 6 – Valores dos Auxílios

Anos / Auxílios	Auxílio Moradia	Auxílio Transporte	Auxílio Alimentação
2014	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
2015	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
2016	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 130,00

Fonte: Editais da Assistência Estudantil dos anos de 2014 a 2016.

Os valores descritos na Tabela 06 referem-se ao valor que cada beneficiário recebe para custear as despesas a qual o referido auxílio se propõe. Pode-se observar que apesar dos aumentos crescentes dos recursos recebidos pelo Campus Picuí e destinados à Assistência Estudantil, descritos na Tabela 5, houve uma redução dos valores dos Auxílios Alimentação e Transporte no ano de 2016. Outro fator que pôde ser observado é o fato dos valores não terem sofrido acréscimos ao longo dos anos, pois com a inflação existente em nosso país, as despesas com Alimentação, Moradia e Transporte aumentam a cada ano, e como os valores dos auxílios permaneceram os mesmos, os beneficiários não conseguem arcar com essas despesas apenas com o valor recebido da assistência estudantil. Cabe destacar que não tivemos acesso aos editais dos auxílios referentes aos anos de 2011 a 2013.

Gráfico 14 – O valor do auxílio é recebido no prazo adequado, ou seja, não atrasa



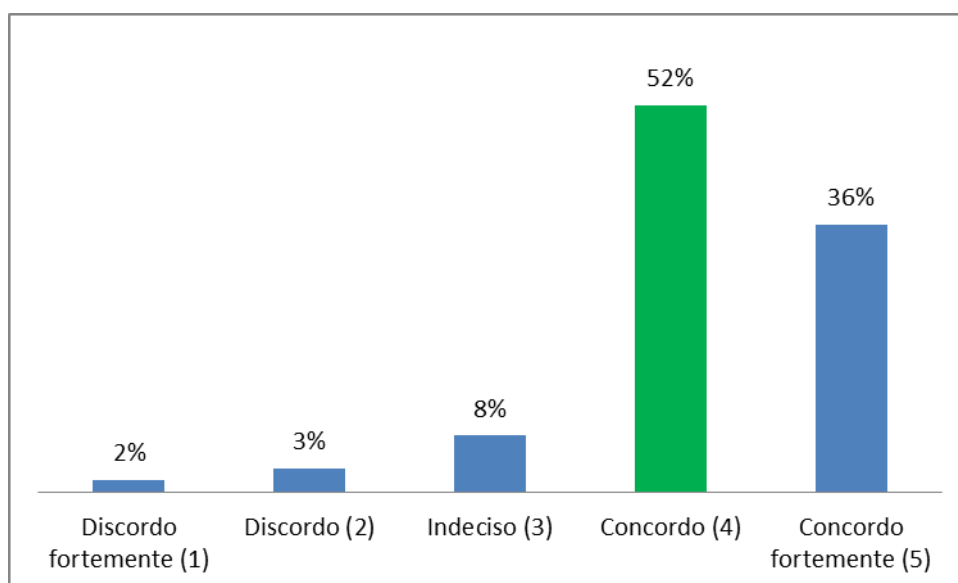
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

O gráfico 14 aponta a insatisfação dos beneficiários com os atrasos no pagamento dos auxílios, que para 66% dos participantes da pesquisa, não é recebido no prazo adequado. Tal insatisfação precisa ser verificada, pois não foi identificado junto aos gestores e técnicos administrativos informações referentes aos atrasos citados pelos beneficiários.

Os conteúdos dos Gráficos 13 e 14 direcionam para uma precariedade parcial do sistema Logístico e Operacional de Implementação da Política de Assistência Estudantil, pois com essas limitações de recursos insuficientes e atrasados, tendo em vista que os valores totais a serem destinados à Assistência Estudantil são definidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e repassados ao Campus Picuí na aprovação do Orçamento, os objetivos da política podem ficar comprometidos. Essa precariedade pode gerar confusão quanto à identificação do esteja errado, se é a política ou a implementação da mesma. Como consequência, essa confusão alimenta a ânsia daqueles que estão no topo das hierarquias políticas administrativas de culpar os implementadores quando uma política é percebida como errada (HUPE; HILL, 2016).

Em relação à infraestrutura e equipamentos do Campus Picuí, 88% dos beneficiários concordam e concordam totalmente que a infraestrutura e equipamentos do Campus Picuí, assim como os materiais didático-pedagógicos recebidos são de ótima qualidade, conforme é demonstrado no gráfico 15.

Gráfico 15 - A infraestrutura e equipamentos do Campus, bem como os materiais didático-pedagógicos recebidos são de ótima qualidade



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Parece ser unânime a percepção dos beneficiários quanto à qualidade dos equipamentos e materiais, bem como da infraestrutura do Campus Picuí. Esse percentual elevado de beneficiários satisfeitos, corrobora com os depoimentos dos técnicos anteriormente analisados, em que são citados as boas condições dos equipamentos e materiais utilizados na operacionalização das ações voltadas para a implementação da Política. A existência de equipamentos e materiais de qualidade facilitam a operacionalização dos programas, uma vez que permite que os profissionais envolvidos com a implementação da Política atendam aos beneficiários com qualidade, e desenvolvam as ações de cada programa com êxito.

Discutindo as palavras de Ramos e Schabbach (2012) ao afirmar que as avaliações de implementação permitem identificar os verdadeiros conteúdos do programa, se ele está sendo realizado conforme o previsto, ou se está atingindo o público-alvo e se os benefícios estão sendo distribuídos corretamente, percebeu-se que no caso da Implementação da Política de Assistência Estudantil, os Sistemas Logísticos e Operacionais embora atendam ao público-alvo esperado e possuam os equipamentos e materiais a contento, existem lacunas nos valores dos recursos repassados aos beneficiários e atraso no repasse destes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil do IFPB embora recente, vem se consolidando nos diversos Campi através de ações dos programas voltados para a garantia do acesso, da permanência e da conclusão de curso dos beneficiários. Tal política, que nasceu em 2011 em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil, hoje já está presente em todos os Campi do IFPB, e vem sendo implementada no Campus Picuí desde o ano de sua formulação atingindo atualmente uma parcela significativa de beneficiários dando a estes mais possibilidades de lograr êxito em suas trajetórias estudantis.

Percebeu-se que, esses beneficiários, assim como os agentes que implementam a política, vem buscando mobilizar ações no sentido de garantir a igualdade de oportunidade entre os discentes da instituição.

A avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB foi realizada no Campus Picuí por meio deste estudo de caso complexo e dinâmico, que envolveu tanto os atores envolvidos com a Gestão do Campus e da Política, como também os técnicos envolvidos com a execução de ações dos programas presentes na política, e seus beneficiários. Portanto, ao avaliar os processos de implementação ligados à Assistência Estudantil, produziu-se dados que poderão servir de referência para sua reprogramação, pois como afirma Perez (2007), enquanto pesquisa orientada, a Avaliação da Implementação pode dar suporte a correções de rumo nos programas, especialmente, no contexto dos decisores.

A análise seguiu o modelo proposto por Draibe (2001), em cuja metodologia fez-se a avaliação dos subprocessos e sistemas da Política de Assistência Estudantil do IFPB implementada no Campus Picuí, o que possibilitou algumas considerações relevantes.

A respeito do Sistema Gerencial e Decisório, a implementação da política de Assistência Estudantil demanda que a gestão tenha mais diálogo com os agentes implementadores, ou seja, com àqueles que estão implementando as ações dos programas junto aos beneficiários, de forma a ser evitadas as falhas no processo.

Com relação aos Processos de Divulgação e Informação, percebeu-se falhas na comunicação entre gestores e técnicos, que devem ser sanadas para não comprometer o sucesso da política, uma vez que todos os envolvidos com a Política precisam tomar conhecimento acerca dos objetivos e rotinas de operacionalização da mesma. Com a utilização de diversos meios de comunicação para tornar os beneficiários bem informados a respeito das ações que são desenvolvidas pela COPAE, esse sistema foi bem avaliado pelos beneficiários, que apontam a clareza, agilidade e alcance da divulgação e das informações.

Os Sistemas de Seleção utilizam a seleção por meio de concurso público para formar um corpo de técnicos capazes de exercer a sua função dentro da política e, assim, realizar ações voltadas para o alcance dos objetivos de cada programa. Diante da escassez de recursos financeiros, em alguns programas (como os auxílios alimentação, transporte e moradia estudantil) é necessário que se proceda a seleção dos beneficiários por meio de editais amplamente divulgados, deixando os alunos cientes dos critérios que serão usados na seleção, e de maneira que não dificulte a participação dos mesmos na referido processo.

Em se tratando dos Sistemas de Capacitação, não se pode permitir que os agentes implementadores da política atuem sem a devida capacitação, que deve ser oferecida pela instituição, para que o técnico possa se sentir preparado para desenvolver suas atividades. Tal falta de capacitação pode acarretar falhas de execução da política.

Sobre os Sistemas Internos de Monitoramento e Avaliação, faz-se necessário que gestores, técnicos e beneficiários sejam avaliados para contribuir com melhorias no processo de implementação da política de Assistência Estudantil do IFPB, embora essa prática não esteja sendo desenvolvida no Campus Picuí, uma vez que só obtivemos relatos de simples monitoramentos e avaliações de ações de programas feitas pelos técnicos junto aos beneficiários.

No tocante aos Sistemas Logísticos e Operacionais, mesmo com uma rubrica específica para a política de Assistência Estudantil dentro do Orçamento da Instituição, os recursos destinados ao Campus Picuí são insuficientes para o alcance do número de estudantes que necessitam ser atendidos pela política. Além de que em relação à temporalidade, esses recursos são repassados aos beneficiários de programas assistenciais com atraso. A respeito da infraestrutura do Campus, os equipamentos e materiais disponíveis pela Campus são vistos por todos os atores (gestores, técnicos e beneficiários) como de boa qualidade, contribuindo para o sucesso na implementação de algumas ações.

Destarte, com base no que já foi exposto e no resultado das afirmativas elencadas no questionário aplicado junto aos beneficiários, a Política de Assistência Estudantil do IFPB, apesar das correções a serem feitas nas falhas identificadas, vem sendo implementada no Campus Picuí, atendendo aos objetivos propostos em sua formulação.

Dentre os objetivos do PNAES em que se verificou o atingimento, tem-se: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Já o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, não foi atendido na integralidade.

Acerca das dez áreas em que o PNAES determina que sejam desenvolvidas as ações de assistência estudantil, constatou-se que a Política de Assistência Estudantil do IFPB desenvolve ações em oito áreas a saber: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; cultura; esporte; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Dentre as limitações da pesquisa avaliativa realizada tem-se a falta de registros escritos de reuniões dos Gestores com as equipes de técnicos implementadores da política, além da falta de interesse de alguns desses atores em participar da pesquisa por meio da entrevista. Outro fator limitador foi o acesso ao grupo de beneficiários que não se encontram mais matriculado na instituição, seja por conclusão ou desistência, pois o setor de Registro Acadêmico não tinha endereço eletrônico de alguns deles.

Como sugestões para estudos futuros a partir deste trabalho, destaca-se a possibilidade de se realizar uma avaliação da implementação da Política de Assistência Estudantil comparativa entre o Campus Picuí e um outro Campus, buscando um aprofundamento sobre o tema. Ademais existe também a possibilidade de futuros estudos comparativos de avaliação da pesquisa em questão com outros Campi do IFPB ou mesmo com um campus de um instituto de outro estado, de forma a identificar as semelhanças e diferenças existentes nos diversos sistemas já abordados aqui.

REFERÊNCIAS

- ABMA, Tineke A. **Responsive evaluation: the meaning and special contribution to public administration.** Public Administration, v. 82, n. 4, p. 777-1058, 2004.
- ADULIS, D. O uso do Marco Lógico na gestão e avaliação de projetos. **Revista do Terceiro Setor.** São Paulo: RITS -Rede de informações para o terceiro setor, dez, 2002.
- AGUILAR, M. J. ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000.
- ANDRADE, J. A.; USSAN, J. L. M; KLERING, L. R. **A Avaliação de Políticas Públicas em Análise: o caso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb.** In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, 25º Anais... Campinas: Anpad, 2001.
- ARAÚJO, K. S. **Avaliação de Implementação da Educação Superior a Distância: o caso da Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – SEDIS/UFRN.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Natal, RN, 2014.
- ARAÚJO, R. M. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): Avaliação da Implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte.** 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Administração, Natal, RN, 2012.
- ARCOVERDE, A. C. B. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. **Revista Conexão Geraes**, n. 3, p. 16-18, 2013.
- ARRETCHE, M. T. S. Tendências nos Estudos sobre Avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate.** São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- _____. Uma contribuição para fazermos uma avaliação menos ingênua. In: BARREIRA, M. C. R. N; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC/ SP, 2001.
- BEHELAINÉ, C. H. O.; CKAGNAZAROFF, I. B. Por que as avaliações vão para a gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso dos resultados das avaliações de políticas públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 78-93, 2014.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** 4. ed. São Paulo: Coleção Questões da Nossa Época, v. 75. Cortez, 2007.
- _____. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. 3º edição. São Paulo, Cortez, 2003.

BITTENCOURT, J. M. V. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012.

_____. Lei 8.742/1993, **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS/SAS, 1997.

_____. Decreto nº 7234 de 19 de Julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm . Acesso em 05 maio 2016.

_____. **Política de Assistência Estudantil do IFPB**. João Pessoa, PB. 2011.

_____. **Política de Assistência Estudantil do IFPE**. Recife, PE. 2012.

BROUSSELLE, A. What counts is not falling... but landing. Strategic analysis: an adapted model for implementation evaluation. Evaluation Copyright. **SAGE Publications** (London, Thousand Oaks and New Delhi) DOI: 10.1177/1356389004046292, v. 10, n. 2, p. 155-173, 2004.

BRYNARD, P. Policy implementation. In: CLOETE; WISSINK. (Eds.). **Improving public policy**. Pretoria. Van Schaik. 2000.

BUCKLEY, J. et al. Defining and Teaching Evaluative Thinking: Insights From Research on Critical Thinking. **American Journal of Evaluation**, v. 36, p. 375-388, 2015.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CAVALCANTI, M. M. A. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual**. Caruaru, PE, 2006.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 993-1016, 2012.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, set./out. 2003.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977. 264 p.

COTTA, T. C. Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2. p. 105-126, abr./jun. 1998.

_____. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Serviço Público**, vol. 52, n. 4, p. 89-110, 2001.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. RS: Secretaria de coordenação e planejamento. 2006.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2001.

DUNN, W. N. **Public policy analysis: an introduction**. 4. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2008.

ELMORE, R. F. **Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación y las decisiones políticas**. In: VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E.; REIN, M.; RABINOVITZ, F. F. & ELMORE, R. (dirs.). *La implementación de las políticas*. México: Miguel Angel Porrúa. 1996.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

_____. C. A. P. (Org). **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, E. M. (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p. 41-51.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, set./dez. 1986.

FONSECA, A. **Avaliação de políticas sociais: O desafio de fazer, analisar e corrigir simultaneamente**. 2005. Disponível em: < http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4favaliacao_poli_sociais.pdf> Acesso em: 21/12/2016.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace**. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br>. Acesso em 17/11/2015.

FRONZA, C. S.; NOGUEIRA, V. M. R. **A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária**. Vitória: Argumentum, 2015.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 160 p.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

HUPE, P. L.; HILL, M. J. 'And the rest is implementation.' Comparing approaches to what happens in policy processes beyond Great Expectations. **Public Policy and Administration**, v.31, p. 103-12, 2016.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: **Concepção e Diretrizes**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2008.

KAYANO, J.; CALDAS, E.L. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania; Easp/FGV, 2002.

KHANDER, S. R.; KOOLWAL, G. B.; SAMAD, H.A. Handbook on impact evaluation: Quantitative methods and practices. **Washington, DC: The World Bank**, p. 3-4; 7-31, 2010.

LESTER J. P.; BOWMAN A. O. M.; GOGGIN M. L.; O'TOOLE L. J. Public policy implementation: evolution of the field and agenda for future research. **Policy Studies Review**, Arizona, v. 7, n. 1, p. 200-216, 1987.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**. v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais – algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, p. 41-49, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARK, M. M.; HENRY, G. T. The mechanisms and outcomes of evaluation influence. **Evaluation**, v. 30, n. 1, p. 35-57, 2004.

MATLAND. R. E. Synthesizing the Implementation Literature: The Ambiguity-Conflict Model of Policy Implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 5, n. 2, p. 145-174, 2010.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

_____. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

MÉNY, Y.; THOENIG, J. C. **Politiques publiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MINAYO, M. C. S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais** (pp.19-51). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MOKATE, K. M. Convertiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 89-131, jan./mar. 2002.

MULLER, P. & SUREL, Y. 2002. A análise das políticas públicas. Pelotas: Educat.NAJAN, A. **Learnin from the Literature on Policy Implementation: A Synthesis Perspective**. (Working Papers). Inertnational Institute for Applied Systems Analysis – IIASA. A-2361 Luxwnburg. Austria. 1995.

NAJAN, A. Learnin from the Literature on Policy Implementation: A Synthesis Perspective. (Working Papers). **Inertnational Institute for Applied Systems Analysis – IIASA**. A-2361 Luxwnburg. Austria. 1995.

NEIROTTI, N. Evaluation in Latin America: paradigms and practices. In: KUSHNER, S.; ROTONDO, E. (Orgs.). **Evaluation voices from Latin America**. San Francisco: Jossey-Bass, 2012. p. 128.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, São Paulo. V. 1, n° 3, 2ºsem. 1996.

NOVAES, H. M. D. Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde. **Revista de Saúde Pública**, vol. 34, n. 5, p. 547-549, 2000.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 273-88, 2006.

PALÁCIO, P. P. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará**. UFC, 2012.

PEREIRA, P. A. **A assistência social na perspectiva dos direitos – críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996, 142 pg.

PEREZ, J. R. R. A avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2007.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. Implementación: cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustan en Oakland. México: **Fondo de Cultura Económica**, 1973.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. UFJF, 2013.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, 2012.

RAUEN, A. T. Desafios da avaliação em políticas de inovação no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília, DF, 2013.

ROCHA, R. A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neoinstitucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2004.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio à Gerência Social no Brasil – BID, 1997.

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. The implementation of public policy: a framework of analysis. **Policy Studies Journal**, v. 8, n. 4, p. 538-560, 1980.

SCHURSTER, K. Abordagens sobre a literatura de avaliação em políticas públicas: estudos preliminares. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, AP, 2014.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M. O. S. (org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 54-91.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. **Cadernos NEPP-UNICAMP**. Caderno nº 48. Outubro de 2000.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

SILVA e SILVA, M. O. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos**. In: SILVA E SILVA, M.O. Avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: Veras editora, 2001.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Pelotas: UCPEL, 2012.

SOUZA, D. J. N. **Política de educação superior e os programas de permanência para universidades públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2003 a 2010**. Campo Grande: UCDB, 2012.

SPINK, P. **Avaliação democrática: propostas e práticas**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2001. (Coleção Abia, Fundamentos de Avaliação no 3). Disponível em: <www.abiaids.org.br/_img/media/colecao%20fundamentos%20avaliacao%20N3.pdf>. Acesso em 15 jul. 2016.

SUBIRATS, J. **Analisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Ministerio para las administraciones, 1994.

TINÔCO, D. S.; SOUZA, L. M.; OLIVEIRA, A. B.. Avaliação de Políticas Públicas: Modelos Tradicional e Pluralista, **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 305-313, jul./dez., 2011. ISSN: 0104874.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 2008.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANA, L. A. **Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 05. 1996.

WEISS, C. H. **Evaluation**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

_____. The interface between evaluation and public policy. **Evaluation**, London, v. 5, n. 4, p. 468-486, 1999.

YIN, R. K. Case study research, design and methods, 3. ed, **Thousand Oaks**, Calif, Sage Publications, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre a Avaliação da Implementação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, um estudo de caso no Campus Picuí e está sendo desenvolvida pelo pesquisador Jussier do Nascimento Souza, aluno do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Richard Medeiros de Araújo.

Os objetivos do estudo são:

Geral: Avaliar em que medida a implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB no Campus Picuí, manteve os objetivos propostos na sua formulação.

Específicos: Descrever os principais programas de Assistência Estudantil no âmbito da Política avaliada, adotados no IFPB – Campus Picuí; Descrever a visão dos atores implementadores quanto aos elementos dificultadores e facilitadores do processo de implementação; Identificar se a Política de Assistência Estudantil do IFPB, implementada no Campus Picuí, está em consonância com a Política Nacional de Assistência Estudantil; Descrever a visão dos beneficiários da Política quanto à relação com os objetivos propostos pelo IFPB.

A finalidade deste trabalho é de contribuir para a reflexão sobre as ações e programas da assistência estudantil e ainda fomentar a necessidade de avaliações sistemáticas dessa política. Além de permitir aos gestores a possibilidade de reformular a política, no caso de serem encontradas inconsistências do alcance dos objetivos.

Solicitamos a sua colaboração em responder a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Gestão Pública/Políticas Públicas e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que a pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver, a qualquer momento, desistir

dele, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal

Assinatura da testemunha

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador Jussier do Nascimento Souza.

Endereço: Rua Antônio Matias de Azevedo, 244, Bairro Bela Vista. Jardim do Seridó/RN - CEP: 59343-000

Telefone: (83) 99664-6017

Atenciosamente,

Assinatura do pesquisador responsável

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE - B
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: estudo de caso no Campus Picuí poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, o pesquisador Jussier do Nascimento Souza a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: estudo de caso no Campus Picuí, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Natal, ____ de _____ de 2016

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS: UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.

APÊNDICE – C
ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Gestores)

Nome:	Data:	
Temo no cargo:	Idade:	Escolaridade:

- 1) Quais os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB? De que forma eles são divulgados aos agentes executores da política e aos beneficiários?
- 2) Que atores foram mobilizados para que a Política de Assistência Estudantil do IFPB fosse implementada?
- 3) Que tipo de capacitação foi dada aos atores implementadores da Política no Campus Picuí?
- 4) Como a política de qualificação dos técnicos auxilia numa prestação melhor dos serviços?
- 5) Descreva as dificuldades que você encontrou no processo de implementação da referida política.
- 6) Que elementos facilitaram a implementação dessa política?
- 7) Foi dada autonomia ao Campus Picuí para implementar tal política?
- 8) Fale sobre sua experiência com a Assistência Estudantil no exercício da Gestão que ocupou ou ocupa.
- 9) Como ocorreu ou ocorre o acompanhamento da implementação da Política de Assistência Estudantil no Campus Picuí?
- 10) Como é feito o monitoramento ou avaliação da implementação da Política? Com qual frequência?
- 11) De que forma os conteúdos provenientes do monitoramento ou avaliação têm contribuído para melhoria da Política?
- 12) Que recursos financeiros e/ou materiais são fundamentais para o alcance dos objetivos da política? E o acesso a estes é planejado?
- 13) Quais as facilidades e dificuldades que a gestão enfrenta para implementar a política?

APÊNDICE – D
ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Técnicos)

Nome:	Data:
Temo no cargo:	Idade: Escolaridade:

- 1) Quando e como você teve acesso à documento que trata da Política de Assistência Estudantil do IFPB?
- 2) Quais os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB?
- 3) Que atores foram mobilizados para que a Política de Assistência Estudantil do IFPB fosse implementada no Campus Picuí?
- 4) Que tipo de capacitação foi dada aos atores implementadores da Política no Campus Picuí? Após essa capacitação você sentiu-se preparado para implementar a política?
- 5) Descreva as dificuldades que você encontrou no processo de implementação da referida política no Campus Picuí
- 6) Que elementos facilitaram a implementação dessa política?
- 7) Foi dada autonomia ao Campus Picuí para implementar tal política?
- 8) Como ocorre o acompanhamento da implementação da Política de Assistência Estudantil no Campus Picuí?
- 9) Quais os mecanismos de avaliação interna ou monitoramento da implementação da referida política são desenvolvidos? Como se dá a sua participação nisso?
- 10) Quais as propostas de alterações da Política de Assistência Estudantil do IFPB?
- 11) Como se dá a divulgação de processos de programas da atual política?
- 12) Quais os critérios utilizados no recrutamento dos beneficiários?
- 13) De que forma se dá a relação entre os objetivos da política e os recursos financeiros disponíveis?
- 14) Fale sobre a infraestrutura e os recursos materiais que a instituição lhe oferece para que você possa realizar seu trabalho.
- 15) Como a infraestrutura e os recursos materiais que a instituição lhe oferece lhe auxilia para que você possa realizar seu trabalho ? Atende a contento?

APÊNDICE – E
QUESTIONÁRIO - Online
(Discentes)

Prezado (a) discente, gostaríamos de contar com sua ajuda respondendo esse instrumento de pesquisa, objeto de um estudo científico sobre a Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB, no Campus Picuí. Observamos que as informações aqui coletadas são para fins de uso acadêmico, não havendo identificação do (a) entrevistado (a). Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo pesquisador Jussier do Nascimento Souza, aluno do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Richard Medeiros de Araújo. Caso necessite de mais informações sobre o presente estudo entre em contato com o pesquisador por meio do e-mail jussier_js@yahoo.com.br. Agradecemos desde já a atenção e colaboração.

BLOCO I – Perfil dos Estudantes

1 - Idade:

- A) menos de 18 anos
- B) de 18 a 20 anos
- C) de 21 a 25 anos
- D) de 25 a 30 anos
- E) mais de 30 anos

2 - Sexo:

- A) masculino
- B) feminino

3 - Pessoa com Deficiência?

- A) Sim
- B) Não

Indique a deficiência:

- Física Visual Auditiva Mental Múltipla Não se aplica

4 - Estado Civil:

A) Solteiro(a)

B) casado(a) ou mora com companheiro(a)

5 - Você tem filhos, se sim, quantos?

A) Não tenho

B) 01 filho

C) 2 filhos

D) 3 filhos

E) 4 ou mais filhos

6 - Com quem você mora? (Assinale apenas uma alternativa.)

A) Com os pais

B) Com o cônjuge

C) Com familiares

D) Com amigos

E) Sozinho

7 - Como se dá sua manutenção financeira?

A) atividade acadêmica (bolsista de projeto de pesquisa ou extensão)

B) trabalho formal

C) trabalho informal

D) mesada fornecida por membro da família e/ou outro

E) renda (poupança)

8 - Qual seu curso no IFPB – Campus Picuí?

A) Técnico Integrado em Edificações

B) Técnico Integrado em Informática

C) Técnico em Geologia

- D) Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática
- E) Técnico Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática
- F) Técnico Subsequente em Mineração
- G) Superior de Tecnologia em Agroecologia
- H) Técnico Subsequente em Segurança no Trabalho – EaD
- I) Técnico Subsequente em Secretaria Escolar – EaD
- J) Superior de Licenciatura em Letras – EaD

09 – Qual seu ano de ingresso no IFPB?

- A) 2011
- B) 2012
- C) 2013
- D) 2014
- E) 2015
- F) 2016

10 - Assinale com “X” com quais programas da assistência estudantil do IFPB você já foi contemplado.

- A) Programa de Benefícios Sócio-assistenciais;
- B) Programa de Alimentação;
- C) Programa de Atenção a Saúde do Estudante;
- D) Programa de Moradia;
- E) Programa de Iniciação ao Trabalho;
- F) Programa de Integração dos Estudantes Ingressos;
- G) Programa de Material Didático Pedagógico;
- H) Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educ. Especiais;
- I) Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho;
- J) Programa de Apoio Pedagógico;
- K) Programa de Auxílio Transporte.

BLOCO II – Implementação da Política de Assistência Estudantil do IFPB

Prezado (a) discente, a seguir existem algumas afirmações que envolvem a Política de Assistência Estudantil do IFPB e gostaríamos que numa escala de 1 a 5, você se posicionasse escolhendo apenas uma. Para tal deverá considerar o 5 como concordo fortemente, 4 concordo, 3 indeciso, 2, discordo e 1 discordo fortemente.

Afirmção / Assertiva	Concordo fortemente (5)	Concordo (4)	Indeciso (3)	Discordo (2)	Discordo fortemente (1)
Conheço claramente os objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFPB.					
A Política de Assistência Estudantil garanti ao discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.					
Existe acompanhamento eficiente psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico e reduzir o índice de evasão e a retenção na série.					
A instituição fortalece e amplia continuamente programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros.					
Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, são amplamente divulgados.					
Os editais dos programas de bolsa: alimentação, transporte, moradia, facilitam a inscrição dos alunos.					
Conheço claramente os critérios utilizados na seleção de alunos para os programas assistenciais.					
Considero o processo de seleção de alunos beneficiários muito justo.					
Os técnicos que trabalham na instituição são capacitados para exercerem suas funções com muita qualidade.					

Conheço plenamente a política de qualificação que envolve os técnicos que nos atendem visualizando o cuidado do IFPB em prestar o melhor serviço.					
Sempre participo de atividades avaliativas que trazem informações sobre a qualidade da política, assim, sempre coloco minha visão sobre a execução da mesma.					
Os resultados das avaliações da política são amplamente divulgados aos alunos.					
O valor do auxílio recebido é suficiente para arcar com a despesa a qual ele se destina, seja transporte, moradia ou alimentação.					
O valor do auxílio é recebido no prazo adequado, ou seja, não atrasa.					
A infraestrutura e equipamentos do Campus, bem como os materiais didático-pedagógicos recebidos são de ótima qualidade.					